

UEM

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO

DIABOCOXO



O “POETA DO LÁPIS: O JORNAL DIABO COXOE A AÇÃO
EDUCATIVA DA IMPRENSA NOS ANOS DE 1864-1865

ANALICE CZYZEWSKI

ANALICE CZYZEWSKI

MARINGÁ
2015

2015

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

DIABOCOXO



**O “POETA DO LÁPIS: O JORNAL DIABO COXO E A AÇÃO
EDUCATIVA DA IMPRENSA NOS ANOS DE 1864-1865**

ANALICE CZYZEWSKI

**MARINGÁ
2015**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**O “POETA DO LÁPIS”: O JORNAL DIABO COXO E A AÇÃO EDUCATIVA DA
IMPrensa NOS ANOS DE 1864-1865**

Dissertação apresentada por ANALICE CZYZEWSKI, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.
Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientador(a):
Prof^(a). Dr(a).: MARCÍLIA ROSA PERIOTTO.

MARINGÁ
2015

ANALICE CZYZEWSKI

**O “POETA DO LÁPIS”: O JORNAL DIABO COXO E A AÇÃO EDUCATIVA DA
IMPrensa NOS ANOS DE 1864-1865**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Marcília Rosa Periotto – UEM (orientadora)

Profa. Dra. Rosana Areal de Carvalho – UFOP

Prof. Dr. Ademir Quintilio Lazarini – UEM

Profa. Dra. Maria Angélica Olivo Francisco Lucas (UEM)

Prof. Dr. Oriomar Skalinski Junior – UEPG (suplente)

MARINGÁ, _____ DE _____ DE 2015.

*Dedico este trabalho ao meu amado
esposo Fernando César Fernandes.*

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Fundação Araucária, pelo financiamento recebido.

A minha orientadora Marcília Rosa Periotto pela dedicação irrestrita nesta jornada. Agradeço a conjugação entre o rigor acadêmico e a generosidade humana, elementos importantes que propiciaram segurança na realização do estudo.

Aos meus pais Gabriel e Leocádia, agradeço pela vida. Aos meus irmãos, Dirce, Vanda, Lucia, Lourdes, Aléssio, Ilce e Neli, pelo carinho.

Ao meu sogro Cícero, minha sogra Maria de Lourdes, minhas cunhadas Flávia Zelinda e Fernanda pelo apoio e incentivo.

Aos meus filhos Fernando César e Conrado Felipe, sem vocês nada faria sentido, vocês despertam os meus melhores sentimentos.

À Sueli Dainez Marcelino por cuidar dos meus filhos com amor, minha gratidão e amizade.

Aos amigos presentes durante esta caminhada, neste momento quero dividir a alegria da chegada.

Aos colegas das disciplinas do mestrado, pelo tempo que passamos juntos e conhecimentos compartilhados.

Aos professores da graduação em Pedagogia (UEM) e da Pós-Graduação em Educação da UEM (PPE-UEM) pela contribuição neste importante processo de formação.

À professora Maria Angélica Olivo Francisco Lucas, que acompanha minha caminhada no curso de Pedagogia, desde o ano de 2010 e como integrante do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência). Agradeço o apoio, e principalmente as orientações recebidas bem como o partilhar de uma postura ímpar na atividade docente, exemplo de profissional e ser humano, referência constante na construção de minha vida profissional.

Aos membros da banca examinadora: professora Maria Angélica Olivo Francisco Lucas, professor Ademir Quintilio Lazarini e professora Rosana Areal de Carvalho, pelas contribuições e sugestões que enriqueceram este estudo.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação da UEM (PPE), Márcia Galvão e Hugo Alex Silva pela atenção dedicada frente às questões burocráticas.

À Helaine Patrícia Ferreira e Cláudia Maria Periotto pela cuidadosa revisão deste trabalho.

“O riso é a mais útil forma de crítica porque é a mais acessível à multidão”.

(EÇA DE QUEIROZ, 1951).

CZYZEWSKI. Analice. **O “POETA DO LÁPIS”: O JORNAL DIABO COXO E A AÇÃO EDUCATIVA DA IMPRENSA NOS ANOS DE 1864-1865**. 135f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Profª Dra. Marcília Rosa Periotto. Maringá, 2015.

RESUMO

Esta dissertação analisa a contribuição do jornal *Diabo Coxo* (1864-1865), publicado por Ângelo Agostini (1843-1910) e Luís Gama (1830-1882) no processo de formação da opinião pública na província de São Paulo. O objetivo geral do estudo é determinar a ação educativa associada ao propósito de instruir politicamente o povo por meio de caricaturas jocosas e satíricas. O periódico criticava as instituições imperiais, assumindo-se como um veículo de imprensa opositor a elite política e social. A sua publicação circunscreve-se ao período em que já se evidenciava o declínio do império e da escravidão. A imprensa e a educação no século XIX mantiveram estreita relação na medida em que, declaradamente, muitos órgãos de imprensa objetivavam instruir o povo. Considera-se os diversos jornais, folhas avulsas e revistas intermediários educativos por auxiliarem na tarefa de difundir entre a população ideias e conhecimentos praticados nas nações desenvolvidas. O *Diabo Coxo* destacou-se na veiculação de caricaturas utilizadas como estratégias para a compreensão dos fatos sociais e interesses de classe. Dessa forma, a hipótese é de que influenciou na formação da opinião pública na província paulista. A partir das imagens caricatas os fatos do cotidiano social, político e econômico passaram a ser ilustrados, permitindo àqueles que não sabiam ler e escrever ter acesso a um tipo de linguagem visual no qual as condições de vida vigentes pudessem ser entendidas exatamente como se apresentavam na realidade. A imagem e a representação do fato eram suficientes para por o leitor em contato com a realidade e, a partir dela, refletir o significado do cotidiano social e das decisões imperiais e de seus dirigentes. Em razão da importância e significado da imprensa no conjunto de ações educativas, o estudo se debruçou sobre a inovação trazida pelo jornal: a caricatura como arma na crítica contra as forças atrasadas da nação brasileira. Trata-se de um estudo de cunho bibliográfico e analisa as imagens caricatas e seu conteúdo político como expressão dos embates travados por forças antagônicas, conservadoras e progressistas, cujo interesse passava ou pela manutenção do poder da velha elite agrária ou pela adoção de práticas modernizadoras. A questão pano de fundo no debate do jornal, como em muitos outros que também se opunham à ação política das elites, era erigir uma opinião pública capaz de compreender as causas que obstaculizavam a adoção de mudanças profundas as quais a época e as próprias condições de vida no Brasil exigiam. A relevância do estudo justifica-se por se tratar de uma pesquisa de História da Educação, na medida em que se considera também educação o movimento mais geral da sociedade e que traz, fundamentalmente, a necessidade de indivíduos que deem consequência às novas forças e práticas históricas em construção. Educar politicamente era uma dessas tarefas.

Palavras-chave: Educação. Imprensa. Diabo Coxo. Caricatura. Brasil-Século XIX.

CZYZEWSKI. Analice. **O “POETA DO LÁPIS”:** O JORNAL DIABO COXOE A AÇÃO EDUCATIVA DA IMPRENSA NOS ANOS DE 1864-1865. 135f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Profª Dra. Marcília Rosa Periotto. Maringá, 2015.

ABSTRACT

This dissertation analyses the contribution of the newspaper “*Diabo Coxo*” (1864-1865) published by Angelo Agostini (1843-1910) and Luis Gama (1830-1882) in the process of formation of public opinion in São Paulo province. The study general objective is to determine the educational action associated to the purpose of instructing the people politically through jocose and satirical caricatures. The periodical criticized the imperial institutions assuming itself as a press vehicle objecting to the social elite. Its publishing would circumscribe the period in which there was already evidences in the political debate of the empire and slavery decline. The press and education in the XIX century maintained close relationship as most of them would clearly display the objective of instructing the public. Therefore, it can be considered that the various newspapers, fliers and magazines were educational intermediate for helping in the task of spreading among the population the idea of knowledge practiced in the developed nations. “*Diabo Coxo*” excelled itself in the transmission of the caricatures used as strategies to the class social facts and interests. This way, the hypothesis is that it influenced the public opinion formation in São Paulo province. From the caricatured images, the everyday social, political and economical facts started being illustrated, allowing those who were unable to read and write to have access to a type of visual language in which the current life conditions could be understood exactly as they were seen in the reality. The image and representation of the facts would be sufficient to put the reader in contact with the reality and, from it, reflect the meaning of social daily routine, the imperial decisions and its rulers. Due to the importance and the role of the press in the conjunction of educational actions, the study focused on the innovation brought by that newspaper: the caricature as a weapon used in the criticism against the Brazilian nation power which was obsolete. It refers to a study of bibliographical nature and analyses the caricatured images and its political content as an expression of the clashes engaged by antagonistic, conservative and progressive power whose interests would go through either the maintenance of the power of the old agrarian elite or the adoption of modernizing practices. The purpose of the debate in that newspaper, as well as in many others which would also oppose to the political action of the elites, would be to form a public opinion able to comprehend the causes which hindered the adoption of significant changes which the period and life own condition in Brazil required. The relevance of the study is justified for being a research of the Education History, as it is also considered education the most general movement of the society and which brings, fundamentally, the necessity of the individuals who are able to give consequence to the forces and historical practices in development. To educate politically was one of those tasks.

Key words: Education. Press. Diabo Coxo. Caricature. Brazil – XIX century.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Caricatura da primeira edição do <i>Diabo Coxo</i>	18
Figura 2:	Caricatura da última edição da Série 1 do <i>Diabo Coxo</i>	19
Figura 3:	Caricatura da primeira edição da Série 2 do <i>Diabo Coxo</i>	20
Figura 4:	Caricatura da última edição da Série 2.....	21
Figura 5:	O <i>Diabo Coxo</i> divulga a lista dos assinantes devedores.....	22
Figura 6:	A companhia e o cujo – Manoel de Araújo Porto Alegre	24
Figura 7:	O Marimbondo.....	24
Figura 8:	O Corcundão.....	25
Figura 9:	O Carapuceiro.....	26
Figura 10:	O <i>Diabo Coxo</i> agradece a recepção do jornalismo – a recepção que lhe deu.....	74
Figura 11:	Comodidades de uma estrada de rodagem.....	78
Figura 12:	O retrato de São Paulo no período do <i>Diabo Coxo</i>	84
Figura 13:	Debandada luar pelo general vapor.....	87
Figura 14:	Primeira locomotiva vinda de Santos.....	93
Figura 15:	Um grupo de progressistas.....	93
Figura 16:	O primeiro acidente na estrada de ferro.....	94
Figura 17:	Tanto se morre a vapor como a quatro patas.....	96
Figura 18:	Se o ingreis do diabo não me paga a mula prendo-lhe a comitiva..	97
Figura 19:	O velho paulista a frente dos regressistas vingam-se da pirraça de 6 de setembro.....	97
Figura 20:	O entusiasmo frente à chegada da locomotiva.....	98
Figura 21:	Os costumes da capital da província de São Paulo.....	100
Figura 22:	O teatro.....	100

Figura 23: A influência dos costumes europeus X a realidade de São Paulo.. 101

Figura 24:	Apuros de um marido e de um pai, frente à oferta de produtos europeus.....	101
Figura 25:	A marcha dos caranguejos para o Mato Grosso.....	105
Figura 26:	O poder bélico do Brasil.....	105
Figura 27:	A contribuição dos literatos com a guerra contra o Paraguai.....	106
Figura 28:	Vista do Acampamento Água Branca.....	107
Figura 29:	Cena íntima do acampamento de guerra.....	107
Figura 30:	A comida indigesta.....	108
Figura 31:	Tavares Bastos presidente da província paulista.....	111
Figura 32:	Patriotas involuntários.....	112
Figura 33:	Critérios para recrutamento.....	112
Figura 34:	Sátira do <i>Diabo Coxo</i> a respeito do exército brasileiro.....	113
Figura 35:	O Colégio d. Pedro II instituição de referência para educação.....	119
Figura 36:	As iniciativas educativas da maçonaria.....	119

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	O JORNAL DIABO COXO: CARACTERIZAÇÃO E SEUS FUNDADORES	17
2.1	O JORNAL DIABO COXO: ILUSTRANDO A CRÍTICA E A SÁTIRA POLÍTICA.....	17
2.2	A COMPOSIÇÃO DAS SEÇÕES E DAS CARICATURAS DO DIABO COXO.....	27
2.3	ÂNGELO AGOSTINI: A CARICATURA E A CRÍTICA POLÍTICA E SOCIAL.....	29
2.4	LUIZ GAMA: POETA, JORNALISTA, RÁBULA, ABOLICIONISTA.....	41
3	A CARICATURA COMO FONTE PARA A MEMÓRIA HISTÓRICA BRASILEIRA DO SÉCULO XIX: A CONTRIBUIÇÃO DA IMPRENSA ...	54
3.1	IMPRENSA DO SÉCULO XIX: UMA FONTE PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO.....	54
3.2	CARICATURA: UMA ARMA EDUCATIVA?.....	65
4	ENTRE CARICATURAS SATÍRICAS E TEXTOS MORDAZES: O JORNAL DIABO COXO COMO FORMADOR DE OPINIÃO	73
4.1	O DIABO COXO: ILUSTRA O DEBATE POLÍTICO ECONÔMICO E SOCIAL DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO.....	73
4.2	O DIABO COXO: O DEBATE SOBRE A MODERNIZAÇÃO.....	83
4.3	O DIABO COXO: O RETRATO SATÍRICO DOS INTERESSES POLÍTICOS E SOCIAIS.....	88
4.4	O DIABO COXO: DA GUERRA DO PARAGUAI.....	102
4.5	AS CARICATURAS DA GUERRA: UM RETRATO REAL DO CAMPO DE BATALHA.....	104
4.6	O DIABO COXO E A EDUCAÇÃO.....	115
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
	REFERÊNCIAS	128

1 INTRODUÇÃO

Sou o *Diabo Coxo*: quem há que desconheça na vida social meu vasto poderio? Percorro o mundo inteiro, ora pedestre humilde, ora atirado aos lombos de um palafrem sombrio. Não há palácio altivo, nem misera choupana cujos mistérios fundos não possam penetrar. Cheguei hoje a São Paulo – sentido meu povinho! A música está pronta, nós vamos começar (*DIABO COXO*, n. 1, 1864, p. 1).

Esta dissertação analisa a contribuição do jornal *Diabo Coxo* (1864-1865), publicado por Ângelo Agostini (1843-1910) e Luís Gama (1830-1882), no processo de formação da opinião pública na província de São Paulo. O objetivo geral do estudo é determinar a ação educativa conexas ao propósito de instruir politicamente o povo por meio de caricaturas, de forma a influenciar na percepção dos fatos e acontecimentos do cotidiano social da província paulista.

O periódico foi fundado com o objetivo de criticar as instituições imperiais, fato que marcou sua presença como imprensa de oposição às elites econômica e social. A circulação desse jornal coincidiu com o início do movimento republicano e de contestações mais corriqueiras a respeito do trabalho escravo, além de outros problemas nacionais que foram duramente reportados em suas páginas. O *Diabo Coxo* participou de ambas as manifestações ao demonstrar a incapacidade da monarquia de desenvolver materialmente o Brasil e de sobreviver sem a escravidão.

O jornal escolhido para este estudo não teve vida longa, na verdade foi o primeiro ato da trajetória de Ângelo Agostini enquanto contestador das condições gerais que impediam o estabelecimento de práticas progressistas e mantinha o Brasil num patamar de atraso, condição prejudicial à produção de riquezas sob o modo de produzir da sociedade burguesa. Considerado pela historiografia pioneiro na veiculação de caricaturas, traçadas no firme objetivo de expor ao máximo a ineficiência do regime, ridicularizava os seus atores e dava a eles o retrato exato do que representavam e no modo de agir frente às demandas progressistas.

O debate realizado pelo jornal contra as instituições imperiais e as elites política e econômica teve na caricatura um auxiliar de competência para fazer ver e refletir os problemas que permaneciam alheios ao conhecimento e compreensão por parte do público. As caricaturas retratavam as ações do governo imperial, geralmente contrárias a medidas que apontassem para práticas modernizadoras e

propensas à adoção de melhorias materiais e sociais. A aristocracia e a realeza, desatentas às demandas do povo, passaram a mote preferencial no jornal e foram retratadas jocosamente com traços que buscavam dar o sentido fidedigno da classe social que submetia os interesses da sociedade aos seus.

A caricatura se revelou uma arma de luta eficaz e diferenciada para a época. Os textos que acompanhavam as imagens caricatas traziam clareza ao corpo do debate e davam significado à crítica. Havia, então, uma simbiose entre palavras e imagens, dotadas ambas de características tais que permitiam a interpretação dos fatos cotidianos, muitas vezes de natureza política, desmontando irremediavelmente a opinião forjada nos interesses elitistas.

O jornal *Diabo Coxo*, considerado o ineditismo da caricatura como forma de denúncia dos desmandos governamentais e de classe, não agiu diferentemente de outros jornais de oposição e de tendência liberal. A crítica política exercia-se também nas demais províncias por meio de uma imprensa ácida, ousada, temerária, no entanto, coube ao *Diabo Coxo* dar junção à imagem e palavra, dar rosto aos acontecimentos e, pedagogicamente, instruir os seus leitores a respeito de uma realidade em que as letras, formando palavras e ideias, não conseguiam ampliar.

O estudo evidencia o caráter educativo apostado ao jornal *Diabo Coxo*, no qual a caricatura apresenta-se na condição de uma linguagem apta a instruir politicamente a opinião pública. Para tanto, considerou-se o conjunto de elementos presentes no quadro histórico do período, ou seja, desde a política e economia até os modos cotidianos da população provincial.

Para se afirmar o caráter educativo inerente ao *Diabo Coxo* parte-se da compreensão de que a educação excede as instituições formais onde ela comumente se realiza. Há, no interior da sociedade, um movimento correspondente à dinâmica transformadora que cada época histórica engendra. Esse processo de transformação, às vezes realizado com lentidão, outras vezes se pondo uma avalanche de mudanças, cobrará das sociedades específicas um modo de agir na qual, as novas posturas, são as garantias de afirmação do processo em curso. É preciso, pois, ensinar aos indivíduos a viver de acordo com o novo tempo e a incorporar as novas regras sociais.

No período de veiculação do jornal *Diabo Coxo* imperava no Brasil ainda o modo colonial de ser e menos as práticas desenvolvidas nos termos burgueses. A passagem necessária a esse patamar, entre as condições de cunho material, era

exigente do abandono do modo de pensar colonial, de uma nova visão sobre a forma de trabalho, essa uma questão presente nas demandas populares, ao lado do debate sobre a escravidão aos poucos avigorado. A justificativa para a manutenção da escravidão amparava-se num conteúdo moral ao mesmo tempo que expunha a crescente dificuldade de manter-se a riqueza sem adotar o modo de produzir moderno e de manter a sociedade alheia às práticas produtivas tecnologicamente avançadas, comprometendo avanços sociais e de melhorias de vida.

Enfim, a época cobrava a, modernização da sociedade brasileira convertendo-se esta tarefa numa exigência em que estava em causa a existência de novos contratos políticos e sociais. Assim, o caráter educativo que se busca afirmar como inerente à imprensa refere-se ao fato de a educação ser tomada como uma condição geral, um movimento que prezava a constituição de uma civilidade fundamental à instalação definitiva da burguesia sem suprimir, contudo, a influência da elite na ambiência do poder político, seja na forma de império ou, então, nos moldes republicanos.

O sucesso alcançado pelo *Diabo Coxo* junto à opinião pública deve-se às caricaturas que despertavam o interesse dos leitores e acendiam polêmicas ao revelar as minúcias dos fatos retratados, geralmente obliterados nas narrativas usuais, nas quais as palavras não conseguiam a dimensão e o impacto causado pelos traços incisivos de Agostini.

A delimitação temporal adotada no trabalho – período pré-republicano (1860 a 1865) – deve-se ao fato de ser encontrado no cenário social, político e econômico deste período os sinais fundamentais ao conjunto de questões que explicitam o objeto. O estudo adota a perspectiva histórica na explicitação das questões apresentadas. O referencial teórico-metodológico utilizado para abordar o objeto permite analisá-lo como expressão do debate circulante na época, contestatório das condições políticas e econômicas vigentes, cujas ações da classe dominante convergiam pela manutenção das forças contrárias ao progresso e a modernização geral da sociedade. Ao conduzir o estudo pela teoria da história, que considera as lutas como o ponto de partida para a construção da concretude da vida dos homens, permite-se, em última instância, identificar a matriz do pensamento adotado no jornal por seus fundadores – ideias liberais – e as práticas consonantes a elas, no caso a defesa do trabalho livre e da forma republicana de governo, no qual o povo se visse diretamente representado nele.

A fonte primária deste estudo é o periódico *Diabo Coxo*, disponibilizada aos pesquisadores pela Biblioteca Municipal Mario de Andrade, reproduzida em edição fac-similar no ano de 2005 pela Editora da Universidade de São Paulo– Edusp, projeto coordenado por Luiz Gonzaga Bertelli, presidente da Academia Paulista de História. O estudo também contou com auxílio de obras que abordam o contexto geral do século XIX. Na revisão bibliográfica foram selecionados aqueles estudos afetos ao tema, no intuito de colaborar com o objetivo geral, entendidos por estudos realizados na atualidade que visam explicitar o processo histórico ocorrido no período de vida do jornal, ou ainda aqueles que venham a fornecer elementos teóricos imprescindíveis para o desenvolvimento da análise, notadamente aqueles que versam sobre as questões político-econômicas e sociais e traçaram com pertinência um panorama esclarecedor da época.

Localizou-se um grande número de trabalhos que fazem referência à atuação e a influência de Ângelo Agostini na imprensa brasileira. De forma geral, esses estudos reconhecem a militância política e a crítica audaciosa do italiano que desenhou as incongruências da sociedade brasileira destacando-se como jornalista e caricaturista. Verificou-se, também, a ausência de estudos sobre a relação entre o *Diabo Coxo* e a ação educativa desempenhada em suas páginas e caricaturas. Importante enfatizar o sentido atribuído ao caráter educativo que se entende vinculado à imprensa, de modo geral, e ao *Diabo Coxo* em particular.

Assim, o exame do periódico aqui apresentado pretende congrega elementos que levem ao entendimento do processo educativo como um fenômeno geral, além de expor os determinantes particulares que contém. Para alcançar os objetivos propostos, este estudo está estruturado em três seções.

Na primeira seção sob o título “**O JORNAL *DIABO COXO*: CARACTERIZAÇÃO E SEUS FUNDADORES**”, o objetivo é compreender o percurso de Ângelo Agostini e Luiz Gama, apresentando os elementos e fatos importantes da vida e obra dos mentores intelectuais do periódico *Diabo Coxo* bem como a caracterização do jornal e a composição dos temas tratados nas seções e nas caricaturas. A exposição da vida e obra dos fundadores do jornal visa demonstrar a luta de dois homens que, apesar de origens distintas, lutaram em prol de interesses comuns ao criticar as duas ordens institucionais vigentes no Brasil no período: monarquia e escravidão.

Na segunda seção **“A IMPRENSA NO SÉCULO XIX: A CARICATURA COMO FONTE NA MEMÓRIA HISTÓRICA DO BRASIL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX”** analisa-se a importância da imprensa no registro do cotidiano social, político e econômico no século XIX. Essa condição, de fonte importante aos estudos de História da Educação, é reconhecida em razão de a imprensa ter produzido debates os quais contribuíam na formação cultural e política do povo. Apresenta-se o conceito sobre caricatura e os elementos teóricos e conceituais que a referendam como instrumento educativo. As caricaturas com as quais o *Diabo Coxo* fustigou as instituições imperiais e as elites concederam a ele o papel de agente educativo não somente por ter retratado criticamente o quadro econômico, político e social, mas, principalmente, por revelar que a dinâmica das relações sociais, estruturadas no poder de mando e assentada na naturalização das diferenças de classe não permitia a opinião pública perceber como a realidade concreta da população.

A terceira seção **“ENTRE CARICATURAS SATÍRICAS E TEXTOS MORDAZES: O CARÁTER EDUCATIVO DO JORNAL *DIABO COXO* COMO POTENCIAL FORMADOR DE OPINIÕES”**. Esta seção destina-se a análise das caricaturas constantes no *Diabo Coxo*, coadjuvadas por textos consentâneos aos fatos retratados. A questão primordial está em colocar em relevo as discussões propostas pelo periódico aprofundando seu caráter educativo, ao buscar influir junto à opinião pública. A ação educativa do jornal é significativa por estar inserido em um contexto educacional precário, o Brasil no século XIX enfrentava problemas e ainda não tinha uma estrutura educacional. Não busca apresentá-lo e nem analisa-lo como único articulador de tais questões e, sim, a relevância do estudo está em demonstrar a propriedade com que o jornal construía um debate espelho do quadro político-social e se colocava um potencial formador de opiniões, revelado no exame das caricaturas apresentado nesta seção. As imagens do *Diabo Coxo* refletiam claramente o duelo travado na província paulista entre progresso e atraso, demonstrando a fragilidade e decadência de um modelo social e político que não encontrava mais respaldo nas determinações gerais da sociedade capitalista e se sustentava em São Paulo e no Brasil à custa de muito esforço social e prejuízo material.

2 O JORNAL *DIABO COXO*: CARACTERIZAÇÃO E SEUS FUNDADORES

[...] Agostini açoitou a politicagem reinante, retratou tipos humanos (de engraxates a barões), fez reportagens sobre os acontecimentos, condenou a violência policial, fez a crítica das atividades artísticas, riu e fez rir de tudo e de todos. Compôs com tal precisão o dia-a-dia da cidade que nos legou, ao final, um retrato por inteiro [...] (CAGNIN, 2005b, p. 17).

2.1 O JORNAL *DIABO COXO*: ILUSTRANDO A CRÍTICA E A SÁTIRA POLÍTICA

Modesto, mas contundente, o jornal *Diabo Coxo* enveredou o caminho da sátira e da crítica às condições político-econômicas da época. A composição era de oito páginas, medindo 18 x 26 cm, as quais quatro se destinavam às caricaturas e as demais aos textos escritos por Luiz Gama (1830-1886) e Sizenando Barreto Nabuco de Araújo (1842-1892)¹. A impressão cabia à Tipografia e Litografia Alemã, de Henrique Schröder e consistiu em duas séries contendo 12 números cada uma, totalizando 24 edições (CAGNIN, 2005b).

O primeiro número apareceu em 02 de outubro de 1864 e trazia uma apresentação de Agostini, na qual sem comedimento anunciava a sua presença e identidade:

Sou o *Diabo Coxo*: quem desconheça na vida social, meu vasto poderio? Percorro o mundo inteiro, ora pedestre humilde, ora atirado aos lombos de um palafrem sombrio. Não há palácio altivo, nem misera choupana Cujos *mistérios* (sic) fundos não possa penetrar; Cheguei hoje a São Paulo – sentido meu povinho! Música nós vamos começar (*DIABO COXO*, 1864, n. 1, p. 1).

A imagem abaixo se refere à primeira página da edição de número 1 da primeira série do jornal *Diabo Coxo*, destinada a conferir sentido ao discurso por ele apresentado inicialmente, onde se destacava o tom debochado e irônico adotado no jornal:

¹ Sizenando Barreto Nabuco de Araújo nasceu no Recife a 16 de julho de 1842, filho do conselheiro José Tomas Nabuco de Araújo. Formou-se advogado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1860. Escreveu algumas peças teatrais, ocupou a cadeira de deputado da Assembleia Provincial de Pernambuco e exerceu o cargo de promotor público. Faleceu no Rio de Janeiro, em 11 de março de 1892.



Figura 1: Caricatura da primeira edição do *Diabo Coxo*.
Fonte: *Diabo Coxo* (1864, n. 1, Série 1).

A primeira série do jornal foi publicada de forma sequencial, sem interrupções, totalizando doze edições de periodicidade semanal, veiculada ao público aos domingos. Esta característica adjetivou o *Diabo Coxo* como “domingueiro”, anotada em todas as edições e uma referência comum nos trabalhos consultados na revisão bibliográfica. O ar zombeteiro acompanhou as caricaturas dessa primeira edição cumprindo o anunciado inicial – “não poupando ninguém”. O encerramento da primeira série do *Diabo Coxo* ocorreu em 31 de dezembro de 1864, com Agostini prometendo voltar e dar continuidade à crítica política contra as instituições imperiais:

Tenho a subida honra de fazer as minhas despedidas por este ano, e prometo voltar para nova escaramuça, se me constar (o que será muito difícil) que os caloteiros foram banidos desta heroica cidade. - Aqui estão os meus acólitos acrobatas, para darem satisfações aos “cavaquistas”, e podem ser procurados durante a minha ausência no “beco do Inferno” (*DIABO COXO*, 1864, n. 12).



Figura 2: Caricatura da última edição da Série 1 do *Diabo Coxo*.
Fonte: *Diabo Coxo* (1864, n. 11, Série 1).

O *Diabo Coxo* manteve-se ausente de publicação durante um período de seis meses, retornando para a segunda série em 23 de julho de 1865, com mais acidez e a mesma irreverência da fase inicial: “Meus senhores, sou eu, não é ninguém, é o Coxo-Diabo que aqui vem” (*DIABO COXO*, 1865, n. 1, Série 2).

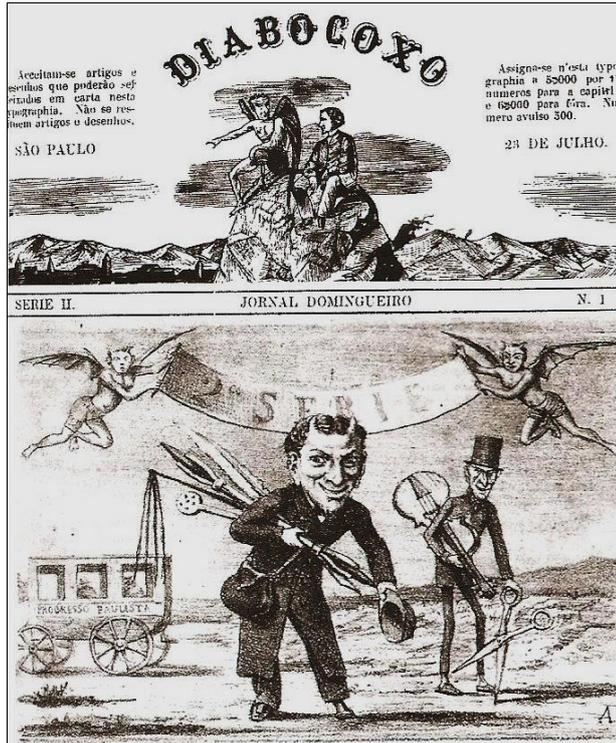


Figura 3: Caricatura da primeira edição da Série 2 do *Diabo Coxo*.
Fonte: *Diabo Coxo* (1864, n. 12, Série 1).

A segunda série do jornal encerrou-se em 31 de dezembro de 1865, com a promessa de retornar às atividades de publicação. Contudo o jornal de Agostini voltaria após oito meses de intervalo, precisamente em 30 de setembro 1866, rebatizado como *O Cabrião*, na cidade de São Paulo.



Figura 4: Caricatura da última edição da Série 2.
Fonte: *Diabo Coxo* (1865, n. 12, Série 2).

As edições do *Diabo Coxo* sofreram interrupções nas publicações por um determinado tempo. Observa-se uma lacuna temporal de sete meses entre o término da série I e o início da série II. Tomando-se por referência o contexto de veiculação dos jornais da época, cujas publicações cessavam por longos períodos, fato corriqueiro a muitos em razão das dificuldades financeiras, certamente a natureza do problema não era estranha ao *Diabo Coxo*, já que obtinha seus recursos através das assinaturas feitas anualmente ao preço de 4\$000 réis para os habitantes da capital e \$5000 réis para outras regiões, também se vendia números avulsos que, por sua vez, custavam \$500 réis (CAGNIN, 2005b).

Agostini, na edição de número 8, da segunda série do jornal, registrou as dificuldades financeiras fazendo um apelo, em tom satírico, para que os assinantes honrassem o pagamento das assinaturas acordadas: “Pede-se aos Srs. Assinantes que ainda não satisfizeram suas assinaturas, o obséquio de fazê-lo por duas razões. 1. Porque o *Diabo Coxo* precisa de outra muleta. 2. Porque este é o 8º número da primeira coleção” (*DIABO COXO*, 1864, n. 8, Série 1).

Entretanto, a exposição pública dos devedores não surtiu efeito e no encerramento da primeira série do periódico, Agostini destacava o problema por

De acordo com Gallotta (2007) observa-se no *Diabo Coxo* uma linguagem crítica que ultrapassa o trabalho iniciado em São Paulo pelos pasquins², que se apresentavam como instrumentos para legitimar as lutas partidárias derivadas da Regência e do Segundo Reinado. Agostini destacou-se porque além de tratar de questões políticas retratou o viver urbano, ampliando o campo crítico dos leitores de forma bem humorada.

Importante dizer que a imprensa ilustrada e as caricaturas já eram veiculadas em outras províncias brasileiras, com Agostini sendo precursor da arte na província de São Paulo. De acordo com Ventura (2012), a obra lançada por Luciano Magno no ano de 2012, *História da Caricatura Brasileira* “traz revelações e corrige injustiças sobre uma arte que sempre teve papel de relevo”. A principal novidade diz respeito à primeira caricatura brasileira. Historiadores citam *A companhia e o cujo*, datada de 14 de dezembro de 1837, de autoria de Manoel de Araújo Porto Alegre.

Magno mostra que quinze anos antes, no dia 25 de julho de 1822, saiu publicada no periódico pernambucano *O Maribondo* uma charge retratando um corcunda – representando os portugueses – que pulava acossado por um enxame de marimbondos. A autoria da caricatura permanece desconhecida.

Ainda sobre a imagem veiculada no *Maribondo*, Ramos (2008) afirma que:

A ilustração faz, assim, coro com os propósitos nacionalistas do periódico, que ridiculariza a política portuguesa, explicando que “se os maribondos são maus é porque se intenta arruinar o que é deles” (RAMOS, 2008, p. 288).

Apesar das controvérsias sobre a veiculação da primeira caricatura, fato inegável é que despertou interesse desde sua primeira aparição na imprensa brasileira e representou avanço para a imprensa. Costa (2014) enfatiza o reconhecimento feito pelo *Jornal do Commercio* (1827-1890):

Saiu à luz o primeiro número de uma nova invenção artística, gravada sobre magnífico papel, representando uma admirável cena brasileira, e vendida pelo módico preço de 160 réis cada número, na loja de livros e gravuras de Mongie, rua do Ouvidor n.87. A bela invenção de caricaturas, tão apreciada na Europa, aparece hoje pela primeira vez em nosso país, e sem dúvida receberá do público aqueles sinais de estima que ele tributa as coisas úteis, necessárias e agradáveis (COSTA, 2014, p. 15).

² Para Machado (2010, p. 35) os pasquins “eram folhas efêmeras que discutiam a efervescência da política do momento. A expansão deste tipo de impresso ocorreu após 1822 [...] Os primeiros debates expostos neste tipo de impresso tiveram como tema a Revolução do Porto, de forma geral continham um discurso agressivo e muitas vezes desrespeitoso, contendo insultos e agressões”.

Entretanto, Magno (2012) reitera que o primeiro caricaturista brasileiro foi Manoel de Araújo Porto Alegre, aderindo à informação de Herman Lima (1963), por ter uma produção sistemática que retratou as personalidades humanas. Designa a caricatura veiculada pelo *Marimbondo* (Figura 6) como marco inaugural e a *Companhia e o Cujo* (Figura 7) como marco oficial. Destacam-se ainda entre os jornais ilustrados *O Corcundão* (1831) (Figura 8) e *O Carapuço* (1832-1847) (Figura 9), conforme imagens abaixo:



Figura 6: A Companhia e o cujo – Manoel de Araújo Porto Alegre.
Fonte: Ramos (2008).



Figura 7: O Marimbondo.
Fonte: Ramos (2008).



Figura 8: O Corcundão.
Fonte: Ramos (2008).

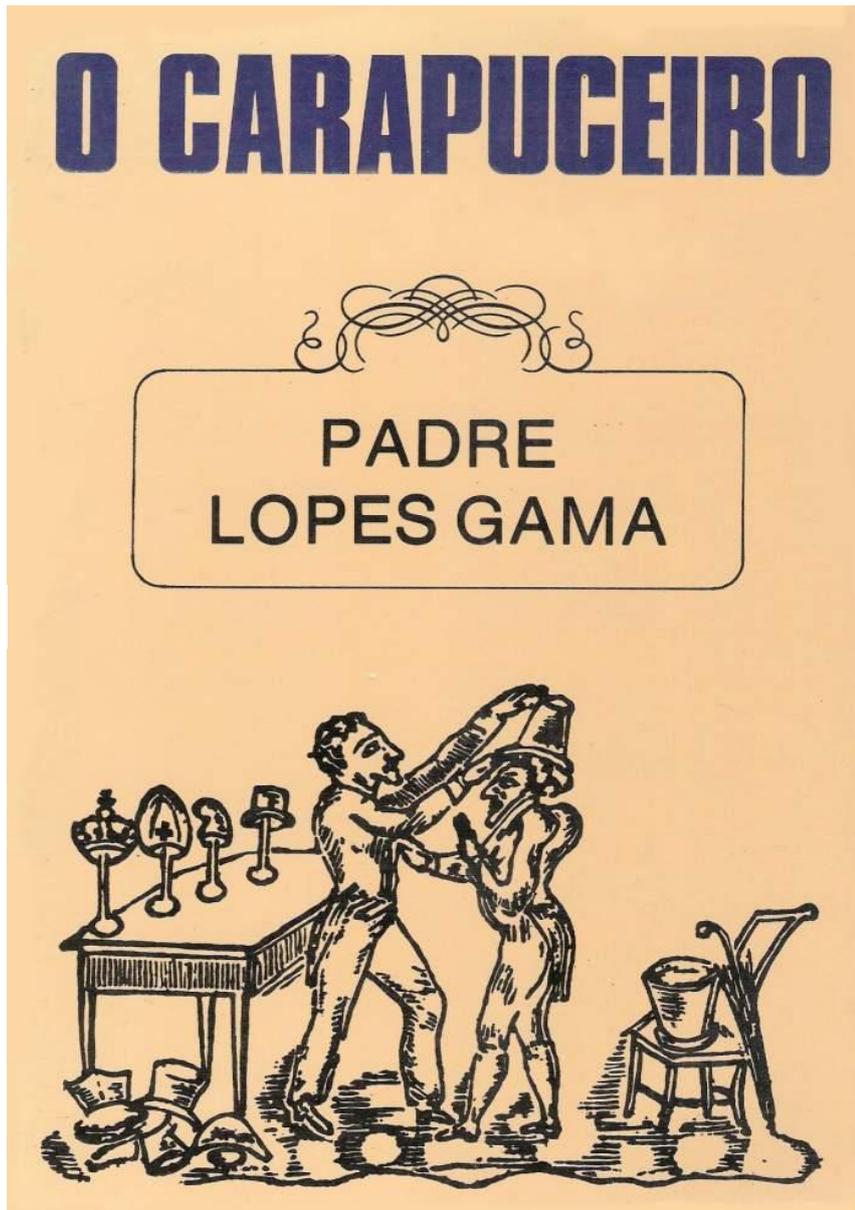


Figura 9: O jornal O Carapuceiro.
Fonte: Ramos (2008).

As informações existentes nos diversos estudos investigativos sobre o início da utilização de caricaturas e imagens na imprensa brasileira foram apresentadas de forma breve a fim de ressaltar a importância e o impacto que provocaram na imprensa de um modo geral. A historiografia é unânime em determinar o jornal *Diabo Coxo* como marco inaugural da imprensa ilustrada na província de São Paulo. A seguir apresenta-se a composição e os temas abordados nas seções contidas no periódico.

2.2 A COMPOSIÇÃO DAS SEÇÕES E DAS CARICATURAS NO *DIABO COXO*

Este tópico destina-se a apresentação de um breve inventário sobre os temas abordados nas seções de caricaturas do *Diabo Coxo*. As seções, em ordem alfabética, são aquelas que possuem maior frequência no periódico, já que algumas aparecem em número reduzido ou uma única vez.

TÍTULO DA SEÇÃO	ASSUNTO
ANÚNCIOS	Publicidade em geral
CHRONICA	Notícias e fatos referentes ao cotidiano, social, econômico e político, em sequência. Podemos classificá-la como artigos de opinião.
INTRODUÇÃO	Não estão presentes em todas as edições. Apresentam uma síntese dos fatos ocorridos durante a semana e variam quanto ao título: <i>Diabo Coxo</i> e <i>Typos Paulistanos</i> .
PIADAS	Estão concentradas nas seguintes seções: <i>Miscelaneas</i> , <i>Anedocta</i> e <i>Premios a Concurso</i> .
POEMAS	Perpassam praticamente todo o periódico estando presentes em 80% do total das edições.
SPECIMENS	Críticas sobre diversos assuntos do cotidiano da cidade, o foco está na exposição dos erros que os homens públicos cometiam, englobando os erros ortográficos até questões de comportamento.

Fonte: Dados do Periódico *Diabo Coxo* (1864-1865), Edição Fac-Simile (2005).

O levantamento das seções que constituíam as páginas do *Diabo Coxo* mostra temas relacionados à política, economia, cultura, além de notícias corriqueiras sobre a guerra entre Brasil e Paraguai, do Império, além de manter espaço no debate sobre a abolição dos escravos, realizado sob a escrita de Luiz Gama. Nessas seções não havia uma rotina rígida quanto à apresentação ou sequência dos títulos. Em muitos casos Agostini mantinha o assunto tratado anteriormente, mas modificava o título da seção.

No jornal evidencia-se o que Paiva (2006) definiu como mescla de texto jornalístico conjugado ao humor, uma das características mais marcantes no *Diabo Coxo*, inclusive, este é um diferencial do jornal em relação aos demais que também se dedicavam à crítica política e social:

Na verdade, o que ocorre é uma inserção do humor dentro do domínio jornalístico. Todavia, levando-se em consideração que praticamente todas as seções do *Diabo Coxo* são essencialmente humorísticas, ao mesmo tempo em que mesclam algumas

características próprias de jornal, fica difícil delimitar e definir seu conteúdo em termos de gênero. Tal empresa acaba por fazer emergir a representação do discurso jornalístico a partir do discurso humorístico. Esse hibridismo é parte integrante de todo material contido no jornal em questão (PAIVA, 2006, p. 52).

Em complemento, será apresentado o inventário das caricaturas contidas no periódico que, seguindo a ordem cronológica da publicação original, aparecem classificadas de acordo com as seguintes categorias: social e política, cultural e religiosa e a guerra do Paraguai.

Edição	Série	Ano	Tema	Caricaturas sobre o tema	Total de caricaturas
SÉRIE I					
N. 1	I	1864	Social e Política	5	10
			Cultural e Religiosa	4	
N. 2	I	1864	Social e política	3	7
			Cultural e religiosa	4	
N. 3	I	1864	Social e política	4	7
			Cultural e religiosa	3	
N. 4	I	1864	Social e política	5	8
			Cultural e religiosa	3	
N. 5	I	1864	Social e política	6	8
			Cultural e religiosa	2	
N. 6	I	1864	Social e política	7	8
			Cultural e religiosa	1	
N. 7	I	1864	Social e política	7	6
N. 8	I	1864	Social e política	4	7
			Cultural e religiosa	3	
N. 9	I	1864	Social e política	3	7
			Cultural e religiosa	4	
N. 10	I	1864	Social e política	5	5
N. 11	I	1864	Social e política	5	7
			Cultural e religiosa	2	
N. 12	I	1864	Social e política	4	4
SÉRIE II					
N. 1	II	1865	Social e política	5	5
N. 2	II	1865	Guerra do Paraguai	4	6
			Cultural e religiosa	2	
N. 3	II	1865	Social e política	3	7
			Cultural e religiosa	4	
N. 4	II	1865	Social e política	4	7
			Guerra do Paraguai	3	
N. 5	II	1865	Social e política	3	7
			Cultural e religiosa	4	
N. 6	II	1865	Social e política	6	6
N. 7	II	1865	Social e política	4	7
			Guerra do Paraguai	3	

N. 8	II	1865	Social e política	6	8
			Cultural e religiosa	2	
N. 9	II	1865	Social e Política	6	7
			Guerra do Paraguai	1	
N. 10	II	1865	Social e Política	8	9
			Guerra do Paraguai	1	
N. 11	II	1865	Social e Política	5	6
			Guerra do Paraguai	1	
N. 12	II	1865	Social e Política	11	16
			Guerra do Paraguai	5	

De maneira geral, o periódico publicou um total de 175 caricaturas, apresentadas da seguinte forma: na Série I são 84 caricaturas, divididas da seguinte forma: 58 que abordam o tema social e política, 26 dedicadas à cultura e religião. Na Série II são 91 caricaturas, também divididas em: 61 sob o enfoque social e político e 12 destinadas à cultura e religião. Sem ter uma seção exclusiva, o tema da guerra do Paraguai perfaz o número de 18 caricaturas.

A partir da exposição dos elementos que caracterizam o jornal *Diabo Coxo*, será apresentada nos tópicos seguintes a vida e obra de seus fundadores, respectivamente Ângelo Agostini e Luiz Gama.

2.3 ÂNGELO AGOSTINI: A CARICATURA E A CRÍTICA POLÍTICA E SOCIAL

Antes de dar seguimento ao estudo é preciso alertar para o fato de que os pesquisadores da obra e vida de Agostini, na sua maioria, consideram as informações sobre sua trajetória pessoal cercadas de imprecisão e dubiedade. As informações que se tem acerca de sua vida foram colhidas, na maioria, em depoimentos de sua lavra presentes no jornal *Cabrião* (1866-1867).

Assim, para aproximar-se das informações de maneira mais fidedigna possível, consideramos o relato feito pelo próprio Agostini no periódico, onde constam quatro seções intituladas “História do Cabrião”, respectivamente nas edições de número 2, 3, 5 e 7 do ano de 1866.

Ângelo Agostini (1843-1910) nasceu na cidade de Vercelli, ao Norte da Itália, a 08 de abril de 1843, filho de Ângelo Agostini e Rachele Agostini, cantora lírica com uma carreira artística reconhecida e consolidada à época do nascimento do filho. Na edição de n.2 do *Cabrião*, Agostini se declarou “parisiense de corpo e alma” e

naturalizado brasileiro, filho de um “frade jesuíta e uma freira”. Neste artigo, relatou o modo como vivia, esgueirando-se pelo convento e sofrendo com a rejeição do pai, o que sugere a mudança da família da pequena cidade italiana para um convento em Paris. Ele dá algumas pistas sobre parte de sua vida na França, sozinho, pois a mãe viajava para fazer apresentações artísticas fora do continente europeu:

Sem família, sem crenças e sem aprendizagem nem escola de qualquer natureza, guiado unicamente pelos próprios instintos, eu tinha, entretanto, aos 14 anos de idade, a mesma ciência prática do viver [...] Conhecia Paris, como um rato de navio conhece os caminhos do escuro porão em que habita. Sem saber ler, nem escrever [...] (CABRIÃO, 1866, n. 3, p. 22).

Tais declarações deixam uma lacuna em sua biografia: como sua mãe tornou-se uma cantora lírica? Teria abandonado o convento para casar-se já que era uma “freira”? Estas informações são impossíveis de confirmar já que não existem dados documentais que permitam descrever a vida pregressa da família de Agostini em detalhes. Quanto ao talento para desenho, declarava-se autodidata inspirado pelo sofrimento da mãe e desprezo do pai:

[...] eu mesmo fiz-me um homem e um artista, um grande artista [...] nasci pintor como Byron nasceu poeta, como Napoleão ou o Marques de Caxias nasceram generais. Assim como o último é a primeira espada da America do Sul, eu sou o primeiro Crayon da província de São Paulo (CABRIÃO, 1866, n. 3, p. 23).

Sobre a profissão de desenhista vê-se que aprendeu o ofício após conhecer um velho pintor morador na mesma rua do convento onde vivia, contudo, não há registro sobre o nome da pessoa que o acolheu e lhe ensinou a arte da caricatura. Agostini nutriu respeito ao homem que lhe ofereceu a primeira oportunidade de fazer-se artista: “Em uma entrevista, sua neta Mariana Villalba Alvim afirma que o avô remetia à França determinada quantia para um antigo mestre pintor, informação que nos dá mais uma pista sobre Agostini” (SILVA, 2009, p. 110).

Possivelmente, em razão da sua vivência no estabelecimento religioso e dos fatos presenciados ali, que parecem ter-lhe causado desgosto, Agostini criticou as instituições eclesásticas no decorrer de sua carreira na imprensa brasileira. No relato sobre a sua vida em Paris, justifica a repulsa pelos religiosos com os quais havia convivido:

Já compreendia, naquela idade, o que faz e o que pode fazer um jesuíta á sombra do confessorário: conhecia a face tenebrosa das relações mantidas entre meu pai e suas penitentes e confessadas do

convento: isto bastava para justificar perante a minha consciência, o ódio profundo que votava a classe inteira dos jesuítas e particularmente àquele que eu estudara mais de perto, chegando ao ponto de apagar meu espírito os sentimentos de filho, que em outras relações guardaria por ele (CABRIÃO, 1866, n. 3, p. 22).

A respeito de suas conquistas pessoais e profissionais Agostini afirmava que ambas derivavam de seu trabalho. A técnica obtida por esforço e dedicação ao desenho contribuiu para solidificar a sua carreira profissional, permitindo ao artista superar as dificuldades que relatou e ser inserido no rol daqueles que eram denominados “poeta do lápis” no século XIX.

A expressão “Poeta do lápis” sintetiza, de maneira particularmente feliz, o tipo de questão que envolvia o fazer dos jornais de caricatura naqueles anos. Une o lápis gorduroso com o qual o artista desenha sobre a pedra litográfica à pena dos poetas. Aproxima o sentido do trabalho dos artistas do crayon daquele realizado pelos literatos. No decorrer do século XIX, a literatura era uma atividade fortemente associada à política, assumindo sentidos nobres no debate público. [...]. Publicados primeiramente na imprensa, muitas destas obras eram carregadas de alegorias, de imagens que ajudam a entender a retórica e o sentido do debate político da época. A associação desta atividade com a desempenhada pelo caricaturista continha, desse modo, um significado que ia além da referência artística, especialmente no ano em que a expressão foi criada pelo jornalista abolicionista José do Patrocínio para definir o personagem central deste trabalho: o artista italiano radicado no Brasil Ângelo Agostini (BALABAN, 2005, p. 2).

Em 13 de maio de 1859, aos 17 anos, acompanhado do padrasto Antônio Marques de Almeida, Agostini aportou no Brasil para se juntar à sua mãe que já vivia no Rio de Janeiro desde 1845. Cagnin (2005a) explica o motivo da mudança: “No mesmo ano Raquel assinara um contrato com a *Companhia Lírica Italianá*, apresentando-se no Teatro Lírico, como *prima Donna assoluta*, no papel principal de Elvira, da ópera *Ernani* de Giuseppe Verdi” (CAGNIN, 2005a, p. 16).

Em 22 de janeiro de 1862 Agostini seguiu para São Paulo, acompanhando a mudança da mãe. Sua primeira atividade profissional deu-se na gráfica de Perestello e Gaspar, onde exerceu a função de retratista e pintor, como comprova o anúncio feito na página de nº 3 do jornal *Correio Paulistano*³ de 22 de maio de 1862, sob o título Retratistas.

³ O *Correio Paulistano* iniciou suas atividades em 26 de junho de 1854, fundado por Joaquim Roberto de Azevedo Marques, era redigido Pedro Taques de Almeida Alvim. Inicialmente estava ligado aos interesses liberais, no entanto tornou-se conservador. Outra mudança que importa é a de que, após a criação do Partido Republicano Paulista, o jornal passou a ser veiculador oficial dos interesses de

[...] Encarregar-se-ão também de tirar Vistas para Estetoscópio, ou de qualquer tamanho. E tendo Contratado o Sr. Ângelo Agostini distinto retratista a óleo, podem mandar colorir a óleo ou aquarela as fotografias, bem como encarregar-se de retratos a óleo de tamanho natural e miniaturas. Na mesma casa se encontra um lindo sortimento de broxes, medalhões e álbuns para retratos em cartão de visita. [...] As pessoas que desejarem retratar-se podem procurar os anunciantes em qualquer dia, não obstando à perfeição de seu trabalho o mau tempo (CORREIO PAULISTANO, 1862, n. 1813).

Agostini iniciou sua trajetória profissional com a imprensa ilustrada brasileira da forma acima descrita no jornal *Cabrião*. Na segunda metade do século XIX, época marcada pelo surgimento de inúmeros periódicos publicados nas províncias do Império, deu vida ao *Diabo Coxo* graças à implantação da litografia⁴, que permitiu avanços técnicos na arte gráfica aprimorando a forma editorial dos semanários. Cagnin (2005b) afirma que o desenvolvimento técnico também contribuiu significativamente para com a democratização da imagem:

[...] Pouco dispêndio, fácil execução e multiplicação rápida permitiam passar desenhos e ilustrações para os jornais e publicá-los até diariamente. Isso nunca fora alcançado antes. Todos os outros processos de gravar na madeira ou no metal, morosos e difíceis, foram superados pelas vantagens da reprodução litográfica. E surgiu uma nova categoria de desenhista, a do “repórter do lápis”, trazendo para o leitor fatos, pessoas e coisas distantes no tempo e no espaço. Um verdadeiro milagre! (CAGNIN, 2005b, p. 13).

Aos 21 anos de idade, em 1864, Agostini “funda junto a um pequeno grupo de intelectuais o primeiro periódico ilustrado editado da cidade, o pasquim dominical *Diabo Coxo*. O lançamento da publicação foi um marco para São Paulo e influenciou o modo de pensar da época” (COSTA, 2012, p. 250). Seus parceiros de escrita, Luís Gama e Sizenando Barreto Nabuco de Araújo, participaram da empresa até a última edição.

Os fatos e acontecimentos da dinâmica social eram de difícil compreensão ao povo, em geral vistos por meio de relatos que muitas vezes não esclareciam e

seus integrantes. O *Correio Paulistano* teve longa duração e encerrou suas atividades no ano de 1963.

⁴ A técnica inventada por Alois Senefelder no final do século XVII chegou ao Brasil em 1818. O processo utilizava pedra, lápis graxo, água forte e tinta. O desenho com o lápis graxo era feito sobre a pedra, à água forte corroía o restante da superfície, fazendo uma espécie de alto relevo. Após esse processo, bastava passar a tinta, colocar o papel sobre a pedra e passar o rolo, para que as imagens fossem impressas (CAGNIN, 2005b).

criavam versões destituídas de veracidade, criadas ao sabor dos interesses da camada social dominante.

Só nas igrejas, o imaginário sagrado se abria para todos, indistintamente, ricos e pobres [...]. Agora podiam ver o Imperador, ainda que distante, conhecer-lhe a fisionomia nos exemplares e as extravagâncias dos nobres, das damas, dos burgueses pedantes que se pavoneavam pela Corte. Fotos já existiam. Foi o Diabreto minucioso de Agostini indignar-se contra os políticos e suas mazelas, rir-se de suas caricaturas; conhecer os tipos e a moda da Corte e de todo o mundo [...] (CAGNIN, 2005b, p. 12).

Não demorou muito e essa forma de fazer jornalismo popularizou-se, conquistando leitores com temas transitando sobre política, religião, economia, cultura e costumes. Agostini uniu aos textos as imagens caricatas, usando-as como base na construção das representações. Por meio de diálogo bem humorado o artista se consolidou como caricaturista e crítico político, usando seu lápis para denunciar os excessos de uma sociedade patriarcal e escravista. Afirma Gallotta (2007, p. 4) que, “além de Agostini, seus colegas convidam os leitores a ver-se rindo das mazelas da sociedade em transformação”. Um dos méritos do jornal de Agostini consistia em tecer duras críticas aos embaraços postos à solução de uma das causas que impediam a consolidação do capitalismo nas antigas colônias – a abolição da escravidão –, e apontar as contradições do governo imperial e a necessidade de modernização das formas de produzir e mesmo da sociedade. De acordo com Lima (1963, p. 22),

É de ressaltar-se, sobretudo, a luta sem desfalecimento que Agostini empreendeu na defesa de dois dos maiores fatos nacionais: a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República. O lápis desassombrado de Ângelo Agostini foi, incontestavelmente, mais eloquente e incisivo do que os tropos literários das penas mais em evidência nas colunas de nossa imprensa [...].

A saída do jornal *Diabo Coxo* às ruas marcou a conexão entre a imprensa e a educação política da população paulistana. Seus idealizadores propuseram um pacto com a sociedade: “A imprensa, maior inimiga dos maus, é a única força que encontro na terra para desmascarar a esses entes criminosos ou ridículos estúpidos ou orgulhosos” (*DIABO COXO*, 1864, n. 1, Série 1, p. 2). O caráter educativo de seu jornal passou a se expor nos traços caricatos da elite, imagens que formavam a opinião e faziam aos iletrados descobrir a face oculta, ou nem tanto, da classe que os subjugava.

Agostini imprimiu característica pessoal e inconfundível à sátira política e social atingindo a oligarquia paulista com caricaturas corajosas e reveladoras ao público das mazelas sociais. O lápis graxo do italiano colaborou com a função educativa exercida pela imprensa no conjunto da sociedade.

A ação da imprensa é fundamental para o desenvolvimento da vida brasileira. Não importa que o cenário colonial permaneça medíocre e que muitas vezes utilizem a liberdade de expressão do pensamento para contrariar as aspirações automistas do povo. O que importa são os acontecimentos – e estes se desenrolam conduzidos pela pressão da sociedade que faz com que a colônia obtenha, em uma década, o que não fora possível em três séculos. A desagregação colonial [...] no Brasil ela se exprime por transições ou transferências pacíficas, como a das bases da autonomia lançadas pelo governo da metrópole, a da colônia para a Independência e a do Império a República. Entre os agentes dessas passagens do poder está a imprensa, historicamente mais indissociável do gênio político nacional do que qualquer outra instituição (BAHIA, 1990, p. 22).

A imprensa conduzida por Agostini valeu-se do humor para clarificar os obstáculos interpostos ao desenvolvimento no Brasil e as causas dos males que impediam o progresso. Neste sentido considera-se o humor um recurso educativo ao exercer uma ação reveladora da realidade incompreendida ou nebulosa, situação daqueles incapazes ou impedidos de entender as reais condições de vida e as causas que lhe dão origem. Agostini ofereceu aos paulistanos a oportunidade de olhar para a imagem invertida das reais condições de vida apregoadas pelas elites.

Agostini fora um tipo de apóstolo da verdade do seu tempo. Seus desenhos, além de servirem à maior causa do seu tempo, tinham ainda a qualidade artística do retrato. Seriam a um tempo documentos históricos de grande valor, [...] e peças de ação política decisiva. Seu trabalho e sua pessoa são exaltados, compondo a imagem de um herói de um momento de ruptura crucial da história pátria: sua ação como a de outros citados na passagem, teria ajudado a fundar uma nova pátria, marcaria o início da civilização e do progresso do país (BALABAN, 2005, p. 25).

De acordo com Silva (2009), o tempo vivido por Agostini em Paris permitiu que acompanhasse o processo de modernização da capital francesa, aliado a formação educacional ligada ao mundo das artes, o que contribuiu para a qualidade do trabalho que se iniciava no *Diabo Coxo*.

No Brasil, Agostini encontrou um cenário marcado pela formação colonial, com escravidão, surtos de epidemias, uma imprensa pouco desenvolvida e uma vida cultural ainda bastante precária e restrita

bem diferente do contexto francês, porém um terreno fértil para seu lápis (SILVA, 2009, p. 109).

O significado do *Diabo Coxo*, entretanto, não pode ser medido apenas por ser um jornal de crítica social conjugada à política, ultrapassou essa característica ao se pôr como um espelho de imagem nítida, revelador de aspectos nem sempre observados na vida pessoal ou da província.

A importância do *Diabo Coxo* estaria não só pela introdução da imagem impressa em um periódico, mas pelo fato de os paulistanos encontrarem um espaço para se verem, falarem de si, de sua cidade em tempo real. A fotografia, como bem demonstra o jornal, entrava na vida das pessoas. Era, também, um acontecimento inédito para a cidade. Mas, de disseminação ainda limitada, cara e muito restrita. A caricatura por sua vez pega carona na imprensa que não para de crescer, não é barata, mas há um público bem maior (GALLOTTA, 2007, p. 6).

Cagnin, em entrevista concedida a Baraldi (2010), definiu o trabalho jornalístico no *Diabo Coxo* como crítica autônoma, diferenciando-se dos demais jornais do século XIX frequentemente usados na defesa dos interesses pessoais de seus proprietários, afirma que “Agostini teve autonomia para dizer “na cara” o que pensava a respeito da sociedade e dos desmandos e da corrupção que grassavam entre os políticos, sobretudo, no governo. Não poupava ninguém, fosse lá de quem fosse à vítima de sua mordaz e corrosiva caricatura” (BARALDI, 2010)⁵.

Os hebdomadários⁶ utilizavam-se de uma estratégia ímpar: um personagem narrador aliado aos textos e às ilustrações, enriquecendo em detalhes as publicações. O avanço técnico permitiu atingir em grande número o público letrado e de certa forma a população analfabeta, pois esta recebia os desenhos grafados que permitiam a compreensão visual da crítica que fazia o organizador e redator do jornal. Aliado à inovação técnica, destaca-se o fato de o artista ter crescido em Paris, ainda que em condições limitadas e difíceis relatadas pelo próprio Agostini. Silva (2005) destaca que:

O período no qual Agostini viveu em Paris foi muito rico para a formação dos artistas. A cidade era um ponto cultural central na Europa, referência para muitos artistas. Os jornais que vinculavam caricaturas também fervilhavam escolher um era difícil. Assim,

⁵ BARALDI, Marcio. **Angelo Agostini foi o cavaleiro da esperança, que amou extremamente o Brasil!** Entrevista: Antônio Luiz Cagnin. 3 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.bigorna.net/index.php?secao=entrevistas&id=1288784033>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

⁶ O termo designa aquelas publicações de periodicidade semanal, de cunho informativo e político, que tiveram início no ano de 1758.

mesmo muito jovem ainda, Agostini teve contato com esse meio que de alguma forma deve ter exercido influências sobre o desenvolvimento do seu trabalho (SILVA, 2005, p. 15).

O panorama político, social e econômico encontrado por Agostini quando da sua chegada ao Brasil diferia radicalmente do quadro francês. Cagnin (2005a) expõe a situação brasileira à época de circulação do *Diabo Coxo*:

O Brasil da chegada de Ângelo Agostini, no entanto, estava bem longe de ser um paraíso. Primeiro, a febre amarela, desde 1855, visitando periodicamente a capital do país, ceifava, em média, a vida de 20 pessoas por dia, com o morticínio também de estrangeiros, muita vez ilustres. A peste se propagava pela falta de higiene pública, a cidade não primava pela limpeza, não havia esgotos, em seu lugar empregavam-se ainda os famigerados tigres, transportados por escravos, [...] depois, a política de terreiro, na qual se engalpinavam conservadores e liberais, sob a contemporizadora fleuma do imperador, eternamente às voltas com excursões pela Europa e lucubrações filosóficas, exacerbações patrióticas contra a intromissão do clero nos negócios do Estado, que viria a eclodir na Questão Religiosa, a displicência muçulmana dos serviços públicos e a corrupção atávica de políticos – os distúrbios contínuos nas províncias, muitas vezes terminados em sanguinolentas campanhas em torno das eleições fraudulentas. - as finanças que andavam mal das pernas. [...] (CAGNIN, 2005a, p. 4).

Assim, não obstante as adversidades, se divisa no *Diabo Coxo* o cerimonial de batismo de Agostini na empresa jornalística. Após o encerramento das atividades nesse periódico seguiu em outros jornais ora como ilustrador e sócio ou como colaborador, com significativo aumento na acidez das críticas que emitia. Em 30 de setembro de 1866 Agostini fundou o *Cabrião*⁷ com os advogados Américo de Campos e Antonio Manoel dos Reis, esse último parceiro também no *Diabo Coxo*. Este periódico foi de curta duração, similar ao primeiro, publicado num total de 51 edições, encerrando-se em 29 de setembro de 1867: “O Cabrião herdou do Diabo o gosto por assuntos políticos e não perdia a oportunidade de verdascar a nobreza imperial” (SANTOS, 2000, p. 14).

O encerramento dos dois periódicos finaliza a passagem de Agostini na província paulista. O *Cabrião* abriu as portas das práticas subterrâneas da província causando problemas que resultaram em reprimenda ao artista, provocando a mudança deste para a capital da Corte. “A polícia quer [...] fazer cessar o Cabrião. A

⁷ O *Cabrião* seguia a estrutura modelar do *Diabo Coxo*, no concernente aos temas e forma de abordagem, dando continuidade as caricaturas. Até a edição de nº 13 era impresso na Tipografia Imparcial, de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, responsável pela fundação do *Correio Paulistano*. A partir do nº 14 passou a ser impresso na Tipografia Alemã de Henrique Schroeder.

existência deste jornal é seu pesadelo constante. Por isso, visto que a lei não a protege [...] apela para o arbítrio” (CABRIÃO, 1867, n. 5, p. 394).

Outra hipótese resultante dos estudos acerca do periódico coaduna com a conclusão apresentada por Costa (2012, p. 253): “o fato é que a provinciana São Paulo estava ficando pequena demais para a grandeza do talento de Agostini, e é no Rio que ele desenhará as mais belas páginas de sua carreira. Saiu de São Paulo em busca de novos desafios e de um público maior [...]”. Tal afirmativa não invalida a importância de seu trabalho inicial junto ao *Diabo Coxo*, as caricaturas ficaram conhecidas como “arma de combate” contra a elite inoperante da província e do Império.

Apesar disso, a mudança não causou intimidação à natureza do seu trabalho reaparecendo no mesmo ano (1867) no Rio de Janeiro nas páginas do periódico *O Arlequim*, que mais tarde se transformou em *A Vida Fluminense*⁸. Seguindo como poeta, crítico e formador de opinião, sua participação na imprensa do século XIX pode ser considerada prodigiosa. Para caracterizá-la, sem correr risco de negligenciar qualquer aspecto, Maringoni (2006) define Agostini, física e profissionalmente como:

[...] magro, alto, cavanhaque ralo, nariz fino, e pinta de distraído, é o Ângelo, Ângelo Agostini, uma espécie de faz-tudo da imprensa da Corte. Ele desenha, escreve, fotografa, pinta, edita, monta jornais, constitui empresas, reúne equipes, e faz de sua publicação o que mais de um século depois poderia ser chamado, mutatis mutandis, de blog. Fala de tudo, comenta vários assuntos, opina sobre política, costumes, salões artísticos, vida mundana, livros recém-editados, viagens do Imperador, Temporadas do Teatro Lírico, companhia de opera, sujeiras das ruas e o que mais acontecer nesta cidade de verões infernais. [...] seu universo passa pela pedra litográfica. Não é uma arma, não é exatamente um marco fundador. É um meio. [...] Ângelo Agostini passava dias, com luz natural ou de lampião, debruçado sobre suas ferramentas, transformando vida em pedra e pedra em indignação coletiva. [...] Sua estreia profissional, em São Paulo, coincide com o início da Guerra do Paraguai, em 1864, e seus últimos trabalhos acontecem quando a República oligárquica está consolidada em 1907. O artista assiste a decadência das últimas engrenagens do Império, assentadas no trabalho escravo e na grande propriedade da terra. [...] Esteticamente, Agostini foi o principal artista gráfico em atividade, no Brasil, na segunda metade do século XIX e realizador de algumas publicações marcantes na história da imprensa brasileira [...] (MARINGONI, 2006, p. 13-14).

⁸ De acordo com Augusto (2008) a *Vida Fluminense* (1868-1875), é o marco de transição e amadurecimento de Agostini. A revista ganhou visibilidade no município da corte ao veicular pela primeira vez a narrativa visual sequencial intitulada “As aventuras de Nhô-Quim”.

Agostini edificou um estilo próprio de fazer imprensa, onde as imagens formam um eficaz elo comunicativo junto à população menos favorecida intelectualmente: “Ângelo Agostini, permeado pelo viés político, encontrou na caricatura um meio fértil e popular para divulgar suas ideias, justamente por ser um meio de grande aceitação, circulação e de fácil assimilação” (SILVA, 2005, p. 10).

A vasta obra deixada pelo artista permite dizer que no conjunto de seus trabalhos encontram-se a síntese dos acontecimentos cruciais do Segundo Império, comunicados ao público na forma de desenhos e caricaturas. O quadro abaixo expõe os periódicos que contaram com a atuação de Agostini e a visão geral da abrangência de seu trabalho na imprensa ilustrada do Brasil.

PERIÓDICO	CIDADE	PERÍODO DA PUBLICAÇÃO
<i>O Diabo Coxo</i>	São Paulo	1864-1865
<i>O Cabrião</i>	São Paulo	1866-1867
<i>O Arlequim</i>	Rio de Janeiro	1867
<i>A Vida Fluminense</i>	Rio de Janeiro	1868-1871
<i>O Mosquito</i>	Rio de Janeiro	1872-1875
<i>Revista Ilustrada</i>	Rio de Janeiro	1876-1888
<i>Don Quixote</i>	Rio de Janeiro	1895-1903
<i>Gazeta de Notícias</i>	Rio de Janeiro	1904
<i>Renascença</i>	Rio de Janeiro	1904
<i>Tico-Tico</i>	Rio de Janeiro	1905
<i>O Malho</i>	Rio de Janeiro	1904-1907
Total	11	43 anos

Fonte: Os dados foram compilados de estudos realizados por Balaban (2005), Maringoni (2006), Augusto (2008).

Além das análises realizadas por Cagnin (1994; 2005a; 2005b), citadas no decorrer deste estudo, dentre os que abordam a trajetória de Agostini são expressivos os estudos de Pires (2010), Teixeira (2001), Costa (2007) e a apresentação de Donatto (2000) para a edição fac-similar do *Cabrião*.

Na síntese de Pires acerca do caráter político subscrito ao trabalho de Agostini, enfatiza-se a mobilização política e a postura crítica contrária ao Império. A

autora analisa especificamente a *Revista Ilustrada (1876-1888)*⁹ nos tópicos que se referem a Agostini. A este estudo interessou a seguinte questão:

Ângelo Agostini se tornou referência na imprensa satírica brasileira da segunda metade do século XIX pela forma como utilizou seu ofício na defesa da causa abolicionista, na exposição dos conflitos sociais existentes e na crítica a determinados vícios e práticas políticas. Após uma significativa atuação na imprensa ilustrada paulista, especificamente nas revistas *Diabo Coxo* (1864-1865) e no *Cabrião* (1866-1867), Agostini se instalou na capital do império no momento de expressiva transformação e amadurecimento da imprensa, se integrando prontamente à tendência liberal que se avolumava naquele momento e ao confronto estabelecido entre esta corrente e as revistas e jornais conservadores e defensores da monarquia (PIRES, 2010, p. 11).

Teixeira (2001), por sua vez, aborda a história da charge e demonstra a importância das imagens e do humor como agentes comunicadores e mediadores dos debates políticos no século XIX, além de destacar os pioneiros dessa técnica, entre os quais encontra-se Agostini. De acordo com o autor os desenhos constituíam-se à época:

[...] um produto singular fruto de progressivo amadurecimento de forma e conteúdo, cujo traço está ligado criticamente aos problemas da sociedade na qual se insere. [...] O segundo momento do desenvolvimento da charge ocorre no final da Monarquia e se caracteriza, adicionando humor à crítica, por radical oposição à política imperial tendo como alvo as crises institucionais da segunda metade do século XIX (TEIXEIRA, 2001, p. 9).

Agostini ganhou em habilidade de desenhista e capacidade de aliar imagem aos textos à medida em que sua participação na imprensa amadurecia. Esse resultado beneficiava ao público iletrado, pois quanto mais as caricaturas se sofisticavam, maior era o entendimento das mensagens contidas na crítica desenhada. O primeiro censo demográfico do Império realizado em 1872¹⁰, oito anos após a entrada de Agostini na imprensa, permite inferir que o perfil do público leitor encontrado por ele constituía-se em sua maioria por analfabetos, o que reafirma a importância das imagens veiculadas no *Diabo Coxo*, pois o analfabetismo não está diretamente ligado à incompreensão dos fatos.

⁹ A *Revista Ilustrada* circulou no Rio de Janeiro entre os anos de 1876 a 1888, colocando em relevo a atuação de Agostini no combate a escravidão. Sua importância pode ser verificada na célebre frase de Joaquim Nabuco ao referir-se a revista como “a bíblia da abolição dos que não sabem ler”.

¹⁰ Para maiores informações verificar: Carvalho (1998), que apresenta um quadro sobre o analfabetismo no Brasil utilizando como fonte os dados do recenseamento de 1872 e 1890.

Anterior ao advento das imagens, o leitor ficava restrito ao texto escrito na medida em que o analfabetismo impunha-se como obstáculo à interpretação, cenário que pode ser alterado em parte pelo uso da imagem nas publicações impressas, já que:

[...] a alfabetização não envolve apenas os processos de compreensão das relações fonemas e grafemas e de passagem/recriação do discurso oral para/ em discurso escrito e vice-versa, mas também é um processo de produção de sentidos por meio do trabalho da leitura e da escrita (GONTIJO, 2008, p. 20).

O estudo realizado por Costa (2007) apresenta um painel da história e constituição da imprensa no Brasil e aborda aspectos que contribuem para a compreensão dos eventos históricos, em específico o jornalismo, a caricatura e o público leitor. Dele, ressalta-se:

Os inícios do Brasil independente foram tempos conturbados, pois não houve um projeto ou esboço claro de nação [...]. Eram interesses e visões diferentes e muitas vezes antagônicas e em conflito [...] a imprensa será, por sua vez, a arena privilegiada onde se travam muitas dessas pelejas. É nas páginas dos jornais e pasquins que se discutem então os diferentes projetos de país, como era pela imprensa que se sabia das discussões e insucessos dos representantes ou deputados das províncias do Brasil nas cortes portuguesas de 1821, que debatiam sobre a Carta Magna que seria também a nossa. Nesse sentido o jornalismo foi um detonador dessas reflexões e tomadas de consciência que estão nas origens de nossas identidades (COSTA, 2007, p. 55).

O encaminhamento dado ao estudo e das considerações já elaboradas depreende-se que o *Diabo Coxo*, tomado como objeto de estudo, exige uma incursão na dinâmica histórica da época. Primeiramente é necessário afirmar que a imprensa nasceu num momento decisivo ao domínio português na então colônia, cresceu em meio às ambiguidades trazidas pelo processo de independência, participou ativamente do processo de rompimento com a dominação colonial – também lhe fez oposição –, e viu surgir o estado brasileiro nos moldes da monarquia constitucional, o que significou a conservação do trabalho escravo e da aristocracia agrária até fins do século XIX.

Esse período é marcado pela inoperância dos instrumentos tradicionais de controle político por parte da Monarquia – entre os quais o Poder Moderador – incapazes, agora, de controlar os conflitos que se aprofundam desde a Independência de 1822. De modo geral, a excessiva centralização do Império não tinha mais como suportar o conflito que opunha a decadente fazenda

escravocrata de café à ascendente burguesia agrária paulista. Capitalizada e disposta a investir numa força de trabalho moderna, ela estava interessada na reforma do sistema econômico e pronta para ascender ao centro do poder político (TEIXEIRA, 2001, p. 9).

Nesse cenário, a expressão criadora de Agostini tomou a forma de textos satíricos e caricaturas debochadas ou trágicas, condensando as tensões existentes na sociedade brasileira. As relações históricas presentes visaram os aspectos políticos, econômicos e sociais que deram ensejo ao nascimento da imprensa, na sua forma geral, e particularmente ao *Diabo Coxo*.

A atuação de da atuação de Agostini no *Diabo Coxo* e *Cabrião* foi sintetizada por Santos (2000), que descreveu a presença e a influência da imprensa no ânimo da população:

[...] o Brasil dos capítulos da inteligência mordaz, da crítica apta a sorrir enquanto morde, da crônica dos veículos impressos que marcaram estágios e avanços na maneira de pensar, escrever, noticiar, verberar, destruir. Enfim, de amolar a paciência alheia, tarefa na qual *Diabo Coxo* e *Cabrião* se tornaram especialistas com distinção e louvor. Tudo tendo por centro a pena e o talento de Ângelo Agostini que interpretou à perfeição o papel de um e de outro: diabo e *cabrião*. Esclareçamos: *Diabo Coxo* e *Cabrião* foram dois jornais “humorísticos” que durante parte dos anos 60 do século XIX tiraram o sono e motivaram gargalhadas nos meios políticos, sociais, eclesiásticos da São Paulo provinciana. Morreram – as revistas – não por falta de sucesso jornalístico, mas por escassez do oxigênio vital: os contos de réis, ao tempo (SANTOS, 2000, p. 12).

A *Revista Ilustrada* foi o último grande trabalho de Agostini, os jornais *Don Quixote* (1895-1903), *Gazeta de Notícias* (1904), *Tico-Tico* (1905) e o *Malho* (1904-1907), dos quais fez parte como proprietário ou como colaborador não apresentaram a mesma vitalidade crítica presente nos trabalhos que antecedem a República. Agostini dedicou os últimos anos de sua vida as artes e participou das exposições gerais de Belas Artes. Faleceu no Rio de Janeiro em 23 de janeiro de 1910, sendo destacado pela historiografia como um importante caricaturista e crítico do Segundo Império (1840-1899).

A seção seguinte será uma reflexão e apresentação da vida e da obra do redator e parceiro de Agostini no *Diabo Coxo*, Luiz Gonzaga Pinto da Gama (1830-1882). Também versado na arte da contestação político-social, chama a atenção sua atuação em periódicos progressistas, acompanhando o tom satírico de Agostini, apoiando e enfatizando a crítica às instituições imperiais, consolidando-se posteriormente como importante líder abolicionista no Brasil.

2.4 LUIZ GAMA: POETA, JORNALISTA, RÁBULA, ABOLICIONISTA

A carta escrita por Luiz Gama serve de parâmetro para compor a biografia e apresentar as informações constantes no tópico. Esse documento, escrito a pedido do amigo Lúcio de Mendonça, no ano de 1880, dois anos antes de falecer é referência comum em todos os estudos acerca da vida e obra de Luiz Gama. Durante a revisão bibliográfica para compor esta etapa da pesquisa, encontrou-se adjetivos que são unânimes nos trabalhos acadêmicos e definem, de maneira pontual, algumas características que merecem ser destacadas quando se fala de Gama, a saber: poeta negro, pobre, revolucionário, autodidata, escravo, maçom¹¹, advogado, jornalista, republicano, abolicionista e patrono da cadeira de número 15 da Academia Paulista de Letras.

Tendo em vista que ainda existem incongruências quanto à sua filiação paternal, consideram-se aqui as informações constantes na própria carta do poeta. A quase totalidade de trabalhos acadêmicos existentes sobre a sua vida e atuação foi consultada e, após a reunião de todas as informações pertinentes ao recorte temporal deste trabalho, procedeu-se à exposição dos dados coligidos de maneira que se pudesse traçar um perfil de caráter geral do abolicionista e visualizar sua atuação no periódico *Diabo Coxo*.

Ainda, para justificar o emprego e a importância da carta escrita por Gama, afirma-se a reflexão apresentada por Ferreira (2009), ao definir o caráter do seu conteúdo uma síntese da própria caminhada de luta percorrida pelo poeta e abolicionista:

Em suma, o conteúdo da carta ilustra a transformação alquímica que levou aquele homem a se apossar do conhecimento da palavra escrita, vedado ao escravo, bem como os subterfúgios que lhe permitiram romper sucessivos laços de dominação até alcançar temerariamente a desejada autonomia. Ao longo de sua narrativa emerge algo que parecia ser sob todos esses aspectos antinômicos: a identidade de “cidadão”, do indivíduo com voz influente na polis, na comunidade de “letrados”, vale dizer, na sociedade branca. [...] Luiz Gama se obstina em denunciar. Mas em meio a tudo, alguns silêncios. Mesmo evocando seu passado entre 1830 a 1850, com algumas “verdades” pouco verificáveis, conforme já se apontou, as informações da carta focalizam particularmente a figura pública (FERREIRA, 2009, p. 306).

¹¹ Luiz Gama fora iniciado como membro da Loja Maçônica América em novembro do ano de 1868, portanto, após sua participação no periódico *Diabo Coxo*.

Luiz Gonzaga Pinto da Gama nasceu a 21 de junho de 1830, na Bahia, filho de Luiza Mahin, africana livre, oriunda da tribo africana Mangô, pagã. Seu pai, um fidalgo português, teve sempre a identidade preservada. Mesmo Gama não revelando na carta a cor de seu pai, a interpretação que se faz é que sendo fidalgo de origem portuguesa, seria, portanto, branco. Pode-se, então, afirmar que Gama nasceu livre, condição privilegiada no século XIX, já que ser negro naquele período significava necessariamente ser escravo: “[...] Negro e escravo foram vocábulos que assumiram conotações intercambiáveis, pois o primeiro equivalia a indivíduos sem autonomia e liberdade e o segundo correspondia – especialmente a partir do século XVIII – a indivíduo de cor” (CORREA, 2000, p. 87).

Até 10 anos de idade Gama esteve sob os cuidados do pai, que o vendeu como escravo para saldar dívidas de jogo em 1840. Primeiramente foi levado ao Rio de Janeiro, depois para São Paulo onde seria comercializado, passando a trabalhar como doméstico na casa do próprio mercador, Antônio Pereira Cardoso, que mantinha residência no município de Lorena. Aos 17 anos, ainda analfabeto, conheceu Antônio Rodrigues de Araújo, estudante e hóspede da casa onde vivia e que lhe ensinou os primeiros rudimentos da alfabetização. Aos 18 anos de idade, alfabetizado, Gama se alistou na Força Pública da Província de São Paulo, ocupando o posto de cabo até o ano de 1854 quando foi afastado por insubordinação.

O fato é que em todos os lugares por onde passou após o processo de alfabetização, Gama utilizou-se da linguagem escrita para fortalecer as relações pessoais que estabelecia. O sortilégio da alfabetização aliviava a sua pena: preso por insubordinação serviu como copista ao major Benedito Antonio Coelho Neto. A amizade com o major rendeu a indicação aos cargos de escrevente público e, posteriormente, soldado do Conselheiro Francisco Maria de Sousa Furtado Mendonça¹².

Depreende-se da bibliografia de Gama o fato de que o primeiro emprego fora alcançado por meio de indicação de cunho político, ou seja, um cargo público. Já era usual utilizar-se dos cargos públicos para favorecer amigos e parentes, lembrando que os serviços públicos eram precários e carentes de condições materiais e humanas. Os princípios e finalidades do serviço público obedeciam à dinâmica das

¹² O conselheiro Francisco Maria de Sousa Furtado Mendonça era chefe de polícia e catedrático da Faculdade de Direito. As informações constam na apresentação de seu livro *Primeiras Trovas Burlescas de Getulino* (sem informações da edição). A Editora Martins Fontes, em 2011, lançou **Primeiras Trovas Burlescas**- Luiz Gama, organização e introdução Ligia F. Ferreira, 326 páginas.

relações sociais, a normatização de critérios para integrar-se ao quadro de funcionários inexistia naquele período. Franco (1997) afirma que

Assim como se improvisam, nos serviços públicos, o dinheiro e as instalações, também se admitia precariamente boa parte do seu pessoal. [...] Nessas condições, definiu-se um descompasso entre as potencialidades reais do recrutamento e seleção de pessoal e a estrutura formal dos serviços públicos, definindo-se uma situação paradoxal: enquanto os cargos eram preenchidos sem exigências de adestramento, suas atribuições eram fixadas com certo rigor. Desse modo, uma grande distância separou as normas que norteavam o efetivo exercício das fórmulas que o disciplinavam oficialmente, estabelecendo-se uma disparidade de sistemas de referência para a ação dos funcionários: um, que presidia a rotina cotidiana do trabalho, e outro, que adquiria validade e sobre eles desabava repressivamente em situações críticas (FRANCO, 1997, p. 135).

Luiz Gama trabalhou como funcionário público até o ano de 1856. Nessa condição pôde ter contato com os problemas e injustiças vividas pelos negros, fatos que o influenciaram e definiram sua dedicação às causas jurídicas. Contudo, o mesmo estratagema empregado em sua nomeação fora aplicado quando o então secretário da polícia Antonio Manoel dos Reis afastou-o da função. O próprio Gama descreve em sua Carta os motivos que determinaram seu afastamento:

Em 1856, depois de haver servido como escrivão perante diversas autoridades policiais, fui nomeado amanuense da Secretaria de Polícia, onde servi até 1868, época em que “por turbulento e sedicioso” fui demitido a “bem do serviço público”, pelos conservadores, que então haviam subido ao poder. A portaria de demissão foi lavrada pelo dr. Antonio Manuel dos Reis, meu particular amigo, então secretário da polícia, e assinada pelo exmo. Dr. Vicente Ferreira da Silva Bueno, que, por este e outros atos semelhantes, foi nomeado desembargador da relação da Corte. A turbulência consistia em fazer eu parte do Partido Liberal; e, pela imprensa e pelas urnas, pugnar pela vitória de minhas e suas ideias; e promover processos em favor de pessoas livres criminosamente escravizadas; e auxiliar licitamente, na medida de meus esforços, alforrias de escravos, porque detesto o cativo e todos os senhores, principalmente os Reis (FERREIRA, 2007, p. 271).

Durante um tempo frequentou o curso de direito na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, mas a cor de sua pele definiu a forma hostil com que era tratado. Pode ser ouvinte, porém, ao final do curso não teria direito ao diploma formal. Autodidata, apropriou-se do conhecimento jurídico, o qual, aliado à oratória concedeu-lhe visibilidade e notoriedade em sua atuação nos tribunais. Mesmo sem o diploma de advogado, atuou nos litígios que envolviam os negros, a escravidão e as

causas ligadas à liberdade. A atuação jurídica era possível na época devido a uma licença oficial concedida pelo órgão da classe – os advogados que atuavam sob essa condição eram chamados de rúbulas.

Em 1859 nasceu seu único filho, Benedicto Gracco Pinto da Gama (1859-1910), fruto do relacionamento com uma mulher negra de nome Claudina Fortunata Sampaio, com a qual se casou posteriormente no ano de 1869. O filho cursou Escola Militar e ocupou o posto de comandante do Corpo de Bombeiros de São Paulo. Antes de sua morte, Luiz Gama deixou uma carta-testamento ao filho, prescrevendo alguns conselhos de cunho moral e político, conforme segue:

Dize a tua mãe que a ela cabe o rigoroso dever de conservar-se honesta e honrada; que não se atemorize da extrema pobreza que lego-lhe, porque a miséria é o mais brilhante apanágio da virtude. Tu evitas a amizade e as relações dos grandes homens; porque eles são como o oceano que aproxima-se das costas para corroer os penedos. Sê republicano, como o foi o Homem-Cristo. Faze-te artista; crê, porém, que o estudo é o melhor entretenimento, e o livro o melhor amigo. Faze-te apóstolo do ensino, desde já. Combate com ardor o trono, a indigência e a ignorância. Trabalha por ti e com esforço inquebrantável para que este país em que nascemos, sem rei e sem escravos, se chame Estados Unidos do Brasil. Sê cristão e filósofo; crê unicamente na autoridade da razão, e não te alies jamais a seita alguma religiosa. Deus revela-se tão somente na razão do homem, não existe em Igreja alguma do mundo. Há dois livros cuja leitura recomendo-te: a Bíblia Sagrada e a Vida de Jesus por Ernesto Renan. Trabalha e sê perseverante. Lembra-te que escrevi estas linhas em momento supremo, sob a ameaça de assassinato. Tem compaixão de teus inimigos, como eu compadeço-me da sorte dos meus. Teu pai, Luiz Gama (FERREIRA, 2007, p. 278).

Nesse mesmo ano Gama entrou oficialmente no mundo letrado. Importante afirmar que os participantes dessa esfera, no século XIX, eram em sua maioria homens brancos, quase todos pertencentes à elite. A entrada na ambiência intelectual deveu-se a publicação de sua primeira e única obra literária, intitulada *Primeiras Trovas Burlescas de Getulino*, uma coletânea que reunia vinte e dois poemas, dezenove de autoria de Gama, e três de Jose Bonifácio, dileto amigo, político e professor de Direito. Os textos utilizavam uma variação textual que transitava da sátira ao romantismo e tratavam de assuntos pertinentes à sociedade daquele período.

Era comum a adoção de pseudônimos utilizados para assinar os escritos, neste caso específico “Getulino” faz referência a Getúlia, território africano, denotando, assim, a condição de negro; isso é importante, pois o círculo letrado era

privilégio dos homens brancos como José Bonifácio, que se utilizou do pseudônimo Moço, com o qual ficou conhecido.

Os poemas contidos nessa obra são o primeiro esboço da futura postura crítica em Gama, que, usando os recursos da escrita, fez um retrato dos embates sociais presentes na província de São Paulo à época. Esta é sua obra inaugural e pode-se afirmar que estava definitivamente associado à produção literária, ao debate do campo político e jurídico. Sujeito de uma história singular atuou como jornalista e utilizou-se de todos os meios possíveis à época para comunicar e defender as causas relacionadas à abolição.

Assim, contestando e posicionando-se frente às mazelas da sociedade, contribuiu e seguiu na luta para transformar as duas ordens vigentes no Brasil no século XIX, o império e a escravidão. A publicação desse livro teve importância no contexto dessa luta:

No Brasil escravocrata, escrever e ser lido eram duas formas de se manter próximo do poder. Procure se colocar no lugar de um escravo, no início dos anos 1860. Imagine então usar seus escritos para satirizar os políticos e os costumes, parodiar as instituições arcaicas, criticar os “doutores” e trazer à tona os temas da corrupção, do preconceito racial, do embranquecimento dos mulatos que renegavam as raízes e do anticlericalismo (NUNOMURA, 2014, p. 72).

Em tal contexto, a atuação de Gama como redator do *Diabo Coxo* era fundamental aos objetivos perseguidos no jornal. A prática da denúncia pela imprensa esteve entre os artifícios que utilizava em sua luta pelos escravos. Ferreira (2007) certifica que:

[...] Pela primeira vez, na literatura brasileira, um negro ousara denunciar os paradoxos políticos, éticos e morais da sociedade imperial. Após desfrutar do êxito proporcionado por uma obra que ainda hoje se destaca dentro da produção romântica, Gama se dedicaria a trabalhar em prol de seus sonhos – um “Brasil americano, sem reis e sem escravos” – através do jornalismo, da tribuna e dos tribunais. Seu nome se prende igualmente a história da imprensa paulistana como fundador e/ou colaborador de periódicos como *Diabo Coxo*, *Cabrião*, *O Polichinelo*, *Correio Paulistano*, etc. Jamais frequentou escolas, pois, como afirmara, “A inteligência repele os diplomas, como Deus repele a escravidão” Luiz Gama converte-se no incansável e douto “advogado dos escravos”. O poeta então se eclipsa, cedendo lugar ao abolicionista e militante republicano (FERREIRA, 2007, p. 271).

Dessa maneira os fatos e a própria história de vida conduziu Luiz Gama a assumir peremptoriamente sua condição de raça e cor, empregando as letras como arma crítica para difundir e defender suas ideias, sendo a primeira “voz” negra a ecoar no Império brasileiro. Figura importante na luta e no processo da Abolição, Gama tornou-se um representante eloquente na luta pela abolição dos escravos e contra o elitismo da sociedade brasileira do século XIX.

Já nos primeiros escritos de Luiz Gama identifica-se o engajamento político que manteve vivo a partir da fase adulta. Sua obra está permeada por aquilo que atualmente chama-se de consciência negra, onde fez o registro público por meio da escrita, das impressões e sentimentos, das agruras daqueles que viviam na condição de escravo. Ele aceitou sua etnia e colocou-se contra o preconceito – tornando-se a primeira demonstração intelectual contra um contexto de marginalização do negro e sua cultura (FERREIRA, 2007).

Os poemas publicados em 1859 traziam ao público uma análise crítica, construída sob outra perspectiva que não aquela vinda da elite dirigente, por um indivíduo que estava mais próximo dos problemas que atingiam a grande massa da população negra, conforme atesta um dos seus mais célebres poemas, “Quem sou eu?”, que ficou conhecido como “A Bodarrada”:

[...] Eu bem sei que sou qual grilo
 De maçante e mau estilo;
 E que os homens poderosos
 Desta arenga receosos
 Hão de chamar-me – tarelo,
 Bode, negro, Mongibelo;
 Porém eu que não me abalo,
 Vou tangendo o meu badalo
 Com repique impertinente,
 Pondo a trote muita gente.
 Se negro sou, ou sou bode
 Pouco importa. O que isto pode?
 Bodes há de toda a casta,
 Pois que a espécie é muito vasta. [...]
 Aqui, nesta boa terra
 Marram todos, tudo berra;
 Nobres Condes e Duquesas,
 Ricas Damas e Marquesas,
 Deputados, senadores,
 Gentis-homens, vereadores; [...]

Ao olhar-se de forma recorrente para a campanha abolicionista, ressalta-se a escravidão como uma instituição de longa duração, vigorando por três séculos. A Lei

Eusébio de Queiroz¹³ determinou a extinção do tráfico, considerando o contrabando de escravos ato de pirataria. Teoricamente, significou a primeira medida efetiva contra a escravidão no Brasil, mas, de forma imediata, não foi capaz de abalar ou provocar mudanças na dinâmica da instituição escravista. É por isso, que:

[...] no meio do século XIX o Brasil não tinha passado por nenhum grande conflito seccional de interesse, ou por algum movimento social ou por alguma ofensiva ideológica que ameaçasse o futuro imediato da instituição escravidão da mesma forma que durante a crise dos Estados Unidos. Essa mesma instituição ainda estava legalmente intacta [...] O partido conservador, que era dominante, estava empenhado em facilitar o desenvolvimento econômico de forma que as elites de comerciantes e fazendeiros pudessem fazer “o que eles sempre tinham feito com maiores vantagens de acesso, segurança e capital”. Em nenhuma década desde a independência brasileira a instituição da escravidão tinha sido menos ameaçada. Externamente, a abolição do tráfico de escravos tinha sido uma barganha tácita da elite para desembaraçar a sociedade brasileira das contínuas intrusões imperiais e abolicionistas britânicas, que haviam oprimido o Brasil durante uma geração (DRESCHER, 2011, p. 499-500).

O Brasil mantinha a escravidão como base para as relações sociais e de produção, sem encontrar alternativa para a utilização da mão de obra escrava que apresentasse resultados de curto prazo, além disso, a classe dominante justificava a escravidão como natural, pois os escravos eram vistos como indivíduos nascidos para o trabalho forçado:

No Império do Brasil, o mundo da produção estava organizado sob a égide do escravismo, que proporcionava alta lucratividade e por isto era impossível se empreender a defesa ou se quer concordar com argumentos em prol dos direitos individuais a liberdade. [...] Além do lucro advindo mediante a utilização da mão-de-obra escrava, há de se considerar o significado da escravidão para esta sociedade (GUIMARÃES; PRADO, 2001, p. 172).

De acordo com Carvalho (1988b), essa questão aparece no discurso propalado pelos dirigentes agrários no Congresso Agrícola realizado no Rio de Janeiro em 1878. Nesse evento, sob a coordenação de João Lins Vieira Cansansão de Sinimbù, na época Ministro da Agricultura e Obras Públicas, reuniram-se os

¹³ A Lei Eusébio de Queirós aprovada em 4 de setembro de 1850 proibiu terminantemente o tráfico de escravos. Anterior a ela a Lei de 7 de novembro de 1831, declarava livres os escravos que entrassem no país via contrabando negreiro. Contudo o tráfico não cessou e adquiriu caráter de ilegalidade. O destaque da Lei Eusébio de Queirós incide no uso dos mecanismos de poder no combate aos contrabandistas, como o apoio dos chefes de polícia e o fortalecimento das instituições responsáveis pela fiscalização.

proprietários de terras das províncias de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, para discutir junto ao governo imperial a questão da “grande lavoura”:

O momento era particularmente difícil porque a grande agricultura se achava numa encruzilhada, sem saída à vista. De um lado, a libertação dos nascituros, feita em 1871, definiria prazo fatal para o fim da mão-de-obra escrava; de outro lado, as experiências com a imigração européia, especialmente pelo sistema de parceria, não se mostrava ainda viável. Se todos estavam convencidos de que não se podia contar mais com os escravos a médio prazo, muitos também achavam que o trabalhador europeu não poderia ser a solução [...] (CARVALHO, 1988b, p. 6).

O excerto demonstra a resistência da elite escravagista quanto à libertação dos escravos e sua substituição por trabalhadores livres. Os proprietários das grandes lavouras não conseguiam vislumbrar outra forma de trabalho para além do trabalho escravo, para além da escravidão, o que também contribuiu para morosidade do caminho que levaria a Abolição.

A Lei Eusébio de Queiroz promoveu um pequeno avanço no que respeita ao tratamento dos escravos, a proibição do tráfico fez o preço do escravo aumentar trazendo preocupações financeiras aos latifundiários e obrigando à elaboração de orientações sobre a maneira de se cuidar e tratar dos escravos sem, no entanto, destituir o caráter agressivo da escravidão. Ser escravo era trabalhar sem remuneração, submeter-se ao comando do senhor e carregar o estigma de “coisa”; em outras palavras, ser tratado como um bem material de propriedade privada daquele que o adquiriu como qualquer outra mercadoria.

Relativo ao estigma de “coisa” compete um breve esclarecimento. Nos diversos estudos acerca da escravidão e dos escravos, encontra-se o conceito de “escravo-coisa”. Tal abordagem está ligada ao uso da violência e dos castigos físicos que tinham o objetivo de adestrar os negros ao trabalho servil. Nesse sentido defendia-se a ideia de que os negros inseridos no processo da escravidão estavam à margem do processo educativo e social, “conferindo-lhes uma incapacidade de pensar o mundo a partir de categorias e significados sociais que não aqueles instituídos pelos senhores, fazendo dos escravos um mero reflexo da escravidão” (FONSECA, 2002, p. 6).

Rábula, Gama usou de todos os artifícios legais e jurídicos perante os tribunais, atuando na defesa e libertação dos escravos. Ele empregou o arcabouço legal para lutar em favor dos escravos e a consciência de que essa instituição

era um problema social despontava nos debates sociais e no Parlamento. Alonso (2010) assegura que medidas nesse sentido precisavam e estavam sendo tomadas, ainda que de maneira branda e cautelosa:

A primeira delas era combater a escravidão por dentro do arcabouço legal escravista. Da mesma maneira que seus congêneres norte-americanos e ingleses, os abolicionistas brasileiros começaram a fazer uso de ações institucionais, impetrando ações junto às instituições políticas e jurídicas: processos, apelos, denúncias, endereçados a juízes e promotores, criando uma linha de argumentação chamada de “ações de liberdade”. A estratégia consistia em requerer a aplicação da legislação emancipacionista existente, basicamente o acordo burlado com os ingleses, proibindo o tráfico de africanos em 1831, o que tornaria livres todos os africanos ingressos no país depois dessa data. O abolicionista mais barulhento no uso dessa estratégia foi o mulato Luiz Gama, que, mesmo sem diploma em direito, apresentou inúmeras petições nos tribunais de São Paulo em nome de escravos, ao longo dos anos 1870 (ALONSO, 2010, p. 4).

Gama iniciou sua participação na imprensa paulista atuando no *Diabo Coxo* como um empedernido crítico das condições sociais e políticas e defensor da libertação dos escravos. Após o fechamento do jornal, Gama atuou no *Cabrião* (1866), foi proprietário do *Polichinelo* (1876), colaborou no *Correio Paulistano*, no diário *A Província de São Paulo* que mais tarde se transformou em *O Estado de São Paulo*.

A atuação de Gama na redação do jornal resultou na promoção de um debate aberto em favor do progresso e da modernidade, colaborando com o movimento abolicionista ao propagar suas ideias sobre a liberdade, já que substituir a escravidão pela liberdade era uma das premissas essenciais ao estabelecimento do progresso material e social. De forma mais ampla, os estudos de Costa (1956) revelam que:

O abolicionismo era uma causa generosa e cristã e falava aos sentimentos filantrópicos que a sociedade cultivava. Ser a favor da emancipação dos escravos era ser a favor do progresso e da civilização, pois a escravidão fora condenada em nome do progresso e da civilização nos países mais desenvolvidos. [...] A abolição passara a ser causa nobre; a defesa da escravidão, odiosa. Alistar-se nas fileiras do abolicionismo era também combater as oligarquias que se apegavam à escravidão (COSTA, 1956, p. 63).

A participação de Gama no *Diabo Coxo* significou o concílio de indivíduos originalmente distintos no que tange à nacionalidade e à origem social, mas que

partilhavam do mesmo sentimento de justiça política e social. A negritude de Gama, e o fato de ter sido escravo sendo já homem livre, remetem à constatação de que no século XIX a escravidão conferia sentido e determinava a maior parte das ações políticas, econômicas, sociais e culturais no Brasil, cuja distância ou a proximidade dos indivíduos com a escravidão determinava a condição e o posicionamento perante àquela sociedade (FONSECA, 2002). Entre eles, Gama era aquele mais próximo e Agostini o mais distante, uma associação no mínimo arbitrária que definiu o caráter polêmico, crítico e inovador do “domingueiro” ilustrado na província paulista.

A citação abaixo, cuja presença encontra-se na Série II, Edição nº 7 de 3 de setembro de 1865, esclarece o posicionamento de Gama com relação a atuação dos juízes da província, comprovando o caráter crítico mencionado:

Ponha-se um homem prezo em vez do osso;
 E na vasta fileira dos requerentes
 Apareça d' um lado
 Um cidadão dotado
 De talentos e virtudes transcendentas;
 Um sábio e justiceiro magistrado;
 Ou um bravo guerreiro, que mil vezes.
 Pela pátria posse em risco a vida;
 E apareça em seguida
 Um palerma, um pateta, um idiota
 Que seja o capacho
 De sua excelência;
 E terá o capacho a preferência (*DIABO COXO*, 1865, n. 7, Série 2).

Luiz Gama rompeu o padrão dominante na sociedade brasileira, onde escravos ou negros eram, na maioria, analfabetos e circulavam nas rodas políticas e sociais somente para servir aos senhores. O saber ler e escrever e a consciência formada a respeito da condição escravo permitiram construir argumentos que o levaram a recuperar sua condição de negro nascido livre e o encaminharam à luta pela liberdade. Ferreira (2012), estudiosa da vida e obra de Luiz Gama afirma que:

A partir de 1869, Luiz Gama se tornaria assíduo colaborador da imprensa, conquistando um lugar e uma visibilidade quase ostensiva na vida pública, ponto inicial de uma projeção que só faria aumentar. Alude-se aqui a um momento em que às palavras cabia produzir as imagens que, no mundo de hoje, frequentemente se substituem àquelas. Assim, há uma diferença significativa nas condições de produção das *PTB*, dada a sua excepcionalidade, em relação aos escritos posteriores, jornalísticos em sua maioria, uma vez que Luiz Gama não retornará à poesia. No entanto, o jornalista conserva uma

qualidade escritural e estilística, além de uma relação estreita com a produção editorial, enquanto tipógrafo e dono de periódicos (GAMA, 2000, pp. XX) que justifica sua plena inscrição no campo literário. Recorde-se que, do século XIX boa parte do século XX, jornalismo e literatura mantêm vínculos estreitos. O jornalismo, que para muitos se desdobrava em ferramenta política, era realizado por escritores que, não raras vezes, iniciavam nessa atividade sua carreira literária, exercitando-as paralelamente. Assim, num Brasil escravocrata, há menos de quatro décadas independente e em pleno período romântico, durante o qual o negro-escravo desponta como tema na poesia ou personagem no romance, Luiz Gama finca uma voz inaugural, a do primeiro autor negro que se enuncia enquanto tal, figura até então ausente da literatura brasileira (FERREIRA, 2012, p. 9).

Ao publicar o livro *Primeiras Trovas Burlescas* (PTB), Gama inseriu-se em uma esfera distinta de sua origem. No século XIX os poetas e jornalistas compartilhavam ideais e objetivos que, por vezes, convergiam para o jornalismo crítico, como aquele feito ao participar da redação de algumas das seções do *Diabo Coxo*. Gama transitou pelo espaço destinado aos brancos com desenvoltura, subvertendo a ordem imposta pela elite dirigente e contrariando a ordem natural da relação senhor e escravo, branco e negro. Costa (1999) salienta que

[...] No Brasil, desde o começo não houve dúvida sobre o status do africano: ele havia sido importado para ser escravo. Também não havia discussão sobre o status de seus descendentes, que nasciam para ser escravo como seus pais. Ninguém debatia a posição dos negros livres na sociedade [...] os negros não podiam ocupar posições burocráticas ou usufruir outros privilégios reservado aos brancos (COSTA, 1999, p. 353).

Na esfera política Gama defendeu ideias republicanas, vislumbrava um Brasil nos moldes da República Americana, no que chamava de “Estados Unidos do Brasil”. Participou da convenção que criou o Partido Republicano Paulista, na cidade de ITÚ-SP, em 1870 e, ao perceber que aquele seria um espaço destinado aos interesses da elite dirigente, desligou-se e passou a denunciar e condenar as ações do grupo, mas ainda assim não abandonou os ideais republicanos. A atuação de Gama na luta pelo abolicionismo via imprensa, de maneira geral, também se refere à divulgação e defesa das ideias progressistas visando a alcançar a opinião pública.

O *Diabo Coxo* fez dura crítica à guerra entre Brasil e Paraguai, retratada sarcasticamente nas caricaturas, com Gama abordando a utilização de escravos na condição de soldados de posição de frente. A inquietação ganhava força e tomava todos os setores, inclusive o Parlamento, que até então pouco discutia a questão

servil. Os escravos foram recrutados de forma autoritária e truculenta para lutar na guerra, trazendo a contradição entre o escravo negro e o soldado negro. Contudo, a resistência em abordar e buscar soluções para o problema imposto pela escravidão era tímido e causava desconforto entre aqueles que se beneficiavam diretamente do sistema escravista:

O Brasil, como país independente, nasceu como pátria escravista. A escravidão era uma segunda natureza, organizando não apenas a economia, mas toda a vida social, distribuindo suas sombras na política, nos costumes, na moral, configurando um estilo de vida. Essa centralidade tornou difícil sua tematização. O sistema político a reconhecia como problema, mas evitava mexer nela, sob pena de “perturbar a ordem” [...]. Esse processo foi vivenciado pela elite brasileira como um trauma nacional e o sistema político silenciou sobre o assunto ao longo de toda a década seguinte (ALONSO, 2010, p. 3).

As condições de produção vigorantes no Brasil eram entraves para a modernização social e econômica. A visão parcial sobre a substituição da escravidão pelo trabalho livre refletiu-se também na questão abolicionista, os debates e as medidas legais para efetivar a libertação dos escravos oscilavam entre avanços e atrasos, tornando moroso o processo e a luta pela abolição.

Tal quadro não permitiu a Luís Gama presenciar a abolição advinda em 1888. Morreu em São Paulo, no dia 24 de agosto de 1882, aos 52 anos, ceifado pelo diabetes. A província presenciou um cortejo fúnebre nunca antes visto com cerca de 3.000 pessoas prestando-lhe homenagem, sepultado no Cemitério da Consolação sob a promessa dos presentes de lutar pela abolição e o fim da monarquia.

O juramento cumpriu-se em 13 de maio de 1888, com a emancipação dos escravos conforme a assinatura da Lei Áurea. Após um processo longo e difícil de luta abolicionista durante 20 anos, a liberdade chegou, porém, com menos avanços e mais retrocessos, em pouco ou nada beneficiaram os antigos escravos: “A Abolição aparecia como uma vitória dos abolicionistas, uma dádiva da Princesa Isabel, um ato generoso do Parlamento, uma conquista do povo, mas, acima de tudo, como um preito de homenagem prestado à civilização do século” (COSTA, 1956, p. 93).

No próximo tópico será discutida a importância da imprensa como fonte para a História da Educação e sua cooperação na educação brasileira, na medida em que difundiu ideias, produziu opiniões e apoios e veiculou ocorrências do cotidiano social, político e econômico do Brasil.

3 A CARICATURA COMO FONTE PARA A MEMÓRIA HISTÓRICA BRASILEIRA DO SÉCULO XIX: A CONTRIBUIÇÃO DA IMPRENSA

3.1 IMPRENSA DO SÉCULO XIX: UMA FONTE PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

A presença da imprensa como fonte de estudos de História da Educação vem crescendo ao longo dos últimos anos. O interesse dos pesquisadores, entre vários motivos, se deve ao fato de a imprensa na forma de jornais, folhas, panfletos, etc. ter feito, no século XIX, um registro preciso do cotidiano social, econômico e político da época, ainda que eivado de particularidades relativas à visão política e social de quem escrevia ou relatava esses fatos e acontecimentos. Sobre a importância da imprensa afirma Mendonça (2009):

Nada mais vivo do que um jornal, mesmo que tenha encerrado sua carreira há mais de um século. Quando o simples curioso ou o pesquisador abre suas páginas, personalidades, fatos do cotidiano, eventos locais e internacionais ressurgem e ganham vida; conduz o leitor a um mundo que já passou, mas que se torna presente (MENDONÇA, 2009, p. 11).

Arnaut e Skalinski Júnior (2012), no debate sobre a imprensa como fonte para pesquisa educacional, destacam o papel da imprensa na composição do cenário educacional brasileiro e ressaltam a capacidade dos periódicos de articular particularidades “sem perder de vista a economia política da época e a dinâmica própria das relações culturais que permearam a produção do periódico, parece-nos ser um dos desafios ao historiador que se proponha a realizar este tipo de pesquisa” (ARNAUT; SKALINSKI, 2012, p. 265).

Essa dinâmica determinou à imprensa do período, consideradas as limitações a ela dadas pelas condições da época, apontar o movimento histórico constituído em interesse da burguesia por meio de um debate pautado na defesa ora na manutenção das forças advindas do tempo de submissão política a Portugal, ora aliada ao objetivo progressista, mas, enfim, espelhou os embates que o processo transformador exigia às nações que um dia cumpriram o estatuto colonial escrito pelas antigas metrópoles.

O século XIX representa na história um período de transição no mundo ocidental porque nele se desenvolveram ideias filosóficas, religiosas e científicas que o marcaram como um divisor de águas

entre o racionalismo iluminista da pura razão e o pragmatismo científico produtor de tecnologias que iriam enriquecer o século seguinte (MENDONÇA, 2009, p. 11).

As sucessivas transformações materiais atingiram de maneira generalizada todas as áreas do conhecimento, principalmente as consideradas úteis à melhoria material de vida. A física, química, biologia, matemática e medicina estavam empenhadas em colocar os avanços a serviço dos homens, no intuito de proporcionar maior conforto e comodidade, possibilitando a melhor utilização do tempo. A base utilizada para guiar os homens estava sendo reformulada, e a ideia de um homem criado à imagem e semelhança de Deus cedeu espaço para o homem parte de um processo produtivo, responsável por seu próprio destino, que poderia guiar de maneira livre seus desejos.

As concepções inovadoras nascidas no processo de desenvolvimento do capitalismo orientaram em grande medida as revoluções técnicas. A esse respeito, Costa (2012) afirma que:

O mundo do século XIX celebra esses avanços, confiante nas bondades da ciência e aprofundando seu distanciamento do teocentrismo, a sistematização realizada pela Escolástica em que Deus ocupava o centro do Universo. Essa visão místico-religiosa que fundamentou a Idade Média acabou dando lugar a uma nova ordem, que se baseia em um panorama mecanicista e determinista em que a ciência parecia cada vez mais ser o ápice do saber e o caminho mais viável para o desenvolvimento humano. O lema positivista da ordem e progresso que borda a bandeira brasileira é tradução desse momento de confiança no lado bom do saber humano que marcou aquele século (COSTA, 2012, p. 32).

A permissão da imprensa no Brasil se deu com o decreto de d. João, príncipe regente, no ano de 1808¹⁴. Os tipos vieram a bordo da embarcação *Meduza*, inclusos dois prelos e 26 volumes de material tipográfico, comprados na Inglaterra. Sob o comando de d. Antonio de Araújo de Azevedo, Conde da Barca, inaugurou-se a Impressão Régia. A *Gazeta* do Rio de Janeiro foi o primeiro empreendimento impresso no Brasil permitido a funcionar em 13 de maio de 1808. Ao questionar os

¹⁴ Antonio Isidoro da Fonseca nasceu em Braga era um reconhecido tipógrafo em Lisboa. Em 1747 estabeleceu no Rio de Janeiro a primeira oficina tipográfica brasileira, devido à censura foi fechada em 10 de maio do mesmo ano, atendendo uma ordem da Corte portuguesa. Antonio Isidoro é considerado pela historiografia como o “patriarca da imprensa”. O primeiro impresso no Brasil foi um folheto que relatava as homenagens ao bispo do Rio de Janeiro, Antonio do Desterro Malheyro. Há indicações de que, após o fechamento da tipografia na Corte, ele tenha retornado para Portugal. Em 1750, solicitou nova licença a d.João VI, para instalar-se em Salvador.

motivos que retardaram a chegada da imprensa no Brasil, limitando e impedindo sua ação junto ao público leitor, Bahia (1990) destaca:

São razões de Estado – garantir o colonialismo, conservar incólume o despótico controle de seus interesses políticos e econômicos, deter pela força as aspirações de liberdade e justiça – e não de outra natureza que fazem Portugal insensível, até 1808, à tipografia e ao jornal num Brasil escravocrata e monocultor. Alias um procedimento que só acentua as contradições do domínio português. [...] Uma ironia, mas um fato tardio e uma fatalidade histórica que compõem o processo de decadência do colonialismo. [...] Por não transigir com a liberdade, o colonialismo assume nosso atraso na montagem tipográfica (BAHIA, 1990, p. 11).

No período compreendido entre 1808 a 1821, todo e qualquer impresso que pretendesse atingir o público precisava passar pelo escrutínio da junta diretora de censura prévia, que avaliava o conteúdo veiculado impedindo quaisquer publicações contra a religião, o governo e os bons costumes¹⁵. A imprensa desse período é denominada imprensa áulica, em outras palavras, ela servia aos interesses do Estado, ratificando e exaltando seus feitos e virtudes. Sobre esse caráter da imprensa Sodré (1999) afirma que

A característica principal da fase proto-histórica da imprensa brasileira, válida apenas do ponto de vista cronológico, foi à iniciativa oficial, [...] Era agora necessário informar, e isso prova que o absolutismo estava em declínio. Já precisava dos louvores, de ver proclamadas suas virtudes, de difundir os seus benefícios, de, principalmente, combater as ideias que lhe eram contrárias. [...] O absolutismo luso precisava agora defender-se. E realizou a sua defesa em tentativas sucessivas de periódicos, senão numerosos pelo menos variadas (SODRÉ, 1999, p. 29).

A *Gazeta do Rio de Janeiro*, assim como alguns dos jornais autorizados ao funcionamento, serviam aos interesses da corte e do governo, atuando como porta-vozes oficiosos dos atos da Coroa. Ou seja, a imprensa não deveria publicar nada que pudesse ser contrário ao *status quo* político e social, estabelecido pela metrópole às colônias.

¹⁵ Dentre os poucos jornais que tiveram autorização para circulação pública tem-se, em 1811 na Bahia, o jornal *Idade D'Ouro no Brasil*; a revista *Variedades* ou *Ensaio de Literatura*, que expediu somente dois exemplares; no ano seguinte, 1813, no Rio de Janeiro o lançamento de *O Patriota*, com 18 exemplares. Embora o *Correio Braziliense*, publicado em 1808 por Hipólito da Costa, não fosse impresso no Brasil e sim em Londres, circulou na corte durante esse período, principalmente, vindo de contrabando, porque estava proibido de entrar no Brasil.

Tem-se, então, uma imprensa empenhada em manter e conservar o poder da monarquia portuguesa, cuja circulação se destinava a um público leitor restrito, negociantes nacionais e estrangeiros, funcionários do Exército e Marinha, integrantes do Senado e Câmara, em suma, àqueles que faziam parte da administração, ou que estavam próximos a ela. A censura e o controle exercido pela monarquia sobre a produção impressa definiu também o caráter de sua produção, as notícias veiculadas deveriam ser brandas, para não causar desconforto na população e de forma a não fomentar crítica.

A partir do ano de 1821, e com o fim da censura prévia, a palavra impressa tornou-se livre no Brasil. Assumindo uma nova condição de produção e circulação, cresceu o volume de impressos e folhas avulsas pelo território nacional¹⁶. John Armitage (1981), viajante inglês e autor de célebre estudo sobre a história brasileira no século XIX constatou, já em 1826, a acolhida que teve a imprensa junto aos brasileiros e a influência que passou a desfrutar nos locais aonde chegava:

Se na Europa, onde há tantos e tão variados meios de se adquirir instrução, a ascendência da imprensa periódica é em toda a parte sentida e reconhecida, com maior razão sua influência no Brasil é mais preponderante, visto que nele os periódicos são os únicos veículos de instrução que existem (ARMITAGE, 1981, p. 235).

O fim da censura oportunizou a instalação da imprensa com diversos órgãos sendo inaugurados no decorrer do século XIX. A sua atuação veio a ser porta-voz das lutas entre partidos e facções, mas, também de ações direcionadas à construção do modelo de nação forjado pela elite econômica e política. Na imprensa não havia tema esquecido à pena dos redatores: monarquia, escravidão, abolição, modos, costumes, etc., muitos experimentaram a verve cordata ou ferina de quem retratava o cotidiano provincial ou da corte:

A imprensa periódica assumia-se como agente cultural, mobilizador de opiniões e propagador de ideias. [...] Há fortes indícios de que o impacto da imprensa foi decisivo no Império Brasileiro, passando a atingir um número cada vez maior de pessoas, mesmo que a quantidade de leitores ainda fosse muito pequena ao longo do século XIX. A prática da leitura em voz alta, costume da época, no âmbito doméstico ou em público, era valorizada, fazendo com que a palavra impressa fosse difundida para um círculo bem mais alargado do que o de seus leitores propriamente ditos (FARIA FILHO *et al.*, 2008, p. 75).

¹⁶ Isabel Lustosa apresenta uma considerável relação de periódicos e de seus responsáveis no livro *O nascimento da imprensa brasileira*, publicado em 2003 pela Editora Jorge Zahar.

Assim, as questões da época ganhavam corpo nos debates realizados na imprensa que, por sua vez, contribuía com a formação cultural e política do povo. Esta análise ganha sentido quando abordada em paralelo ao conceito de “opinião pública”. Nascimento (1989) afiança que

Se na tradição filosófica, o conceito de opinião sempre fora relegado a condição de sombra perturbadora da verdade, obstáculo à razão, sistema do medo e do preconceito cristalizados nos costumes, sobretudo sob ação dos poderes eclesiásticos, no final do século XVIII, fazendo-se opinião pública, passa ser encarada positivamente. [...] Forma-se a partir de grupo de homens ilustrados – pedagogos, preceptores, guias e juízes do povo – e sua força não provém do discurso desses homens e sim de que seja aceita e assimilada pelo público esclarecido. A opinião pública é o encontro entre a razão e o povo esclarecido, torna-se lugar da verdade e seu poderio depende de conseguir impor-se aos homens no poder. Com isso, o critério da verdade deixa de ser meramente teórico para tornar-se eminentemente prático. Concebida como direito do homem e do cidadão e como verdade que vem a público trazida pela razão, a opinião converte-se em arma na defesa da liberdade de expressão, isto é, faz-se liberdade de imprensa. A esta última dá-se o objetivo de tornar transparente a administração pública, dando ao povo acesso às informações, trabalho do homem de letras enquanto publicista, isto é, jornalista (NASCIMENTO, 1989, p. 15).

Em concomitância à imprensa circulante no Brasil destaca-se o empreendimento de Hipólito da Costa (1774-1823) no *Correio Braziliense* (1808-1822), publicado em Londres. A imprensa desenvolvida por Hipólito esteve vinculada à preocupação de traçar teoricamente os caminhos necessários ao desenvolvimento econômico e social do Brasil, propósito acentuado no texto inaugural de seu jornal onde explicitava a tarefa de espalhar luzes na condição de objetivo de vida¹⁷.

Havia em Hipólito uma franca preocupação em desenvolver materialmente a metrópole e o Brasil, considerada por ele a parte mais rica e importante da coroa portuguesa, assim, a colônia brasileira deveria ser administrada de forma a que toda sua potencialidade se convertesse em grandeza para o império português. A conveniente instrução para os negócios, o conhecimento dos avanços produtivos e a adesão a um governo liberal oposto ao absolutismo se configuravam em condições essenciais ao progresso:

¹⁷ “O primeiro dever do homem em sociedade é de ser útil aos membros dela; e cada um deve, segundo as suas forças físicas, ou morais, administrar, em benefício da mesma, os conhecimentos, ou talentos, que a natureza, a arte, ou a educação lhe prestou [...]” (CORREIO BRAZILIENSE, v. 2, p. 3, jun. 1808).

Um povo que se conduz como rebanho de carneiros é sempre incapaz de coisas grandes. Quando os homens raciocinam por si, quando têm a faculdade e a oportunidade de julgar os negócios públicos, adquirem a energia de espírito que os faz aspirar à fama e a fazerem, para obter, os serviços assinalados [...] Olhe-se, pois, para esta questão em geral, independentemente de considerações individuais, ponderem-se os efeitos e tendências dos escritos deste gênero bons ou maus; os bens e os males, que podem produzir; a necessidade que há de espalhar instrução útil ao Brasil; os inconvenientes, que se seguem da ignorância; as vantagens, que disso tiram as nações estrangeiras, e não temos dúvida que todo o homem, que pensar nisto desapaixonadamente, será de opinião que a admissão e multiplicação de obras periódicas no Brasil serão de incalculável vantagem, para o melhoramento da civilização daquele país (COSTA *apud* LIMA SOBRINHO, 1977, p. 240-241).

O *Correio Braziliense* fez oposição à imprensa oficial e à aristocracia portuguesa e encampou a defesa da monarquia constitucional, no seu entender, muito mais propícia ao desenvolvimento do Brasil. Segundo Lustosa (2003, p. 17), a ação do *Correio* se distinguia também por “chamar a atenção para o caráter daninho do Absolutismo ou de qualquer forma de despotismo que Hipólito escrevia”, promovendo uma ruptura com a monótona filosofia propalada pela *Gazeta* ao impor um debate contestatório ao absolutismo do governo monárquico:

[...] um pensador que marcou presença na história da independência do Brasil, na medida em que contribuiu com idéias que visavam formar politicamente os brasileiros tanto quanto deixá-los cientes do desenvolvimento econômico das nações progressistas e do que poderiam fazer para desfrutar do mesmo patamar de condições. A luta que travou durante os 14 anos de existência do *Correio Braziliense* garante-lhe um lugar entre os intelectuais brasileiros do século XIX que mais fizeram para a instrução política dos brasileiros e um dos que mais influência exerceu na separação entre colônia e metrópole (PERIOTTO, 2008, p. 4).

O jornal de Hipólito contribuiu com a formação do que se denomina hoje opinião pública. A crítica que emitia ancorava-se na divulgação de ideias que pretendiam contribuir com o progresso e desenvolvimento social (no qual a escravidão e o seu fim gradual era uma condição), muito embora viesse a admitir uma ruptura radical com a dominação portuguesa somente após os acontecimentos do Porto, onde se discutia o retorno do Brasil à condição colonial (CINQUE; PERIOTTO, 2005, p. 43-44).

A educação contou com a ação de agentes informais na transmissão cultural entre as gerações, sendo possível atribuir à imprensa significativa contribuição

nesse processo. Pallares-Burke (1998), nesse sentido, assegura a importância e papel desempenhado pela imprensa periódica brasileira no século XIX:

[...] não obstante a crescente importância de instituições formais de educação na transmissão cultural de uma geração a outra, agências mais diversificadas e informais também podem estar envolvidas em tal processo. Romances, jornais, revistas, sermões [...] têm tido sempre sua cota de participação no processo educacional e podem, pois, ter muito a dizer sobre o modo complexo pelo qual as culturas são produzidas, mantidas e transformadas. [...] a ausência de outros agentes educativos, como leis e um sistema de educação pública que, caso existente, poderiam fazer mais sistemática e formalmente o que o jornalismo fazia informalmente (PALLARES-BURKE, 1998, p. 144-145).

Na mesma direção, consignado ao papel educativo da imprensa, figura a importância da utilização dos periódicos impressos como fonte de pesquisa para a história da educação. Arnaut e Skalinski Júnior (2012) avalizam que:

[...] ao fazerem circular informações sobre questões relativas à educação de modo amplo, bem como sobre as particularidades do trabalho pedagógico, os periódicos, independentemente de serem especializados nestas questões, são uma rica fonte de informações para pesquisas em História da Educação [...] **não se trata de considerar as fontes como origem do fenômeno histórico, mas sim como algum tipo de registro ou testemunho de atos históricos** (ARNAUT; SKALINSKI, 2012, p. 252, grifo nosso).

Na qualidade de crítico das práticas conflitantes com as transformações materiais e sociais da época, o *Diabo Coxo* buscou instruir o público leitor por meio de caricaturas polêmicas e textos que retratavam os acontecimentos em tempo real, ou seja, revelavam aquilo que oficialmente a política dominante omitia, expressando as tensões existentes na sociedade. A grande questão pano de fundo no debate do jornal, como em muitos outros que também se opunham à ação política das elites, era construir uma opinião pública capaz de compreender as causas que obstaculizavam a adoção de mudanças profundas as quais a época e as próprias condições de vida no Brasil exigiam. Assim, o *Diabo Coxo*:

Dava início a uma verdadeira militância na política brasileira, da qual não se afastou até o fim de seus dias, vergastando impiedosamente os homens públicos e a sociedade com suas corrosivas e irreverentes caricaturas, que até então eram desconhecidas como arma de combate (CAGNIN, 2005b, p. 16).

Dessa forma, o estudo da imprensa e dos periódicos permite o entendimento do processo educativo como um fenômeno geral, abrindo perspectivas para tomá-lo

nos determinantes particulares que contém. A imprensa do século XIX foi pedagógica ao veicular as ideias iluministas e o repertório de conhecimentos úteis que poderiam permitir o avanço econômico e social. Nas palavras de Lustosa (2003):

Em tempos de Iluminismo, o jornalismo se convertia num eficaz instrumento de difusão das "luzes da razão", assumindo uma dimensão pedagógica que tem sido explorada, em várias vertentes, pela historiografia brasileira. Impressiona, é verdade, a profusão de periódicos que vão se disseminando pelo Brasil, nas primeiras décadas do século XIX, noticiando o fervilhar político vivido durante e pelo Império. Editores e redatores se colocavam como paladinos para o esclarecimento político da população. **Portanto, temos aí um veio fértil para os estudos de história da educação, quando "o jornalista se confundia com o educador. Ele via como sua missão suprir a falta de escolas e de livros através dos seus escritos jornalísticos** (LUSTOSA, 2003, p. 22, grifo nosso).

O século das luzes preconizou os princípios liberais, abandonou o direito divino e abriu as portas da modernidade pautada na liberdade individual e fundada pelo direito civil. Dessa forma a imprensa brasileira dos anos joaninos e do primeiro reinado (1808-1831), na visão de Lustosa (2003, p. 24), "foi fortemente marcada pelo Reformismo Ilustrado". Já no segundo reinado, o panorama político-social brasileiro sofrera abalos consideráveis advindos dos conflitos sociais, geralmente frutos das desavenças locais pelo poder de mando e que, muitas vezes, resultavam dos embates entre liberais e conservadores.

Entretanto, apesar das lutas políticas internas ao Brasil, seria impossível não voltar os olhos para a Europa. Ela reinava, não somente no imaginário popular, na literatura, nos modos e costumes aos poucos incorporados, mas se sabia e se vivia o poder político-econômico que exercia entre os que produziam e comercializavam com o estrangeiro os produtos brasileiros. O custo da produção, mais a concorrência estrangeira, estrangulavam os lucros das mercadorias no mercado mundial, situação que só melhorou com a entrada da cultura do café, o que levou a uma balança comercial mais favorável aos negócios brasileiros.

A imprensa não ficou refratária a essas questões exatamente porque elas sintetizavam o quadro de atraso combatido pelos progressistas. Nessa perspectiva, a imprensa colocou em relevo os problemas estruturais da sociedade, fazendo com que as ideias representativas de um mundo desenvolvido circulassem em locais até então impensados:

No estrito campo da comunicação de massa, temos um jornalismo impresso tardio e, já com a tipografia, uma dependência industrial que bloqueia o jornal e o livro. Assim, é menos por uma razão política e mais por uma razão econômica que progredimos pouco, num horizonte de indústria cultural e de jornalismo, especificamente, no período que vai da Independência à República. A consolidação industrial, a definição empresarial que só se dá na segunda fase, poderia ter ocorrido antes, se outras fossem as condições econômicas. [...] **Uma intensa atividade política e social** de contestação **encontra na imprensa** oposicionista o seu mais enérgico eco, ficando a negociação, a transação para as lideranças políticas. Estas, **ao se verem tolhidas por manobras palacianas que restringem a conciliação, recorrem ao jornalismo como único meio de pressão popular** (BAHIA, 1990, p. 64, grifo nosso).

No tocante ao *Diabo Coxo*, destaca-se o fato de ser o precursor na veiculação de imagens com caricaturas que fascinavam a população. Foi pela força e alcance dessas que o jornal certamente contribuiu para provocar o espírito crítico dos leitores com a sociedade retratada caricaturalmente, sem máscaras ou falsas inferências. Essa ousadia assombrou os homens responsáveis pela política. A partir daquele momento seria mais difícil acobertar as manobras e a intimidade das relações políticas, econômicas e culturais entre os pares, pois as caricaturas, expostas ao público em geral impediriam a dominância de uma única opinião.

A saída do jornal *Diabo Coxo* às ruas foi um dos marcos na conexão entre a imprensa e a educação no Brasil do século XIX. Seus idealizadores propuseram um pacto com a sociedade: “A imprensa, maior inimiga dos maus, é a única força que encontro na terra para desmascarar a esses entes criminosos ou ridículos estúpidos ou orgulhosos” (*DIABO COXO*, 1864, n. 1, Série 1, p. 2). Apesar de não se tratar de um periódico específico sobre a educação, os elementos nele contidos, tais como as caricaturas, os textos satíricos e poéticos, permitem entender as vinculações históricas necessárias à apreensão do processo educativo que apontava para um estreitamento da relação entre saber e progresso:

Para parcela dos sujeitos que viveram no Império do Brasil, a imprensa era fundamental na vida política. Surgidos no Primeiro Reinado, os jornais difundiram-se pelas províncias, tornando-se presentes no cotidiano das pessoas em lugares diversos, por vezes ligados por caminhos ínvios, redefinindo as posições que os sujeitos tinham de si e do mundo que os cercava. Ao passo que se organizavam os espaços do debate político propriamente dito, a imprensa caminhava, modificando as relações que os indivíduos estabeleciam com os poderes e instituições locais (MOREIRA, 2011, p. 141).

O século XIX impôs às nações recém libertas do colonialismo a criação de Estados Nacionais. Uma das exigências era livrar-se dos últimos elos mantidos com o Antigo Regime, para tanto, um dos meios passava pela criação e formação da opinião pública. Nessa mesma linha de raciocínio ressaltam Morel e Barros (2003) que:

É interessante sublinhar uma especificidade nem sempre destacada: o surgimento da imprensa no Brasil acompanha e vincula-se a transformações nos espaços públicos, à modernização política e cultural de instituições, ao processo de independência e de construção do Estado nacional. Do ocaso do Antigo Regime, passando pela recepção do ideário liberal, surgem espaços de liberdade de imprensa que, embora não seja causa, vai compor e interferir no quadro da separação com Portugal e de edificação da ordem nacional. Imprensa e nação brasileira são praticamente simultâneas. A palavra impressa circulava e ajudava a delinear identidades culturais e políticas¹⁸.

Observe-se, entretanto, que a atuação do *Diabo Coxo* na veiculação de caricaturas contrárias ao pensamento conservador arraigado e mantido pela elite dirigente não fazia distinção entre os sujeitos que retratava, objetivando provocar rupturas nos costumes e no modo de pensar da população, efetivando sua contribuição para a solidificação do ideário social burguês e, assim, abrindo os caminhos necessários ao progresso.

Nóvoa *et al.* (2002) afirmam que, por meio dos estudos elaborados a partir das fontes produzidas pela imprensa,

[...] é possível apreender a realidade do campo educativo em toda sua complexidade, tomando como núcleo informativo os periódicos, pois estes traduzem com riqueza os debates, os anseios, as desilusões e as utopias que têm marcado o projeto educativo nos últimos dois séculos. O autor considera que estes materiais constituem um corpus essencial não só para a História da Educação, como também para que se criem novas compreensões da cultura pedagógica (NÓVOA *et al.*, 2002, p. 17).

O estudo acerca do caráter educativo presente no *Diabo Coxo* visa expor os elementos do período no intuito de recompor o contexto social do século XIX, em particular o período de sua atuação (1864-1865), passando pelos debates e questões enfrentadas por sua época. A análise realizada sob os auspícios da perspectiva teórica, na qual as lutas humanas são o ponto de partida, conduz a uma

¹⁸ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. A imprensa como fonte documental. **Imagem & Poder: Observatório da Imprensa**. 2003. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/al170620032.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

visão abrangente e aprofundada dos condicionantes vinculados à materialidade da produção humana. Permite, em última instância, identificar as bases utilizadas pelos formadores de opinião pública, aliados à defesa do progresso e em nome de mudanças favoráveis a melhoria da sociedade.

Visto por esta perspectiva, o *Diabo Coxo* agiu no sentido de formar a opinião pública e seguiu à risca os propósitos da imprensa combativa e, ao mesmo tempo, incorporou ao debate a imagem de uma sociedade atada às formas do passado, incapaz de modernizar-se e de incluir o povo num projeto cuja natureza era ser elitista.

Entretanto, é preciso enfatizar o sentido que se atribui ao caráter educativo vinculado à imprensa, de modo geral, e ao *Diabo Coxo* em particular. Desse esclarecimento resulta a estreita vinculação entre imprensa como fonte para a História da Educação.

O debate educativo implícito aos temas tratados, visando civilizar a população e incluir o Brasil numa presumida rota de desenvolvimento e progresso, esteve presente em muitos jornais durante o século XIX. Alguns deles foram mais enfáticos nessa defesa, inclusive se denominando órgão do progresso social, como é o caso da revista *O Progresso*¹⁹, dirigida por Antonio Pedro de Figueiredo. Ao analisar esta revista, Periotto (2001), num estudo sobre imprensa e educação no século XIX, faz uma afirmação possível de utilizá-la na explicitação de novos estudos na área:

A análise [...] tem por propósito privilegiar os aspectos formativos presentes [...] – entendidos enquanto a postulação criteriosa de ideias que intencionavam encaminhar os homens daquele meado de século à conquista do progresso –, ensejados no transcorrer de sua atuação junto à opinião pública [...] se seu propósito era instruir os homens de seu tempo [...] temos que considerar a iminência de um processo educativo em curso (PERIOTTO, 2001, p. 3-4).

A ação educativa, portanto, se fazia também no ato civilizatório de levar ideias, propostas, enfim, uma nova visão de mundo a quem estava envolvido pelas velhas formas sociais, e encontrava-se alheio às inovações nascidas do avanço

¹⁹A revista *O Progresso*, de Antonio Pedro de Figueiredo, foi publicada em 12 de julho de 1846 na cidade do Recife-PB. Trazia a seguinte inscrição; “revista social, política, literária e científica O Progresso, órgão das ideias de progresso social na América do Sul”. Em 1950, a Imprensa Oficial do estado de Pernambuco, sob o trabalho de organização do professor Amaro Quintas a publicou como parte do programa de comemorações do centenário da Rebelião Praieira.

tecnológico e dos melhoramentos que o estender do progresso trazia à vida das pessoas.

A História da Educação, neste sentido, é favorecida com a eleição de novos objetos e novas abordagens teórico-metodológicas, além de ser reveladora de um longo processo educativo não escrito nos bancos escolares, o foi no interior da dinâmica social no século XIX mudando-a ao sabor das necessidades e potencialidades disponíveis. Dizem Faria Filho, Chamon e Rosa (2006) que:

Já há muitos anos, diz-se que a pesquisa em história da educação passa por uma intensa renovação. Mesmo considerando a enorme fascinação do campo pedagógico pelo novo, logo produzido como positivo, no caso da história da educação, ao que tudo indica, a renovação tem significado um enriquecimento das abordagens teórico-metodológicas, uma ampliação das fontes, a diversificação dos objetos e a elaboração de perguntas inimagináveis há algumas décadas. No seu conjunto, tais procedimentos têm redimensionado o nosso campo de estudos (FARIA FILHO; CHAMON; ROSA, 2006, p. 7).

Parte dos novos procedimentos da historiografia educacional e dos novos objetos em análise, o *Diabo Coxo*, periódico utilizado como fonte de pesquisa, cuja importância e pertinência estão expostas nas considerações acima, aborda o conceito de caricatura na condição de primeiro passo para o entendimento dos significados históricos dos traços de Agostini. Evidencia-se o impacto da imagem em uma sociedade composta na sua maioria por uma população analfabeta, e na qual a caricatura pode ser utilizada como recurso e propósito educativo.

3.2 CARICATURA: UMA ARMA EDUCATIVA?

A análise da ação educativa do *Diabo Coxo* exige elementos que comprovem a hipótese de que a caricatura foi um dos instrumentos utilizados no objetivo de instruir politicamente a população da província paulista. Para tanto, é necessário considerar também o estágio econômico e social no Brasil e as especificidades da província paulista relativas à educação.

O conceito de caricatura é diverso, o que impede estabelecer um consenso acerca de seu significado. Essa dificuldade, porém, pode ser superada quando se considera o alcance das imagens junto à compreensão dos indivíduos, o seu conteúdo e a capacidade de uma sociedade se autorretrair nos limites da sátira e da provocação do riso. Nesse sentido, Lobato (1946) assegura que “Em nada se

estampa melhor a alma de uma nação, do que a obra de seus caricaturistas. Parece que o modo de pensar coletivo tem seu resumo nessa forma de riso” (LOBATO, 1976, p. 38).

Os estudos sobre essa questão, de forma geral, reconhecem a influência da caricatura na formação da opinião pública na medida em que elas simplificam a compreensão daquilo que está em realce, como também os significados ocultos nos traços do artista. De acordo com Santos (2000):

A imprensa não prescinde da colaboração da caricatura e do humorismo [...] As grandes causas em jogo têm sempre no lápis do artista e no humor a defesa segura, a propaganda mais eficaz do que o gongorismo de muitos artigos de fundo. O humorismo no homem, assim como seu desejo de distrair-se e de rir, está tão enraizado em sua natureza que não concebemos a humanidade sem essa vontade de pilheriar em suas atitudes, mesmo as mais sérias (SANTOS, 2000, p. 11).

A fim de evitar possíveis incongruências ou falsas inferências acerca do tema, optou-se por apresentar alguns dos diversos sentidos e significados do termo. Há no Dicionário Aurélio (FERREIRA, 2008) duas definições para o termo caricatura: a primeira se refere ao desenho que acentua ou revela certos aspectos das pessoas ou dos fatos; a segunda a define como a reprodução deformada de algo. Comparou-se esse conceito, que pode ser definido como simples ou usual, ao conceito disponível na Enciclopédia INTERCON²⁰ de Comunicação, que reuniu nesta obra os conceitos indispensáveis à área, dentre eles a definição de “caricatura”. O conceito evidencia o caráter político e ou social contido nas imagens, principalmente a crítica dirigida em tom satírico aos homens públicos.

O gênero caricatura, sob o ponto de vista da expressão que o liga ao humor gráfico, abarca as categorias relativas ao humor e ao riso de uma forma geral, portanto, é dentro desta expressão que está contido o conceito que define a caricatura, a charge, o cartum e a história em quadrinhos (GAWRYSZEWSKI, 2008).

A caricatura, como retrato satírico, surge a partir da obra de Agostino Carracci, no final do século XVI. A família Carracci mantinha uma academia em Bolonha, tendo como uma das suas principais atividades a pintura de gênero, voltada a cenas do cotidiano (HERMES, 2012, p. 4).

²⁰Cumpramos esclarecer que para compor a Enciclopédia INTERCON, foram convidados diversos autores para conceituar os inúmeros verbetes referentes à área de comunicação e jornalismo. Utilizamos deste conjunto o conceito de caricatura elaborado por Camilo Riani.

A origem etimológica da palavra está no verbo italiano **caricare**, que significa carregar, sobrecarregar ou carregar exagerando. Geralmente quando se pensa em caricatura logo se remete ao sentido de cara ou fisionomia de algo ou de alguém. Na desconstrução dessa associação Cagnin (1994) afirma que:

[...] só nos países de fala portuguesa é possível supor que a palavra 'caricatura' seja derivada de 'cara', e, em consequência, que caricatura não seja outra coisa senão um retrato, uma representação humorística da cara, em que se ressaltam os traços característicos, sobretudo os defeitos faciais, para provocar o riso, quando não ferir com a sátira mordaz e o deboche. [...] Certamente a cara, o rosto, presente em quase todos os desenhos de humor, por ser a figura humana extremamente familiar, consolidaram este conceito equivocado, hoje tão radicado entre nós, de supor que a palavra 'cara' tenha dado origem à palavra 'caricatura' (CAGNIN, 1994, p. 6).

Para Lima (1963), a caricatura só encontra sentido quando exposta ao coletivo de uma sociedade, portanto, é presente em seu conceito as dimensões sociais e políticas. Assim, a caricatura assume a função de “caracterizar, sublinhar algum gesto, para notar algum jogo de fisionomia, para unir tão intimamente todos os aspectos inesperados, inéditos, da máquina humana, que o envoltório da carne e dos ossos revele todos os seus segredos” (LIMA, 1963, p. 6).

No *Diabo Coxo* as caricaturas enquadram-se na categoria de charge política e social, reiterando sua função educativa junto à população ao tratar de temas de interesse coletivo. Nesse espaço e contexto, a imprensa, como agente colaborador no processo educativo da nação, mesmo informalmente, sem estar apoiada na didática pedagógica inerente à atividade educativa das instituições formais de ensino, conduziu o processo educativo no que se refere às massas, atendendo à demanda de sua época.

[...] As caricaturas e as charges realizadas pelo ítalo-brasileiro, Ângelo Agostini, no Brasil, durante o século XIX, refletiam a insatisfação para com o governo de D. Pedro II. Representação da figura humana [...] composta por traços anatômicos exagerados e distorcidos [...] a caricatura é uma “representação plástica ou gráfica de uma pessoa, ação ou ideia interpretada [...] sob seu aspecto ridículo ou grotesco”. A charge normalmente uma sátira ou crítica política – é um comentário ilustrado feito com base em um fato recente que tenha se tornado notícia [...] (GALLOTTA, 2007, p. 161).

A imprensa indicava a necessidade das escolas de primeiras letras à medida do debate pela modernização robustecer-se, tornando imprescindível a criação de um sistema educacional que contribuísse com o projeto civilizador e propiciasse o

progresso. Ganhou visibilidade social e cativou um público leitor fiel, ainda que vinculado ao público letrado.

Ao noticiar ações relevantes à difusão e consolidação do sistema educativo no Brasil a imprensa acabou por se tornar aliada da escola, conduzindo um debate que cobrava por reformas e modernização das instituições sociais, já ultrapassadas no mundo desenvolvido, mas vigentes no Brasil. Ganhou visibilidade social e cativou um público leitor fiel, vinculado ao público letrado, mas também ao público em geral que, mesmo analfabeto, “ouvia” e “via as imagens”:

Na perspectiva comunicacional, as palavras traduzidas em signos ampliaram as possibilidades de comunicação entre os homens. A imagem gráfica jamais deixou de ter papel expressivo na comunicação humana, uma vez que o acesso à leitura aconteceu de forma gradativa e atingia apenas as classes mais privilegiadas da sociedade. Assim, a imprensa conquistaria um novo tipo de leitor, uma camada não privilegiada que compreenderia, via imagem gráfica, um novo modo de perceber os acontecimentos através de processos mais explicativos e atrativos (SANCHOTENE, 2011, p. 5).

De forma mais ampla, pensar a imprensa do século XIX, segundo Pallares-Burke (1998), é considerar os jornais produzidos no Brasil nesse período, propagando os valores e as ideias iluministas, a fim de educar o público para o projeto civilizador moldado no estatuto das relações burguesas. Tratava-se, enfim, de universalizar um modo de ser vigente nas nações desenvolvidas:

Na verdade, o projeto iluminista de transformar mentalidades “arcaicas” em “ilustradas” não só se revela presente como até reforçado no jornalismo latino-americano do século XIX. [...] Recém-emancipada da ordem política absolutista a imprensa passa a ser constantemente referida como meio mais eficiente e poderoso de influenciar os costumes e a moral pública, discutindo questões sociais e políticas. De existência em geral efêmera, os novos periódicos [...] aparecem em profusão em toda América Latina e se auto descrevem como indispensáveis “difusores de luz”, veículos da cultura, progresso e liberdade. Tal função insubstituível da imprensa é geralmente justificada pela ausência de outros agentes educativos, como leis e um sistema de educação pública, que, caso existente, poderiam fazer mais sistemática e formalmente o que o jornalismo fazia informalmente (PALLARES-BURKE, 1998, p. 147).

Entre as conceituações respectivas à caricatura dois aspectos devem ser citados – a caricatura social e a política. A caricatura, ligada à representação de figuras humanas ou fatos, denota um caráter social ao retratar ocorrências essencialmente humanas. Nesse sentido, a caricatura vai além do retrato cômico e

da sagacidade de quem a produz, assumindo novos significados e características formais no decorrer da crítica:

Inicialmente estava ligada intrinsecamente ao homem, se ela era pessoal, passou depois a abarcar algo mais. Percebe-se que a caricatura abarcaria subdivisões, ou seja, a charge seria uma delas. [...] O termo caricatura englobaria, assim, o conceito de caricatura política, de costumes, social, etc., ou seja, em sua visão a caricatura incluiria as demais. Estaria incluído neste conceito a charge, o cartum e demais desenhos de humor. [...] Por fim, [...] os sub-gêneros, a saber a caricatura política (GAWRYSZEWSKI, 2008, p. 10).

A caricatura e a charge são desenhos de cunho humorístico. A primeira pretende exaltar características fisionômicas de modo a revelar a personalidade humana. A segunda remete aos fatos reais que tradicionalmente se encontram ligados à realidade política e econômica de uma sociedade. É possível concluir que a obra de Agostini contém as duas características, a caricatura e a charge, que estão estritamente ligadas ao humor. De acordo com Pires (2010):

O cômico (representado por charges e caricaturas) passa da condição de mero instrumento de entretenimento para ser compreendido como um mecanismo de elaboração e reflexão social, bem como pode ser entendido como um modo discursivo de resistência ou exprimir, através da ironia, as críticas às instituições formais e aos grupos políticos estabelecidos, sugerindo a existência de campos de tensão discursivos (PIRES, 2010, p. 9).

Em relação ao traço, a caricatura retrata os tipos humanos por meio da representação gráfica disforme e exagerada, geralmente com figuras narigudas, orelhudas, cabeçudas, enfim, chamativas por serem e assim por diante. Hermes (2012) esclarece sobre as características contidas no desenho:

As caricaturas remetem diretamente às personalidades representadas. É na maneira como as relações de semelhança são estabelecidas, contudo, que está a sua geração de significados mais relevantes, acentuando ou alterando um ou outro aspecto qualitativo dessas figuras humanas. Distorções são comuns em caricaturas, gerando um efeito cômico, acentuando um ou outro aspecto da fisionomia (HERMES, 2012, p. 3).

Na charge as imagens e grafismos buscam o resumo das situações reais que ocorrem na política e na sociedade. Ambas são geradoras de críticas, e, especificamente sobre a charge política, a caricatura política “vai além do simples conceito de caricatura como traços característicos e físicos do personagem; engloba

preocupações sociais e políticas daquele que produz a arte, ou seja, um profissional engajado” (GAWRYSZEWSKI, 2008, p. 13).

A caricatura, incontestavelmente, possibilita verdadeira incursão no procedimento moral, físico e mental dos caricaturados, sendo o mais perfeito, minucioso e indelével relatório do caráter da sociedade de qualquer tempo. [...] Todo sentimento humano e universalidade da obra dos caricaturistas não provocam apenas o riso, porque fazem pensar (COTRIN, 1965, p. 10).

Em outras palavras, as ações empreendidas na imprensa, principalmente após a veiculação das imagens, retrataram os hábitos e costumes da sociedade e permitiram a circulação dos personagens que compunham o arranjo social por meio do humor e da irreverência: “A introdução da caricatura na imprensa é marcada por avanços tecnológicos, através da litografia, assim como a popularização dos jornais como veículos e fontes de informação pública” (SANCHOTENE, 2011, p. 18).

Ao retratar a guerra do Paraguai (1864-1870), Agostini, por exemplo, exerceu a influência política na formação da opinião do povo; a princípio, a guerra não mantém relação imediata com o humor ou o riso, no entanto não se furtou de produzir estereótipos dos comandantes do Exército e da política que decidiam os rumos do conflito e quem deveria participar dele, enfatizando a precariedade tanto do exército como das demais condições necessárias ao enfrentamento de um conflito bélico daquele porte. As imagens produzidas tendo a guerra e seus desdobramentos certamente provocaram em parte da população a ter um novo olhar e uma nova opinião sobre a legitimidade do conflito.

As caricaturas de Agostini anunciavam os abusos do Estado monárquico, esclarecendo a população sobre o posicionamento dos homens públicos frente aos problemas de interesse comum. Arrisca-se a afirmar, de acordo com essa perspectiva de compreensão do alcance e influência da obra de Agostini, que ela contribuiu para desvelar as contradições e ambiguidades da política, nominou os responsáveis pelo fracasso e pelo sucesso do país, enquadrando-se no conceito de caricatura política:

O poder de formadora de opinião pública, de denunciar, de mostrar a realidade, de conscientizar [...] a importância política da imagem [...] Na realidade vai mais além, ou seja, o humor gráfico seve para revelar a verdade (GAWRYSZEWSKI, 2008, p. 14).

As imagens impressas no *Diabo Coxo* conduziram um primeiro contato dos leitores com a realidade da guerra ao retratar as minúcias daquela conjuntura.

Ampliou o leque de possibilidades na reflexão sobre os combates e as consequências deles, a situação real e caótica dos acampamentos militares, a ausência de um comando experiente no exército aliado de forma que abreviasse as agruras da soldadesca frente a um Solano Lopes já combalido. Essa dinâmica construída por Agostini em relação ao acontecimento guerra do Paraguai fez a primeira aproximação entre o conjunto de recursos iconográficos e a população, até então distante do conhecimento de como efetivamente os fatos aconteciam no campo de batalha.

Se em época anterior às imagens os indivíduos contavam com os rudimentos concedidos pela alfabetização, a partir daquele momento a caricatura lhes concedia uma nova possibilidade de compreensão da realidade vivida, já que, na visão de Carvalho (1996, p. 55), “a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos”.

Agostini ultrapassou por meio das imagens a pequena “ilha de letrados”, colaborando com a formação do público leitor, pois as obras literárias que vinham do exterior ficavam nas mãos da elite letrada e não atingiam as camadas populares. Nesse sentido, consideram-se as imagens componentes que contribuíram na apropriação dos elementos sociais e culturais da província paulista. Para Lajolo e Zilberman (1996):

Se, na Europa, livros publicados já no século XVI (ou até antes) textualizavam o leitor [...] no Brasil, é só a ficção romântica que os esforços nessa direção mostram-se visíveis. [...] Só no ano de 1840 o Brasil do Rio de Janeiro, sede da monarquia, passa a exibir alguns traços necessários para a formação e o fortalecimento de uma sociedade leitora: estavam presentes os mecanismos mínimos para a produção e circulação da literatura, como tipografias, livrarias e bibliotecas; a escolarização era precária, mas manifestava-se o movimento visando a melhoria do sistema; o capitalismo ensaiava seus primeiros passos graças à expansão da cafeicultura e dos interesses econômicos britânicos, que queriam um mercado cativo, mas em constante progresso (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 18).

Se os letrados, políticos liberais e conservadores no Brasil do século XIX tinham consciência da contemporaneidade das questões da abolição, república e da educação, entendidas por muitos como essenciais ao progresso e desenvolvimento, por qual motivo às iniciativas para resolvê-las não foram e nem puderem ser tomadas desde o início do Segundo Império?

As contradições do Segundo Império pulsavam na sociedade brasileira, a elite agrária, detentora do poder político era favorável à Monarquia Constitucionalista, o

que lhe proporcionava não correr riscos nem abrir mão dos privilégios de que gozara até então. Contudo, essa forma de organização social e produtiva era incompatível com a organização imposta pelo sistema capitalista nos demais países. O resultado da “resistência” conferiu ao Brasil adjetivo de país atrasado. Sendo assim, no debate empreendido pelo *Diabo Coxo*, opositor à manutenção do sistema monárquico e escravista, as questões colocadas ao público permitiam uma visão ampla e destacavam os reais motivos pelos quais o país não empreendia medidas efetivas rumo à modernidade.

Desse entendimento decorre a afirmação que a caricatura pode ser utilizada como arma educativa, auxiliando na compreensão das questões de sua época. Ramos (2008) explica que “o discurso visual também desempenha um papel extremamente importante, as imagens contribuem muito, graças ao seu poder de ênfase e síntese, para tornar as críticas e os ataques ainda mais eficazes” (RAMOS, 2008, p. 292).

A seguir será abordado o ambiente da província de São Paulo no período pré-republicano (1850-1865), destacando o embate de forças em oposição no Império e seus desdobramentos, tendo em vista que deveriam cumprir os procedimentos fundamentais ao projeto de modernização do país.

4 ENTRE CARICATURAS SATÍRICAS E TEXTOS MORDAZES: O JORNAL *DIABO COXO* COMO FORMADOR DE OPINIÃO

4.1 O *DIABO COXO*: ILUSTROU O DEBATE POLÍTICO ECONÔMICO E SOCIAL DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO

Este capítulo destina-se à análise de parte das caricaturas presentes no jornal *Diabo Coxo*, as quais vinham acompanhadas de comentários mordazes e satíricos, além de textos escritos sobre diversos temas. A intenção é colocar em relevo as discussões constantes no periódico e a influência das caricaturas junto à opinião pública. Busca-se determinar o caráter educativo dessas imagens ao expressar a dinâmica político-social mais aproximada possível da realidade dos fatos.

A análise do jornal *Diabo Coxo* tem o objetivo de explicar a forma de abordagem desse órgão de imprensa dos temas sociais, políticos e econômicos por meio do recurso caricatural, articulando-os com o cotidiano da província paulista e aos problemas nacionais.

Essa articulação previa envolver os leitores como partes das metas progressistas, **sendo assim, o jornal construía um debate espelho do quadro político-social e se colocava um potencial formador de opiniões em prol das mudanças demandadas. Este debate não era prerrogativa somente do *Diabo Coxo*. A imprensa, em sua totalidade, abordou e discutiu o tema onde estivesse presente nas diversas províncias brasileiras. O destaque que se credita ao jornal é ter sido pioneiro no uso de imagens que noticiavam o embate travado entre o progresso e o atraso na província paulista.**

A imagem a seguir demonstra o agradecimento aos outros jornais existentes na província pela saudação que havia recebido. De acordo com Cagnin (2005b):

[...] o *Correio Paulistano* publicou a seguinte nota: o *Diabo Coxo* aparece em forma de jornal e promete não cair (pelo seu primeiro número) na encharcada vereda dos pasquins. Ainda bem, já é um progresso para nossa terra possuir uma folha do gosto da *Semana Ilustrada*, uma folha dedicada à caricatura, ao gracejo digno e comedido (CAGNIN, 2005b, p. 12).

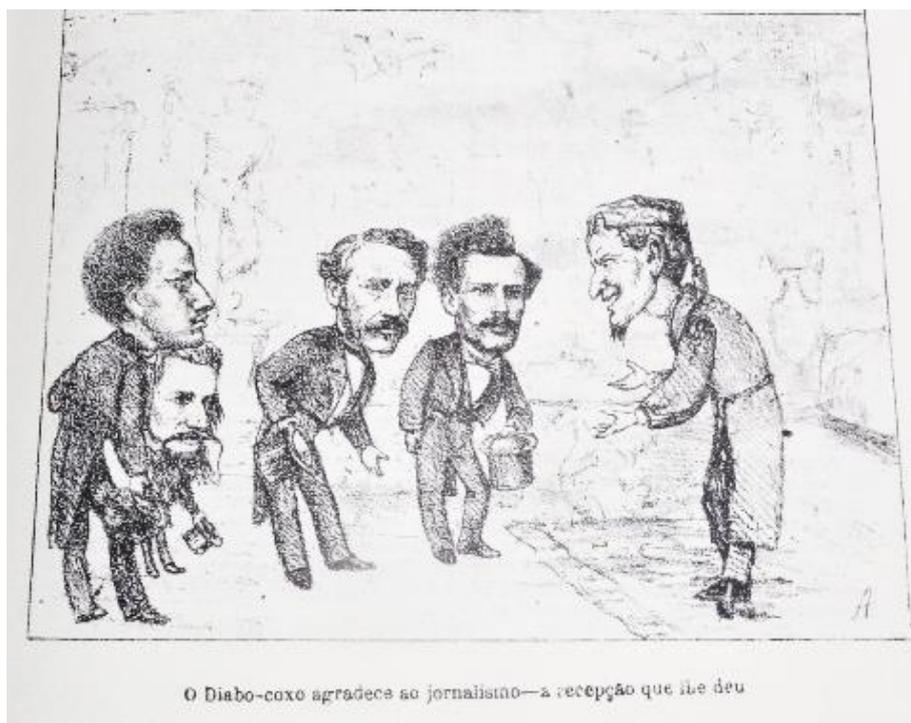


Figura 10: O *Diabo Coxo* agradece ao jornalismo – a recepção que lhe deu
Fonte: *Diabo Coxo* (1864, n. 3, Série 1).

O tempo cronológico delimitado para o estudo do jornal *Diabo Coxo* (1864-1865) é o período pré-republicano, definido entre os anos de 1860 a 1865. Este procedimento deve-se ao fato de no cenário social, político e econômico do período ser encontrado os sinais fundamentais do conjunto de questões que possam explicitar o objeto. O jornal, ao expressar a crítica às instituições imperiais e presumidamente participar da formação da opinião política na época, se pôs como um agente educativo, exercendo ação correlata ao defender a criação de condições para o estabelecimento do progresso e desenvolvimento do capitalismo.

A capital provincial de São Paulo, na década de 1860, era uma pequena cidade, mas já apresentava indícios da transformação que a levaria a ter a importância que desfruta nos dias atuais. Aos poucos São Paulo se tornava uma passagem importante para o escoamento da produção vinda do interior paulista e mineiro em busca do porto de Santos. A cidade crescia, inaugurava teatro, escola e recebia estudantes chegados das diversas regiões do país para concluir estudos na Faculdade de Direito.

O fluxo de mercadorias que ocorria ao porto influenciava no desenvolvimento da capital paulista, ampliando perspectivas de crescimento e fomentando novas ideias que, ao longo do tempo, fizeram dela uma comunidade dinâmica e fervilhante na movimentação estudantil. Outro fator importante a ser considerado era a ofensiva

da produção cafeeira que encontrava nas terras férteis e na expansão ferroviária o impulso produtivo para movimentar e desenvolver a província.

Moreira (2011) alerta para estudos que desfazem a concepção de uma cidade bucólica sem importância no cenário de transformações por qual o Brasil passava no século XIX. Nesse sentido é preciso considerar:

[...] as novas concepções que visualizam uma sociedade paulista marcada pelo dinamismo e movimentação, desconstruindo a imagem de um mitificado passado bucólico caracterizado pelas representações ligadas, de um lado, ao isolamento autossuficiente e, do outro, ao burgo de estudantes e entreposto comercial da capital da Província (MOREIRA, 2011, p. 90).

Ainda, conforme o referido autor, “a São Paulo da primeira metade do século XIX pode ser vista como uma “zona de passagem”, isto é, uma área de trânsito intenso de populações oriundas de outras regiões [...]” (MOREIRA, 2011, p. 90).

Observa-se que a província paulista compunha-se numa rota intensa de pessoas e mercadorias que afluíam em busca dos interesses comerciais e econômicos. Apesar das inúmeras limitações, oriundas da precariedade de condições estruturais, Moreira (2011) aponta que:

[...] a vivência das estradas foi fundamental no processo de constituição de um arcabouço intelectual que, aliado à novidade impressa, possibilitou a formação de uma cultura que tomava a liberdade como elemento dinâmico, repercutindo nos modos como o Estado era idealizado e concebido (MOREIRA, 2011, p. 91).

O fluxo intenso de pessoas colaborou para que São Paulo se apropriasse com maior facilidade do conjunto de interesses e ideias advindas do projeto liberal de cunho europeu, nos quais os intelectuais e políticos brasileiros desse período pautavam suas opiniões²¹. Entretanto, é necessário considerar que as ideias, frente ao contexto encontrado sofriam mutações. Sobre a influência das concepções liberais estrangeiras e das alterações que sofriam no contato com a realidade local, afirma Oliven (2001)²² que:

²¹ É oportuno esclarecer a influência que tiveram os avanços produtivos europeus perante o mundo, já que o século XIX tem o seu desenvolvimento atrelado aos acontecimentos da Europa. De forma geral é no continente europeu que aconteceram as mudanças capazes de transformar a sociedade, disseminadas posteriormente para os demais países do globo, cada qual procurou formas de colocar em prática as ideias que advinham da revolução técnica, da transformação econômica e da experiência política que, unidas, constituíam-se no fôlego da modernidade.

²² OLIVEN, Rubem Gorgen. Cultura e Modernidade no Brasil. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 15, n. 2, abr./jun. 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000200002>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

A rigor, nada está no lugar e tudo sai de um lugar e entra em outro em que é adaptado aos interesses de grupos e às circunstâncias cambiantes. Os empréstimos culturais são uma constante em qualquer cultura (Burke, 1997). Como historiadores e antropólogos têm mostrado, a dinâmica cultural implica um processo de desterritorialização e de reterritorialização. idéias e práticas que se originam num espaço acabam migrando para outros, encontrando um ambiente muitas vezes diferente daquele no qual surgiram, mas acabam sendo adaptadas ao novo contexto e, por assim dizer, "entram no novo lugar". Uma das riquezas da dinâmica cultural brasileira é justamente a capacidade de digerir criativamente o que vem de fora, reelaborá-lo e dar-lhe um cunho próprio que o transforma em algo diferente e novo.

Agostini e Gama fizeram do *Diabo Coxo* um canal de comunicação popular diferenciado para a época. Valendo-se da liberdade de imprensa presente no segundo império, utilizaram as caricaturas como difusoras das ideias sobre a necessidade de modernização do Brasil, adotando como pano de fundo o cotidiano cultural e social dos paulistanos. A sátira exagerada sobre o cotidiano da capital provincial traria ao público leitor a possibilidade de apreensão não somente de ideias modernas, mas uma reflexão sobre ações políticas cujos interesses a elite defendia. Ao assim proceder, tocando em pontos que precisavam ganhar visibilidade, expunha a ineficácia do funcionamento das instituições imperiais e o descompasso entre a elite e as demais camadas sociais. Um exemplo é o texto que retrata a contribuição dos fazendeiros na guerra contra o Paraguai:

Os ricos fazendeiros d'este município quotizaram-se para mandar imprimir em volume todas as poesias patrióticas recitadas nos teatros do império, nas praças, nas reuniões particulares e mais as que tem [...] sido publicadas pelas gazetas, afim de serem enviadas ao General em chefe dos exércitos aliados e empregadas como buchas de peça contra os bárbaros paraguaios. Um médico distinto d'esta cidade reprova semelhante ideia como meio ignóbil de fazer a guerra; porque tais poesias produzirão entre inimigos terríveis, peste ou devastadora epidemia (*DIABO COXO*, 1865, Série 2, p. 6).

O esclarecimento pretendido, se efetivamente atingiu letrados e analfabetos tornando-os cientes das condições vigentes à época, da "verdade" dos fatos e acontecimentos, dos interesses poderosos que determinavam as ações políticas e o quadro social, pode ter colaborado na formação da opinião pública e colhido apoios às causas modernizantes necessárias ao progresso.

Um dos objetivos enalçado pelo jornal definia-se em pintar a elite política e econômica com as cores exatas da realidade que norteava a sua prática social e

política. O retrato feito buscava informar ao público a pequenez de uma classe social pretendida superior, mas perfeitamente enlaçada à incapacidade de gestar ações aliadas ao progresso e desenvolvimento social. Uma das frases que melhor expõe a insignificância vista pelo *Diabo Coxo* nessa classe refere-se a um baile em honra à posse de um conselheiro na presidência da província:

Meu Deus: Os conservadores sabem conciliar tão bem as ideias políticas com as leis do galanteio e da urbanidade! Vão tão depressa da cabeça ao estomago! Feliz presidente, o Sr. Homem de Mello! Nenhuma oposição no dia de seu baile, nenhuma boca que se abrisse contra a sua administração... inocentes bocas, estavam tão cheias! (*DIABO COXO*, 1865, n. 8, Série 2, p. 7).

As elites a dar sustentação política à monarquia não incluíam no leque de suas aspirações outras mudanças que não as do interesse classista. Essa constatação encontra-se refletida nas caricaturas do *Diabo Coxo* e evidenciam a impossibilidade de manutenção e continuidade do sistema monárquico e de suas instituições, tanto quanto a imperícia dos conservadores em conduzir reformas substanciais à modernização. A “comodidade de uma estrada de rodagem”, não poderia suplantar os benefícios futuros das locomotivas. O *Diabo Coxo* emite uma mensagem sob a forma de humor crendo que:

[...] ninguém que dispusesse de alguma informação duvidava que o mundo havia mudado [...]. Os tempos eram de crise, palavras como decadência e atraso passavam a circular no vocabulário político internacional de forma intensa. Em momentos como esse uma imperiosa necessidade de reorganização de idéias se impõe, seja para compreender melhor o que aconteceu, seja para se poder planejar o futuro, que se anuncia perceptível e inevitavelmente como novo. Tempos de crise são, assim, tempos de modernização [...] (GOMES, 1998, p. 491).



Figura 11: Commodidades de uma estrada de rodagem.

Fonte: *Diabo Coxo* (1864, n. 2, Série 1, p. 4).

Reconhece-se que somente a ação inovadora na forma de noticiar os acontecimentos da província paulista não fora suficiente para implementar as mudanças cogitadas, mas pode ser considerada um estímulo importante visto que a chegada das imagens atingia uma parcela da população que, até o momento, não tinha condições de acompanhar as publicações escritas.

Outro elemento importante a ser destacado era o poder do riso. As cenas retratadas nas caricaturas provocavam o riso, de maneira a cumprir função moralizadora e corretiva. Diz Silva (2010) que:

[...] O riso é ambivalente, ao mesmo tempo conservador e subversivo. Conservador, quando defende a norma e a regra, ridicularizando tudo que contraria a visão de mundo do padrão vigente; progressista, no instante em que critica padrões ultrapassados, não condizentes com as necessidades do momento (SILVA, 2010, p. 221).

Para Saliba (2002):

O humor ocupou um significativo espaço na sociedade brasileira, mas foi – ou ainda é – um espaço peculiar misturado à prática da vida e que por isso regride sempre à ética individual, desmascarando as morais sociais dos interesses privados, explorando ou acentuando seus contrastes com o impessoal e com o público (SALIBA, 2002, p. 303).

A imprensa, ao difundir imagens caricatas que culminavam no riso demonstrava a importância de aderir ao avanço técnico já em uso nos países europeus. Com as imagens pode evidenciar de forma mais esclarecedora as dicotomias e os embates travados entre as velhas práticas que remontavam ao tempo colonial e a necessária modernização das instituições, expondo ao público “os costumes e as instituições com um olhar novo e destaca o lado ridículo contrário ao bom senso” (MINOIS, 2003, p. 422). O riso fundia-se à imagem como artifício facilitador da compreensão, de maneira que Minois (2003) caracteriza-o como aliado do espírito moderno por atuar no individual e no social e na formação crítica dos leitores:

[...] o riso esconde seu mistério. Alternadamente agressivo, sarcástico, escarnecedor, amigável, sardônico, angélico, tomando as formas da ironia, do humor, do burlesco, do grotesco, ele é multiforme, ambivalente, ambíguo. [...] Na encruzilhada do físico e do psíquico, do individual e do social, do divino e do diabólico, ele flutua no equívoco, na indeterminação. Portanto, tem tudo para seduzir o espírito moderno (MINOIS, 2003, p. 16).

Em meados do século XIX já se observavam alguns avanços sociais e econômicos que assinalavam a necessidade de transição da monarquia para a república. Os países desenvolvidos viviam o contexto derivado da Segunda Revolução Industrial, partilhando das comodidades trazidas pelas inovações materiais, condições que demonstravam o caráter obsoleto do regime monárquico ainda vigente no Brasil.

O crescimento de atividades urbanas, conjugada com o crescimento da cultura cafeeira já despontando como base da produção agrícola, agrupado a preservação do latifúndio, monocultura e do escravismo, prenunciava um dinamismo evidente das contradições entre progresso e atraso. As velhas práticas ainda eram prevaletentes, mas não mais derradeiras, as mudanças eram lentas, entretanto estimulavam a construção de ferrovias e portos em nome de empreendimentos que davam início ao processo modernizador. Amado (1990) assegura que:

Graças à tranquilidade e a ordem, o país desenvolveu-se o quanto pôde. Grandes medidas legislativas, a maiorias das quais destinadas à organização civil da nação se iniciaram. O progresso era lento porque o capital estrangeiro ainda timidamente atravessava o oceano, e porque além do trabalho escravo e do tráfico, não havia realmente outro trabalho e porque era da própria índole dos elementos dominantes a estabilidade e a rotina (AMADO, 1990, p. 49).

Em decorrência da proibição do tráfico em 1853 se observa um surto de desenvolvimento financiado por recursos antes utilizados no comércio de escravos. A criação de empresas industriais, bancos, Caixa Econômica, companhias de navegação a vapor, de seguros, colonização e mineração, as estradas de ferro também prosperaram:

Operou-se uma verdadeira transformação; parecia que o povo acordava de um letargo; mas faltando-lhe ainda experiência, abundaram as especulações inconsideradas, resultando daí a perda de capitais valiosos (AMADO, 1990, p. 50).

A execução da lei que acabou com o tráfico trouxe os benefícios arrolados anteriormente. No entanto, pode-se atribuir a ela o desencadear de uma crise econômica originada do refluxo do comércio escravista. A proibição atingiu mortalmente a produção agrícola baseada no trabalho escravo ao comprometer a propriedade e a posse dos grandes latifúndios. A administração inábil dos empreendimentos que, a princípio, significavam a entrada do progresso, gerou:

[...] crise comercial, encarecimento da vida, decrescimento das rendas públicas, desânimo das classes trabalhadoras. No naufrágio das fortunas, que o tráfico e o trabalho escravo haviam acumulado rapidamente, subverteu-se o prestígio de muitas famílias adstritas à propriedade territorial (AMADO, 1990, p. 52).

A tensão na conjuntura econômica ressoava na política, tendo em vista o fato dos políticos dirigentes à época advirem em sua maioria da aristocracia rural, derivando daí o arrefecimento do poder conservador e da monarquia, abrindo caminho para as ideias liberais que gestariam a República. A eleição por círculos²³ pode ser destacada como alternativa encontrada para a prática da conciliação²⁴ política entre conservadores e oposição. Na visão de Barriguelli (1986):

A alternância no poder entre as diversas tendências políticas, Liberais, Conservadores, Moderados, Radicais, evidencia que na prática do poder, seja qual for a força no comando do Estado, a ação

²³ Lei dos Círculos de 1855 instituiu o voto distrital. Em 1875 a Lei do Terço determinava que o eleitor devesse votar em dois terços do número total de candidatos introduzindo a participação da justiça comum no processo eleitoral e o uso do título eleitoral. A legislação vigente durante o império possibilitou à opinião pública exigir eleições diretas e repreender abusos e fraudes. O Conselheiro Saraiva propôs uma reforma por meio do projeto de lei redigido por Ruy Barbosa, que ficou conhecida como Lei Saraiva em 1881. Esta lei extinguiu as eleições indiretas e confiou o alistamento à magistratura, extinguindo as juntas paroquiais de qualificação à eleição direta.

²⁴ A “Conciliação” liderada pelo Marquês do Paraná tinha por objetivo coligar forças com os liberais e servir aos interesses do Império. Mas a conciliação característica da política do Imperador Pedro II, transformou-se em uma armadilha que alavancou o acesso dos liberais ao poder.

se resume exclusivamente no exercício das benesses. Em realidade não se ataca a forma do poder oligárquico, mas a fração que ocupa temporariamente o governo dos negócios públicos (BARRIGUELLI, 1986, p. 4).

No que tange à organização política após a independência, os liberais agitavam a bandeira em prol do governo constitucional com debates em torno da elaboração da constituição brasileira, clarificando as contradições presentes desde a separação do Brasil e metrópole e intensificadas no transcurso do período imperial. Em síntese, no primeiro momento da nação independente os interesses políticos eram distintos, diversificados em grupos políticos que ansiavam em acercar-se do poder e dele desfrutar em nome de seus interesses. Para Mercadante (1965):

Aos senhores rurais brasileiros, no capital, fora imprescindível a integração na conjuntura da época. Proclamaram a independência de um país, carecendo, como base do movimento, do liberalismo econômico sob medida para atender à consolidação da liberdade de comércio. Da mesma forma, adotavam um liberalismo político quadrado as necessidades sociais do regime, que repousava sobre o trabalho escravo (MERCADANTE, 1965, p.249).

O grupo liberal defendia a afirmação de um governo monárquico constitucional, com o poder concentrado na Assembleia Legislativa e no qual o soberano teria poderes limitados. Os conservadores também aspiravam à conservação do Império sob uma ótica distinta da liberal com a submissão do legislativo ao poder executivo de forma que garantisse a ordem social e mantivesse a unidade imperial. Neste modelo, o soberano teria o poder de decisão unicamente para si e seu gabinete. Para Costa (2007) o liberalismo no Brasil se adaptou às peculiaridades das condições locais e expressou, ao menos teoricamente, as limitações das condições materiais:

As estruturas sociais econômicas que as elites desejavam conservar significavam a sobrevivência de um sistema de clientela e patronagem e de valores que representavam a verdadeira essência do que os liberais europeus pretendiam destruir. Encontrar uma maneira de lidar com essa contradição (entre liberalismo, de um lado, e escravidão e patronagem do outro) foi o maior desafio que os liberais brasileiros tiveram que enfrentar (COSTA, 2007, p. 136).

A elite brasileira era formada por indivíduos oriundos da velha nobreza e da pequena burguesia, que, submetidos à formação jurídica nos moldes propostos por Coimbra e treinados nas funções públicas com o prudente afastamento ideológico

das práticas revolucionárias, adquiriu o caráter de homogeneidade. Carvalho (1996) indica que a unidade entre as elites provinha da natureza social, do treinamento e educação ou ainda de fonte ideológica. A união advinda do social e ideológico seria a fórmula mais propensa ao sucesso, no sentido de garantir ações coesas entre as elites. A homogeneidade diminui os embates de interesses e permite a instauração do poder sem grandes conflitos. Em certa medida, isso aconteceu no Brasil:

A capacidade de processar conflitos entre grupos dominantes dentro de normas constitucionais aceitas por todos constituía o fulcro da estabilidade do sistema imperial. Ela significava, de um lado, um conservadorismo básico na medida em que o preço da legitimidade era a garantia de interesses fundamentais da grande propriedade e a redução do âmbito da participação política legítima. Mas, de outro lado, permitia uma dinâmica de coalizões políticas capaz de realizar reformas que seriam inviáveis em situação de pleno domínio de proprietários rurais. [...] Em outras palavras, a modernização conservadora exigiria a presença de interesses industriais capazes de impulsionar a transformação mais rápida e plena do campo na direção da economia industrial. **A situação brasileira foi algo contraditória na medida em que os elementos mais reformistas da elite e da burocracia tiveram frequentemente que se aliar a elementos mais retrógrados da sociedade, a fim de implementar as reformas** (CARVALHO, 1996, p. 38, grifo nosso).

Havia uma dissonância entre o discurso liberal, mediador do processo capitalista em âmbito mundial e as medidas que o Império tomava no Brasil. A questão era a manutenção da estrutura econômica, social e política, mesmo que já estivesse evidente seu deslocamento histórico. Carvalho (1996) demonstra que:

[...] a decisão de a independência com a monarquia representativa, de manter unida a ex-colônia, de evitar o predomínio militar, de centralizar as rendas públicas, etc., foi uma opção política entre outras possíveis na época. Se em alguns pontos não havia muita liberdade de escolha, como na questão da escravidão ou do livre comércio, esses constrangimentos não determinavam os formatos políticos nem garantiam o êxito ou o fracasso na organização do poder, isto é, não havia nada de necessário em relação as várias decisões políticas importantes que foram tomadas, embora algumas pudessem ser mais prováveis do que outras. Sendo decisões políticas, escolhas entre alternativas, elas sugerem que se busque possível explicação no estudo daqueles que as tomaram, isto é, na elite política. [...] Argumentamos, portanto, que a adoção de uma solução monárquica no Brasil, a manutenção da unidade da ex-colônia e a construção de um governo civil estável foram em boa parte consequência do tipo de elite política existente à época da Independência, gerado pela política colonial portuguesa. Essa elite se caracteriza, sobretudo pela homogeneidade ideológica e de treinamento (CARVALHO, 1996, p. 16-17).

O cenário político somente sofreu modificações em 1870 com a fundação do Partido Republicano, sem desconsiderar as divergências de interesses que ocorriam no interior dos partidos, estendendo-se de forma ampla para a política e com a disputa concentrada entre São Paulo e Rio de Janeiro. Os paulistas, na defesa dos interesses do latifúndio agrícola, buscavam o federalismo dispondo dos benefícios governamentais a seu favor. Os cariocas, por sua vez, com a vida urbana mais desenvolvida, pleiteavam a defesa dos direitos individuais e do governo representativo afetos aos profissionais liberais.

Carvalho (1988a) constata a renovação do perfil parlamentar ao destacar a diminuição dos magistrados e a presença dos liberais entre os deputados. No entanto, não era suficiente para impedir a atuação dos conservadores e as manobras do Imperador para favorecer e viabilizar os interesses imperiais. Andrade (1990) afirma que:

[...] o Imperador manobrava com os dois partidos monárquicos, fazendo com que os conservadores permanecessem por um maior espaço de tempo no poder e evitassem a modernização do país. **Os liberais eram chamados ao poder em determinados momentos quando se necessitava vincular idéias mais liberais, mais modernas**, mas eram alijados sempre que estas ideias se aproximavam da aceitação, por parte da população, ou pela transformação em lei. Daí alguns historiadores afirmarem que as grandes reformas do Império foram levantadas pelos liberais, mas efetivadas pelos conservadores (ANDRADE, 1990, p. 12, grifo do autor).

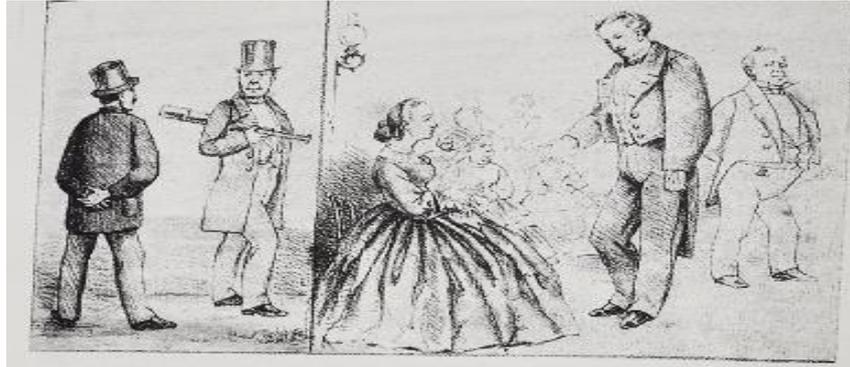
As ações das elites direcionavam-se no sentido de manter e dar continuidade ao modelo imperial. Embora os debates abordassem a necessidade de reformas sociais, somente elas não seriam capazes de trazer transformações efetivas já que os problemas eram também de natureza sócioestrutural, além das questões culturais já arraigadas no cotidiano. No âmbito social predominavam, portanto, as relações de paternalismo, com crescente agregação das camadas intermediárias da sociedade a favor da elite, ou seja, o Brasil mantinha viva as práticas que remontavam ao antigo quadro colonial. Se, por um lado, tais práticas constituíam-se em manutenção da ordem vigente, por outro impunha limites ao progresso.

4.2 O *DIABO COXO*: O DEBATE SOBRE A MODERNIZAÇÃO

A modernidade expandia-se pelo mundo enquanto o modelo administrativo, governamental e econômico vigente no Brasil alicerçava-se numa prática oposta ao desenvolvimento material e social. O decênio que vai de 1860 a 1870 trouxe os embates e questões imperiosas aos interesses burgueses da época. Entre as demandas por mudanças profundas, incluía-se a construção do estado nacional, cujo modelo não convergia ao eixo agrário que favorecia a elite política e econômica. A base para essa construção exigia primeiramente vencer os empecilhos interpostos à civilidade social, produzindo indivíduos aptos ao trabalho sob os moldes do capital.

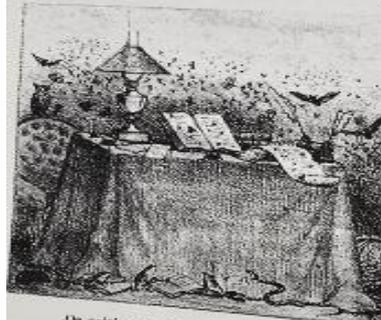
O *Diabo Coxo*, já em sua primeira edição, oportunizou aos leitores uma imagem sem retoques da vida provincial. O conjunto de imagens presentes nesta edição coaduna com o debate que circulava não só no âmbito da província paulista, mas também no Brasil. As caricaturas cumpriam a função de representar a realidade ou a proximidade desta, exercendo papel educativo, na medida em que “a imprensa periódica assumia-se como agente cultural, mobilizador de opiniões e propagador de ideias” (FARIA FILHO *et al.*, 2008, p. 74).

As imagens a seguir estão contidas na primeira edição do periódico e a observação atenta permite afirmar que era um primeiro retrato das condições encontradas a época na capital da província paulista.

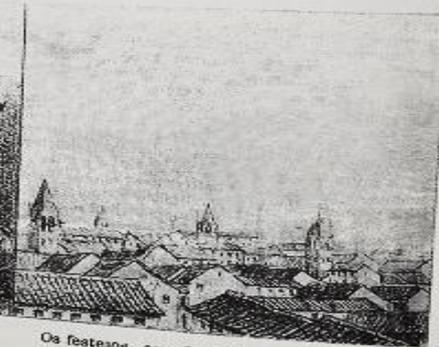


Vae observar os astros?
Não: vou ao theatro novo.

—Minha senhora, ama contradança!
—Não posso, tem vindo um lote de moços para me tirar.—Eu não danço mais.
—Não admira, v. ex. é tao interessante e todos a querem por madrinha.



Os criticos entre nós!
Serão estes os nossos unicos leitores?



Os festejos em S. Paulo — á vol-d'-oiseau



Vellocidade dos nossos correios.



Um vassallo de muitas rainhas, reduzido a posição de amar uma bananeira.

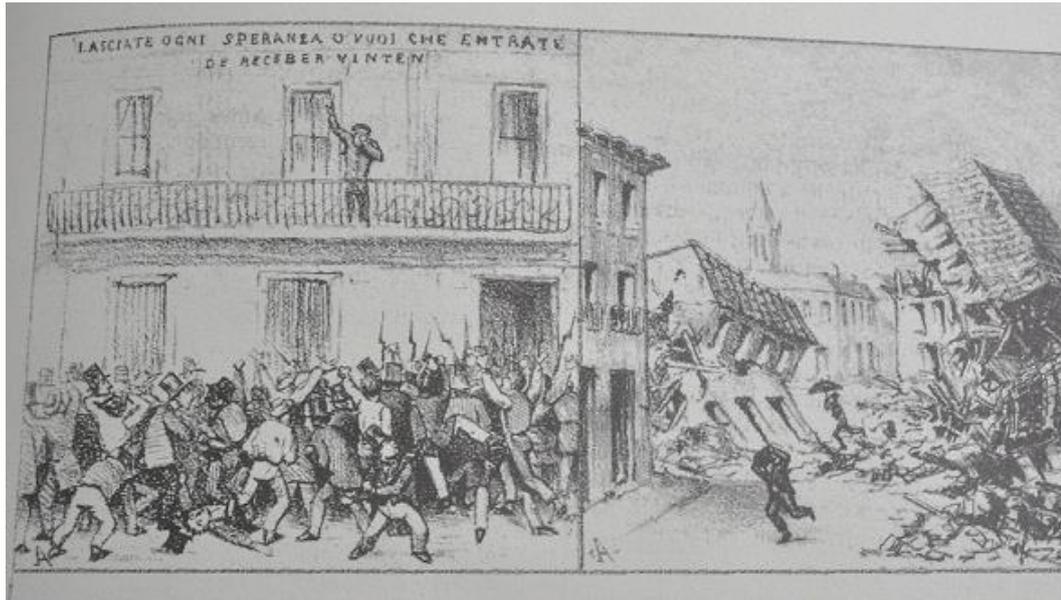


Figura 12: O retrato de São Paulo no período do *Diabo Coxo*.
Fonte: *Diabo Coxo* (1864, n. 1, Série 1, p. 3-4).

A força das ideias e a superioridade material dos europeus serviam de modelo aos brasileiros desejosos do mesmo progresso, neste aspecto há que considerar as relações desiguais estabelecidas entre a Europa e os demais países, entre eles o Brasil, cuja conjuntura não diferia da situação das demais nações consideradas atrasadas. Essas nações, submetidas econômica e politicamente aos interesses das potências que vivenciavam o desenvolvimento industrial, enfim, “com a Europa tomando a iniciativa, os outros continentes não tinham outra escolha, senão rejeitá-la ou submeter-se a ela. A Europa irá reforçar sua superioridade de fato por uma superioridade de direito, de poder e de organização” (RÉMOND, 2008, p. 179).

A questão central do projeto de modernização – as ações políticas e educativas – deveria visar à civilidade. Na visão de Prestes “[...] a racionalidade que a modernidade instaura e prioriza e que serve de fundamento para a educação é dominada pelo caráter técnico-cientificista” (PRESTES, 1996, p. 192), era necessário suplantar os entraves ao processo que eram múltiplos e impossibilitavam sua efetivação.

A crença no avanço do Brasil após a tomada de medidas transformadoras permeia todo o jornal. Defendia-se ali que sem a abolição e a república o desenvolvimento e o progresso estariam comprometidos, pois o que viesse seria um arremedo da realidade. Aderir ao progresso e a modernização já não se constituíam

uma escolha, mas uma necessidade, na qual a monarquia e a mão de obra escrava representavam um passado a ser destruído. Em específico, a província paulista “não se resume simplesmente na inauguração de um novo ciclo identificado com a cultura cafeeira, mas supõe a necessidade da modernização das relações de produção” (BARRIGUELLI, 1986, p. 3).



Figura 13: Debandada muar pelo general vapor.

Fonte: *Diabo Coxo* (1865, n. 10, Série 2, p. 5).

A modernização confirma-se na imagem do trem de ferro em movimento: o progresso chegava com aquela nova forma de transporte e era inevitável. As tropas de muares, à margem da ferrovia, eram as representantes das velhas práticas já incapazes de manter ou fazer aumentar a riqueza material. O transporte de mercadorias, feito no lombo de animais, não respondia mais à precisão de um escoamento rápido e seguro, moderno e capaz de suprir a demanda produtiva que em processo.

Observava-se uma mudança no eixo da produção agrícola, o latifúndio agrário sustentado inicialmente pelos ciclos históricos da produção de cana de açúcar foi substituído pela cultura do café. A produção concentrada no Nordeste declinara frente à falta de qualidade do produto e do preço baixo, diminuindo significativamente as importações. No começo do século XIX a cafeicultura

despertou o interesse dos latifundiários, tomando a dianteira da atividade agrícola do país face à valorização do produto na Europa, centro consumidor, o que garantiu ao café primazia no comércio exportador.

A pujante expansão cafeeira concentrou-se no sudeste brasileiro durante o século XIX. A província paulista estava na rota do desenvolvimento econômico e cultural em razão de uma circunstância externa adequada, com o crescimento do mercado europeu e americano e a crise em importantes regiões produtoras do café como Haiti, Ceilão e Java e na Indonésia, fato que garantia os preços em alta nos mercados consumidores e colaborava com o setor cafeeiro no Brasil.

Contudo, a escassez do braço servil aumentava em razão das medidas da Inglaterra para barrar o tráfico de escravos e do plantel interno incapaz de atender a demanda de novos braços. A resolução do problema viria com a chegada dos imigrantes assentada no apoio oficial, iniciativa que a princípio pretendia resolver a falta de mão-de-obra, mas que acabou por colaborar e apressar a abolição. Para Guimarães e Prado (2001):

Considerando-se o esgotamento da economia mineradora e a queda da demanda do açúcar produzido no nordeste, a perspectiva aberta a produção cafeeira levou a revitalização do caráter mercantil da economia e o revigoramento da escravidão. [...] Afinal, os princípios liberais construídos ao longo dos anos setecentos erigiram a liberdade em direito e assim, a escravidão deixara de ser vista sob o ponto de vista religioso, para ser discutida como atentado ao direito a liberdade. O pensamento que foi sendo elaborado nos setecentos condenava a escravização dos negros no Novo Mundo, na medida em que contestava, na realidade, todo o antigo regime (GUIMARÃES; PRADO, 2001, p. 165).

O quadro econômico no Brasil no período pré-republicano era sofrível, atenuado precariamente com a nascente cultura do café. Em termos de política o império somente vivenciou um período de calma após a metade do século XIX, quando as revoluções intestinas recrudesceram e liberais e conservadores aderiram à conciliação. No entendimento de Costa (2007, p. 133) “a tarefa dos homens que assumiram o poder depois da Independência foi substituir as instituições coloniais por outras mais adequadas a uma nação independente”. De acordo com a autora, essa empreitada provocou embates entre as forças oponentes, conservadoras e progressistas, cuja fronteira de interesses estava na manutenção do poder da velha elite agrária defendida pelos conservadores e a entrada de práticas modernas apregoadas pelos liberais.

4.3 O *DIABO COXO*: O RETRATO SATÍRICO DOS INTERESSES POLÍTICOS E SOCIAIS

A análise das caricaturas traçadas por Agostini permite identificar as formas políticas e sociais historicamente atrasadas que resistiam à entrada do progresso. Outro ponto a ser considerado é a fragilidade e decadência de um modelo social e político oposto às determinações gerais da sociedade capitalista, que se sustentava no Brasil à custa da escravidão e de prejuízos sociais.

Para esclarecer alguns dos condicionantes responsáveis por essa resistência, fez-se um recuo até o ano de 1834 quando foi aprovado o Ato Adicional que previa a criação de assembleias nas províncias com autonomia sobre a administração local. Não obstante a medida não fora capaz de cumprir o proposto, culminando em rebeliões de natureza política e social em diversas províncias, apresentando uma diversidade de motivos e propósitos. Dentre elas, em Pernambuco, a Revolta dos Cabanos (1832-1835); a Cabanagem (1835-1840) no Pará, considerada pela historiografia o conflito mais violento do Império devido ao grande contingente de mortos, estimados em 30 mil; a Balaiada no Maranhão (1835-1840), na Bahia, a Revolta do Malês (1835) e Sabinada (1837-1838). Gomes (2013) afirma que

As rebeliões da Regência tinham caráter difuso, com reivindicações às vezes difíceis de entender. Nasceram quase todas nos grupos mais humildes da população. De certa forma, refletiam um sentimento de orfandade no processo de Independência do Brasil entre a população pobre e analfabeta. O Brasil romperá vínculos com Portugal sem alterar a estrutura social vigente até então. A escravidão fora mantida, tanto quanto o analfabetismo, o latifúndio e a concentração de riquezas. Essa população deixada à margem do processo pegou em armas no período da Regência [...] (GOMES, 2013, p. 85).

No extremo sul brasileiro destacou-se a Revolução Farroupilha (1835-1845), que possuía uma configuração distinta das demais revoltas e ultrapassava o período regencial, era liderada pela elite econômica gaúcha com destaque para os estancieiros produtores de gado. Entre as principais motivações, os gaúchos lutavam pela autonomia política e econômica limitada pelo regime monárquico e defendiam a proclamação de uma República Federativa:

Outros, mais exaltados, propunham até mesmo a criação de um estado independente no sul junto com os uruguaios. Por essas razões, a Farrroupilha foi à revolta que mais ameaçou a integridade territorial brasileira (GOMES, 2013, p. 87).

Superados os conflitos regenciais, o Segundo Reinado (1840-1889) encontrou um período político de estabilidade nos quesitos pertinentes à ordem social. A aceitação unânime do regime monárquico, com d. Pedro II, aliada à apatia social, auxiliava de certa maneira a organização política assentada no parlamentarismo aparentemente democrático, mas que continha limitações. Os senadores possuíam cargos vitalícios e as eleições eram restritas, permitindo a alternância de poder entre conservadores e liberais, contudo essa superficial tranquilidade não significava um sistema totalmente homogêneo. Em passagem pelo Brasil o conde de Suzannet (1842-1843), membro da nobreza francesa que percorria o interior do Brasil, alertava sobre o problema: “A unidade do Brasil é apenas aparente, todas as províncias queriam a separação, o sonho de todas era a república ao estilo norte-americano” (CARVALHO, 1988b, p. 167).

O poder moderador mostrou-se arbitrário atraindo para seu entorno uma rede de pessoas interessadas no favorecimento pessoal e político. Este fato corrobora a identidade ideológica dos partidos liberal e conservador que se alternavam no poder, ou seja, pertenciam à mesma classe social, representavam interesses comuns, mas restringiam transformações que aderissem à base estrutural da sociedade brasileira.

O *Diabo Coxo* percebeu essa desarmonia comprometedora da unidade do Brasil se excedida pelos interesses pessoais, prejudicando o desenvolvimento material. Sobre a política indagava apreensivo:

[...] E o que é política? Não sei leitores – asseguro-lhes porem – [...] Homens e mulheres, velhos e crianças, pobres e ricos, gorduchos e magros, brancos e negros todos falam – discutem – decidem sobre os negócios de estado os mais importantes – até sobre as questões de gabinete [...] Os partidos estão tão partidos – e mesmo repartidos que d’aqui á algum tempo nós veremos conta-los, como as galinhas – tantas cabeças, tantos partidos [...] Há anos Napoleão I estava em duvida que premio daria ao cidadão que mais pequerrucho desse a França; em pouco essa duvida desaparecerá para nós – porque o premio será uma cadeira de câmara. [...] E corre pelo povo que é suficiente ruminar qualquer frase para adquirir-se direito a mesma câmara. Que paradeiro se erguerá a tudo isto? (*DIABO COXO*, 1864, n. 1, p. 7).

As distorções resultantes eram o poder moderador concentrado na figura de d. Pedro II, a representação política delegada a uma única classe e o controle eleitoral que perfaziam a caracterização política do Segundo Reinado. O conselheiro Nabuco de Araújo afirmava que na época “o poder moderador chama a quem quer para presidir o Ministério e este faz a eleição porque há de fazê-la necessariamente, esta faz a Câmara que obedece ao Ministério o qual obedece ao imperador. Eis o sistema representativo entre nós!” (LEITE, 1978, p. 86). O *Diabo Coxo* combatia a inabilidade daqueles que conduziam os órgãos públicos:

Falando em narizes vêm a pelo dizer algumas palavras sobre a câmara municipal. Pensamos que semelhantes órgãos são completamente desnecessários em tal corporação, e isto acreditamos pela indução que fazemos, partindo de seu fiscal. O fiscal da câmara é o seu nariz, ora está exuberantemente provado que tal nariz não tem olfato, é um nariz desnecessário; mas já vimos que o nariz da câmara era o seu fiscal, logo o fiscal é desnecessário (*DIABO COXO*, 1864, n. 6, p. 2).

A historiografia conclui pela inexistência de partidos políticos organizados como nos dias atuais. Eram diversas as correntes políticas fundadas sob o estatuto de sociedades com o objetivo de mobilizar a opinião pública e pressionar o governo com vistas a chegar ao poder. No entanto, essa organização marca o início da formação dos partidos atuantes no Segundo Reinado – Liberal e o Conservador-, que se agregavam em torno de questões comuns. De acordo com Wernet (1978) as sociedades políticas funcionaram como:

[...] instrumento de ordem, de preservação social, de orientação política, um órgão que suprisse as deficiências do estado, estendendo sua ação até onde o governo não alcançava. [...] se estendia por todas as províncias através de suas sucursais fundadas não só nas capitais, como em numerosas outras cidades, teria sido o ensaio de um partido organicamente constituído (WERNET, 1978, p. 10).

Embora a abolição assumisse contornos de tragédia para os escravos libertos²⁵, o quadro de estabilidade política aliado a efetiva abolição do tráfico e a

²⁵ O estudo de Peter L. Eisenberg – *Modernização sem mudança, a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910)*, Paz e Terra, Campinas-SP, 1977, confirma o óbice que foi a libertação do trabalho obrigatório para os escravos: “entretanto a abolição trouxe vantagens ambíguas para os escravos. Embora a sua condição formal, legal, tivesse mudado irremediavelmente, os ex-escravos continuaram a desempenhar os mesmos velhos papéis econômicos e sociais na base da sociedade brasileira” (EISENBERG, 1977, p. 36).

sua substituição por trabalhadores estrangeiros livres, intensificou a economia provocando melhora nas relações internacionais:

Assinala-se, portanto este período que se inaugura com a segunda metade do século passado pelos primeiros passos no sentido da “modernização” do país. A velha estrutura colonial, varridos os obstáculos que se antepunham ao seu progresso, entra numa fase de completa remodelação (PRADO JÚNIOR, 1986, p. 93).

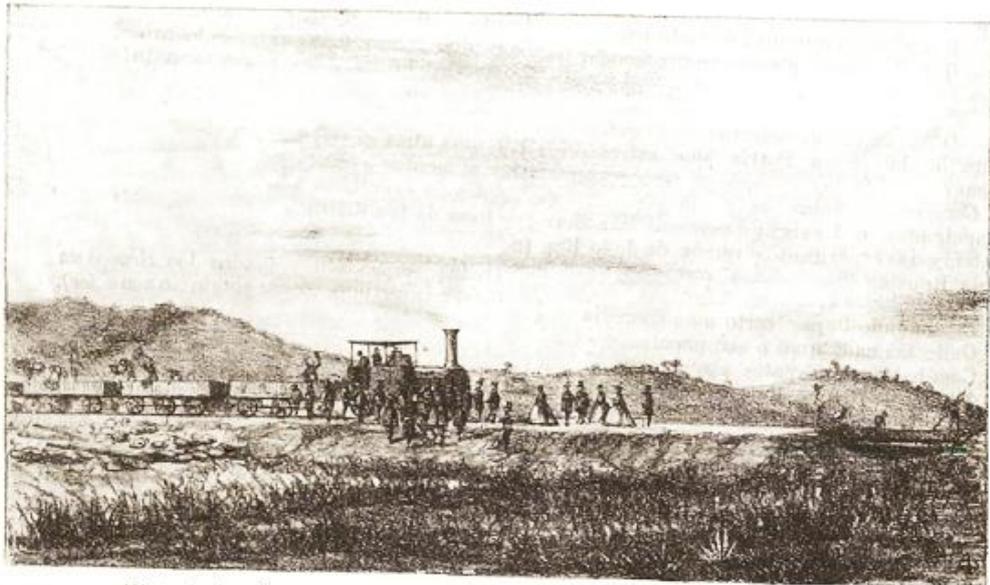
A relativa prosperidade econômica no período passou a identificar-se com o progresso. Em 1854 iniciam-se as obras de construção das primeiras ferrovias que ligariam o Porto de Mauá a Fragoso e a Estrada de Ferro Pedro II. O telégrafo, as companhias de navegação a vapor e outras empresas foram instaladas, a agricultura entrou em crescente produção e ainda dominava a vida econômica:

Especialmente durante o Segundo Império (1840-89) o crescimento de grandes áreas urbanas como o Rio de Janeiro e São Paulo, a adoção de inovações tecnológicas como a máquina a vapor e a ferrovia, o advento das indústrias de bens de consumo e, mesmo, a emergência de certa mentalidade empresarial marcaram o início de uma nova era industrial²⁶ (EISENBERG, 1977, p. 37).

O *Diabo Coxo* registrou a primeira locomotiva que partiu de Santos e chegou a São Paulo em agosto de 1865. A caricatura destacava o grupo de articuladores do movimento progressista, com a imagem reforçando o fato da população não compreender o que representava em termos materiais a ferrovia e chegada da locomotiva à cidade:

Chegou a capital, quero dizer à chácara do sr. Felício Fagundes, meia légua distante d’esta cidade, a primeira locomotiva da estrada de ferro. Segundo proclamarão as pujantes redações do Diário de São Paulo e do Correio Paulistano, foram os trens cumprimentados por uma multidão de pessoas, reinando entre todos indivisível entusiasmo. Não creia, porém, o respeitável público n’esta verdade do 1º de Abril; são palavras tabelioas que servem de preâmbulo em todos os noticiários. As pessoas que lá foram admirarão dela para verificar si era de ferro ou de borracha! Outros murmuravam com desdém:- pensei que fosse obra mais custosa; Um tropeiro que estava ao meu lado exclamou com admiração: De certo há de ter umas dez pessoas dentro do caixão para virar as rodas! Até um empregado público de elevada categoria disse que lá não fora porque não queria ser testemunha de desgraças!... (*DIABO COXO*, 1865, n. 6, Série 2, p. 2).

²⁶ Ver também sobre o assunto Richard Graham, Grã-Bretanha e o Início da Modernização do Brasil, 1850-1914.



Vista do local em que parou a primeira locomotiva vinda de Santos.

Figura 14: Primeira locomotiva vinda de Santos.
Fonte: *Diabo Coxo* (1865, n. 6, Série 2, p. 4).



Figura 15: Um grupo de progressistas.
Fonte: *Diabo Coxo* (1865, n. 6, Série 2, p. 4).

Embora saudasse a chegada do símbolo de progresso à cidade de São Paulo, o jornal também fez o registro do primeiro acidente com a locomotiva e das primeiras impressões da população, não sem satirizar a figura religiosa do Frade:

[...] Então mano Juca, o que eu te dizia? Pois o que aconteceu, mano Chico? Eu não disse que essa história dos ingreis era ingridiencias do diabo? Olhe como o Senhor Bom-Jesus do Brais fez virá a caixa do inferno quando estava pra chega no seminário dos padre Santo!

E' verdade mano Chico! De certo o Frade que estava em cima do aterraço amardiçoou o tihoso quando vinha roncando na estrada (*DIABO COXO*, 1865, n. 6, Série 2, p. 2).

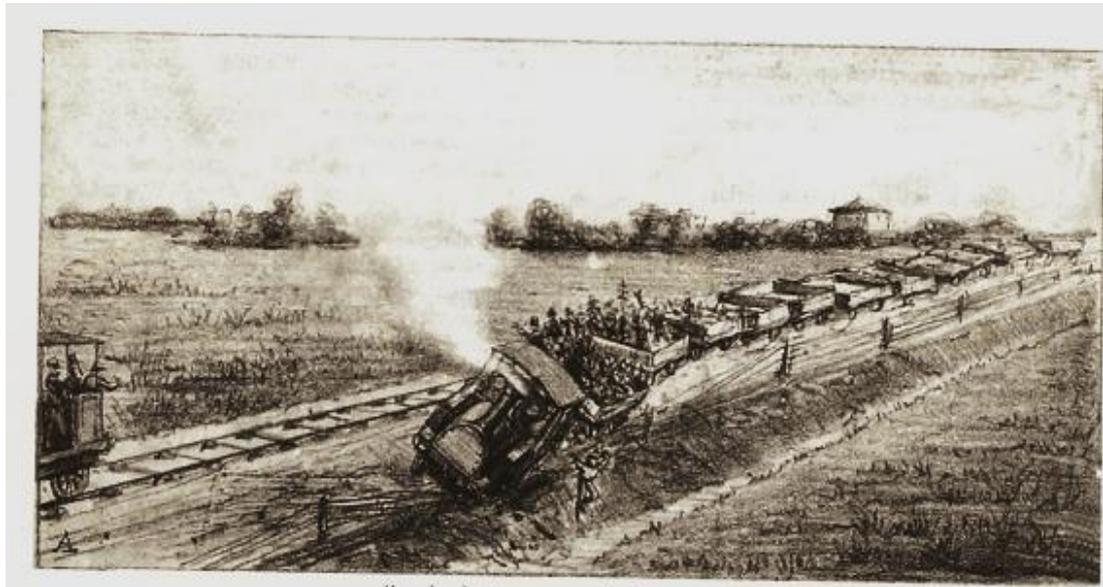


Figura 16: O primeiro acidente na estrada de ferro.
Fonte: *Diabo Coxo* (1865, n. 8, Série 2, p. 4).

A produção brasileira destinava-se à exportação, alimentando o processo produtivo assentado no latifúndio agrário e escravista. O caráter mercantilista da economia, dependente do mercado externo, era regulado internamente de acordo com as oscilações do mercado internacional, assim, era comum recorrer a empréstimos estrangeiros para manter o equilíbrio. Caldeira (1999) ao falar das relações comerciais brasileiras no exterior assegura que

Rigorosamente falando, porém, o fato de o comércio exterior se dar com uma nação capitalista não muda nada no essencial: tratava-se apenas de um contrato comercial, ou seja, [...] não faz a menor diferença o modo como às mercadorias são produzidas. [...] No Brasil mesmo após a abertura dos portos, o capital industrial inglês jamais entrou em contato com a economia local. [...] Enquanto, no plano interno, o capital industrial inglês ameaçava, impondo regras capitalistas a toda sociedade, no plano externo o capital comercial que distribuía produtos ingleses industriais ou não, comportava-se de acordo com as regras típicas do capital comercial. Nas disputas em que entrava, valia-se de todas as táticas próprias a sua espécie: monopólios, pressões legais e militares, saques, tratados de privilégio – tudo o que estava sendo revisto em casa era empregado no exterior sem nenhum problema. Foi essa parte, digamos assim, retrógada, do capitalismo inglês, a única que o Brasil conheceu (CALDEIRA, 1999, p. 330).

Assim, do ponto de vista sócio estrutural houve poucas mudanças. A sociedade brasileira continuava a conformar-se senhorial, onde as possibilidades de

mobilidade eram praticamente nulas e a integridade do sistema mantinha-se pelo respeito à ordem natural e pelos mecanismos de controle, sobretudo os castigos físicos. A persistência dessa forma social criava um paradoxo, de um lado a fomentação do projeto modernizador e civilizador, de outro a luta pela conservação de instituições e formas que já estavam abolidas nas práticas progressistas mundo afora.

O *Diabo Coxo* retratou o embate entre as práticas atrasadas e a necessária modernização do Brasil, colocando em questão os problemas provocados pelo regime que imobilizava as ações pró-desenvolvimento, pois essas eram incentivadas na medida em que garantissem os interesses dos que faziam frente na política e na economia. O trecho abaixo, embora longo, dá uma exata noção do quadro social, da falta de estrutura e melhoramentos públicos, das condições pessoais dos indivíduos e da pobreza moral que acometia o desenrolar da vida na província:

Fui à estação das carroças, e meti-me numa sólida e bem construída diligência [...] E diz a boca cheia que o progresso impera na terra de Santa Cruz, que os caminhos encurtaram-se, o espaço dilatou-se, a justiça acordou, o governo banuiu a mentira, a preguiça fugiu dos tribunais, a palestra das câmaras legislativas e que a razão se acha em pleno domínio. Oh! Que mentira homérica! E diz, à boca cheia que o progresso impera na terra de Santa Cruz, que os caminhos encurtam-se, o espaço dilatou-se, a justiça acordou, o governo banuiu a mentira, a preguiça fugiu dos tribunais, a palestra das câmaras legislativas e que a razão se acha em pleno domínio! Ah, progresso! Palavra dúbria que traduz mistério. Manha nas trevas a vagar sabida. [...] Progresso há de gatunos por toda parte. De filantes de jornais, de frades Barbadinhos, que dariam para povoar mais de cem colônias, de patriotas que aspiram viver pela pátria, mas que fogem de morrer por ela, de oficiais de papelão na guarda nacional, de brasões de fidalguia pintados nos carros não tardará muito veremos nas carroças e nos cargueiros, de gaudérios de camarotes no teatro de moças desdentadas, e velhos de cabelo pintado, de bichos na Academia, de cascabulho malcriados, de colégios convertidos em hotéis de patronato escandalosos, de fraudes no comercio, de falta de justiça, de cabulas nas repartições públicas, de juízes ignorantes, de charlatões na medicina, de bacharéis formados alguns dos quais nem primeiras letras sabem, de folicilarios imprudentes, de especuladores políticos, de poetas de água-doce, de prosadores insulsos e de falta de dinheiro, do que muito sofre este vosso criado. Pios leitores! Quando o progresso se fez anunciar nas sulfúreas margens do Acheronte, houve inferno e calamidade horrenda. Uns proclamarão a república, tomarão armas e romperão com a hostilidade da época, outros irão jurar a coroa, morrer ou vencer por ela; estes apregoarão o comunismo como mola real da sociedade, aqueles o absolutismo, como emanção divina [...] (*DIABO COXO*, 1865, n. 1, p. 3).

Algumas das imagens caricatas contestavam o tímido progresso, retratando satiricamente as reações provocadas pela modernização. Tudo era estranho ao cotidiano acostumado aos hábitos antigos, não se sabia utilizar as novidades e a elas temiam a ocorrência de grandes males. A mensagem inclusa no desenho de ambos os meios de transporte respondia aos temerosos que se pode morrer tanto de uma forma ou outra. A questão era o tempo e o conforto que se ganhava aderindo ao progresso.



Figura 17: Tanto se morre a vapor como a quatro patas
Fonte: *Diabo Coxo* (1865, n. 10, Série 2, p. 5).



Figura 18: Se o *ingreís* do diabo não me paga a mula prendo-lhe a comitiva
Fonte: *Diabo Coxo* (1865, n. 9, Série 2, p. 5).



Figura 19: O *velho paulista* a frente dos regressistas vingá-se da pirraça de 6 de setembro
Fonte: *Diabo Coxo* (1865, n. 9, Série 2, p. 5).



Figura 20: O entusiasmo frente à chegada da locomotiva

Fonte: *Diabo Coxo* (1865, n. 11, Série 2, p. 4).

A análise confere a capacidade educativa das imagens ao retratar os acontecimentos da composição social e das condições reais daquele período e fazer com que os fatos fossem conhecidos do público. Evidencia-se que apesar de haver a consciência da necessária mudança, ilustrada pelo entusiasmo de parte da população, o embate com as velhas forças estava representado na tropa de muares e na figura do indígena que tenta conter a locomotiva utilizando-se de um bastão, tal recurso representa o atraso, já combalido tecnologicamente, pois seria incapaz de impedir a passagem e o avanço das ferrovias. A ferrovia já era considerada como um instrumento auxiliar do progresso, por isso o Estado empenhou-se:

[...] na construção de estradas de ferro, com a qual sempre lucra, senão diretamente, indiretamente por outros canais, que se avolumam desde que a locomotiva deles se aproxima; esta é a mensageira da civilização, purifica os costumes e transforma os hábitos e preconceitos da velha sociedade, distribuindo idéias aperfeiçoadas do progresso, que desde logo germinam (CARREIRA, 1980, p. 778).

As ideias e condução da política pelos progressistas “se impõe não pelo caráter do novo que traz em si, mas basicamente pelo exercício autoritário do velho poder como condição da modernidade” (BARRIGUELLI, 1986, p. 5). Esta luta travada durante o Império, na qual a classe dirigente não poderia conceber uma mudança estrutural no governo, implicava em não perder o poder de mando, ou

seja, admitir a república era abrir mão das práticas imperiais e de todos os benefícios advindos desta forma. Agostini sinalizou esta luta utilizando o recorrente bom humor:

- Onde vais, meu bom Antônio, escarrapachado, n'esse esguio palafren, que semelhas Dom Quixote no seu bucéfalo de pão.
- Vou a Santos, meu amigo.
- Oh, pateta, pois deixas a estrada de ferro?
- Sou paulista velho, meu amigo. Nossos pais percorreram todo o sul do Brasil, atravessaram sertões inóspitos sem estradas de ferro nem carros de vapor. A índia não foi descoberta pelos homens das fornalhas, nem o grande Gama navegou de canudo empinado e rodas por banda; mas à vela como a razão o ensinava. Eles bem conheciam o provérbio: - Devagar se vai ao longe. Hoje para ir da capital a Santos os filhos degenerados de Brás Cubas e de Amador Bueno da Ribeira buscam estradas de ferro!... Si os nossos avos ressuscitassem morreriam de vergonha diante d'esta geração bastarda!... (*DIABO COXO*, 1865, n. 9, Série 2, p. 3).

No campo social, o Segundo Império respaldou-se no modelo cultural europeu, tais influências puderam ser verificadas na literatura, moda, nos hábitos alimentares, nos eventos culturais e sociais, culminando na denominação filosófica e ideológica do modelo político e econômico. A necessidade de adequar-se à modernidade forneceu os elementos que levavam os brasileiros a consumir os produtos e os serviços europeus, visto que a Inglaterra possuía as melhores companhias de energia, água e transportes e os trabalhadores mais especializados. A “europeização” dos costumes brasileiros desviou o foco para as novidades da Europa, o anseio em acompanhá-las causou até mesmo o abandono de algumas regiões interioranas do Brasil. Martins (2008) afirma que:

Se era modismo na Europa, por que não no Brasil, reiterando a tradição do País de transplantes precipitados, por vezes anacrônicos, reforçando o caráter fantástico de busca de nossa modernidade forçada a se nutrir não da realidade social, mas de fantasias, miragens e sonhos? O contraponto não é difícil de evocar no caso brasileiro (MARTINS, 2008, p. 42).

As caricaturas de Agostini retratavam a influência nos costumes dos habitantes da província paulista e representavam os conflitos de uma sociedade que por um lado esforçava-se para seguir o modelo europeu, e por outro precisava conviver com a deficitária estrutura da cidade de São Paulo.

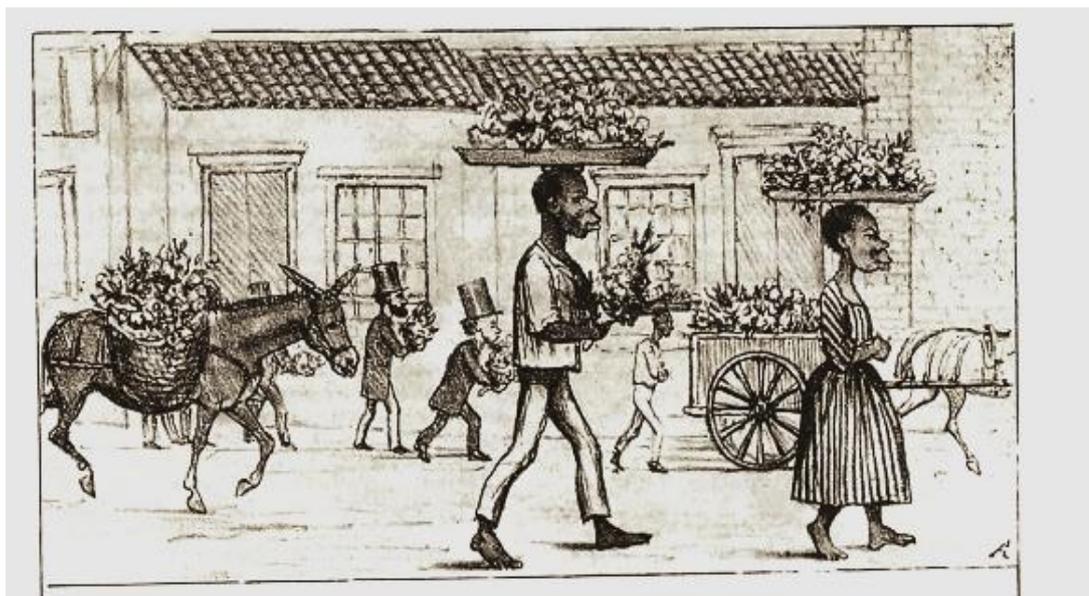


Figura 21: Os costumes da capital da província de São Paulo
Fonte: *Diabo Coxo* (1864, n. 9, Série 1, p. 5).



Figura 22: O teatro
Fonte: *Diabo Coxo* (1864, n. 9, Série 1, p. 5).

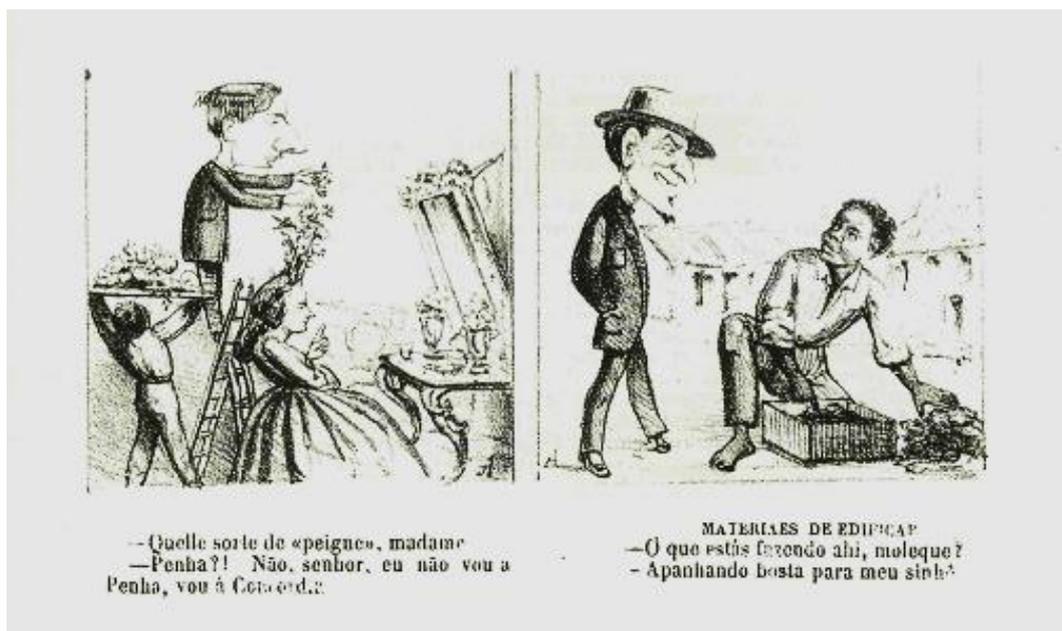


Figura 23: A influência dos costumes europeus X a realidade de São Paulo
Fonte: *Diabo Coxo* (1864, n. 11, Série 1, p. 5).



Figura 24: Apuros de um marido e de um pai, frente à oferta de produtos europeus
Fonte: *Diabo Coxo* (1865, n. 12, Série 2, p. 4).

Para além da relação com a Europa e seus “ditames”, o Brasil mantinha relação com a nação americana, apresentada ao mundo como modelo republicano e que, apesar das tentativas de entrar no comércio brasileiro, não obteve sucesso frente a supremacia inglesa. No tocante às relações do Brasil com os países latinos, destacava-se por conseguir certa unidade monárquica frente ao vasto território, sendo o único país entre repúblicas, provocando a desconfiança dos países vizinhos: “o Brasil se converteu em uma ‘flor exótica’ no continente, segundo a definição de alguns historiadores. Ou seja, uma monarquia cercada de repúblicas por todos os lados” (GOMES, 2013, p. 95).

Entretanto, o Brasil ingressara em um conflito armado, derivado, a princípio, de rivalidades e contradições dos interesses regionais gestados no processo de independência, e da formação dos estados nacionais na região platina – Uruguai, Argentina e Paraguai.

4.4 O *DIABO COXO*: A GUERRA DO PARAGUAI

O objetivo desta seção não se conduz por uma descrição minuciosa dos eventos contidos na guerra contra o Paraguai. As informações e os eventos serão expostos à medida que possam contribuir para a análise das caricaturas que abordaram o tema e foram veiculadas no *Diabo Coxo*. A organização desta seção difere das anteriores, optou-se por apresentar o conjunto de caricaturas que retrataram a guerra ao final desta seção.

A guerra do Paraguai constitui-se um evento histórico de importância para Brasil. No decorrer deste conflito foram gestadas algumas das condições necessárias que contribuíram em outros acontecimentos fundamentais ao desenvolvimento brasileiro: a abolição dos escravos (1888) e a proclamação da república (1889).

A bacia hidrográfica do Rio da Prata, em localização privilegiada, se constituía na principal via de escoamento para a produção do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. As fronteiras entre Brasil e os países platinos foram definidas somente no final do século XIX, e o clima de lutas e disputas territoriais eram corriqueiros. A navegação pela Bacia da Prata era fundamental para a economia brasileira por ser acesso único ao oeste do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e a isolada província do Mato Grosso, inacessível por via terrestre. Os outros países (Argentina, Uruguai e Paraguai) envolvidos no conflito também eram dependentes da Bacia da Prata.

Dentre as motivações e interesses que provocaram o início da guerra do Paraguai, pode-se afirmar que o Uruguai, naquele momento, aglomerava as contradições e conflitos regionais decorrentes do processo de Independência dos países platinos. A reunião de fatores que motivavam a disputa territorial e política, aliada à inexistência de uma política externa para administrar aquela região, converte-se em terreno favorável aos interesses dos estancieiros gaúchos. A rebelião dos Colorados uruguaios, liderados por Venâncio Flores em abril de 1863,

determinou uma série de acontecimentos que aumentaram a tensão na região platina, culminando com o início da Guerra do Paraguai em dezembro de 1864, uma vez que, Solano Lopez do Paraguai “temia e desconfiava de seus vizinhos muito maiores, muito mais povoados e potencialmente predatórios: as províncias Unidas do Rio da Prata e o Brasil” (BETHELL, 2012)²⁷.

O argumento pode servir de justificativa para a invasão paraguaia ao Mato Grosso, quando Solano Lopez declara guerra ao Brasil e em seguida à Argentina, um erro estratégico cometido pelo ditador, como afirma Bethell (2012):

Ele superestimou o poderio econômico e militar do Paraguai. Subestimou o poderio militar potencial, se não efetivo, do Brasil, e sua disposição de lutar. E errou ao pensar que a Argentina ficaria neutra numa guerra entre o Paraguai e o Brasil em disputa pelo Uruguai.

Do ponto de vista jurídico, a iniciativa de Lopez em deflagrar a guerra fez dele o responsável pelo conflito. No entanto, não se pode negligenciar a participação do império brasileiro, pois, ao intervir a favor dos interesses comerciais da província gaúcha no Uruguai, colaborou para que fosse deflagrada beligerância entre as nações latinas envolvidas:

[...] as motivações da guerra fossem às questões regionais, as disputas por territórios e por interesses de ambos os lados em ter um determinado controle sobre a valiosíssima Bacia da Prata. Além do fato de que a guerra deve ser vista como uma fase do processo de formação das identidades regionais na região do Cone Sul (SALES, 2004, p. 5).

Importante destacar as transformações ocorridas no Brasil em razão da guerra, na qual se gerou um déficit financeiro que, para ser superado, necessitou de empréstimos estrangeiros, em contrapartida houve aumento da dívida e da dependência brasileira em relação às grandes potências externas, em especial a Inglaterra. Por outro lado, a guerra possibilitou a modernização e criação de um exército nacional valorizando o sentimento de unidade nacional. Os militares constituíram-se como força política, atuando decisivamente na luta republicana. A marcha dos liberais, interrompida pela guerra do Paraguai (1864-1870), transpôs

²⁷ BETHELL, Leslie. **Todos contra o Paraguai**: a guerra mais sangrenta da América do Sul teve um roteiro digno de uma odisséia. Resultado: dezenas de milhares de vítimas, abr. 2012. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/todos-contra-o-paraguai>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

para o campo de batalha as disputas internas dos partidos, influenciando nas decisões e na condução da guerra.

O *Diabo Coxo*, por meio das caricaturas expôs as dificuldades da participação do Brasil na guerra contra o Paraguai, sem perder de vista seu objetivo, qual seja demonstrar a fragilidade e o atraso estrutural presente na província paulista. Importa ressaltar que no *Diabo Coxo* estão retratadas as questões iniciais sobre a guerra. A sequência e o desenrolar deste conflito estão inclusos no jornal *Cabrião* (1866-1867), seguido da revista ilustrada *A Vida Fluminense* (1868-1875).

4.5 AS CARICATURAS DA GUERRA: UM RETRATO REAL DO CAMPO DE BATALHA

Os problemas verificados na administração das instituições imperiais se estenderam à guerra com o Paraguai. Ademais, as questões cruciais apontadas no debate acerca da modernização comprovaram-se também nas questões relativas à Guerra. Nas primeiras imagens e textos sobre a guerra pode-se perceber o tom de elevada crítica, ao se referir e retratar as parcas condições dos soldados e do arsenal bélico que o Brasil possuía para enfrentar o conflito:

[...] até na guerra o anacronismo mete o bico! O 7º batalhão de voluntários da Pátria composto de cidadãos notáveis e distintos, que animados pela chama sagrada do patriotismo congregar-se-ão para desafrontar a honra da Virgem Província de Mato Grosso violada pela insolência dos bárbaros paraguaios, organizou-se na Casa de Correção. [...] Esta força que se denomina Infantaria ligeira, marcha a passo de caranguejo [...] (*DIABO COXO*, 1865, n. 1, Série 2, p. 6).

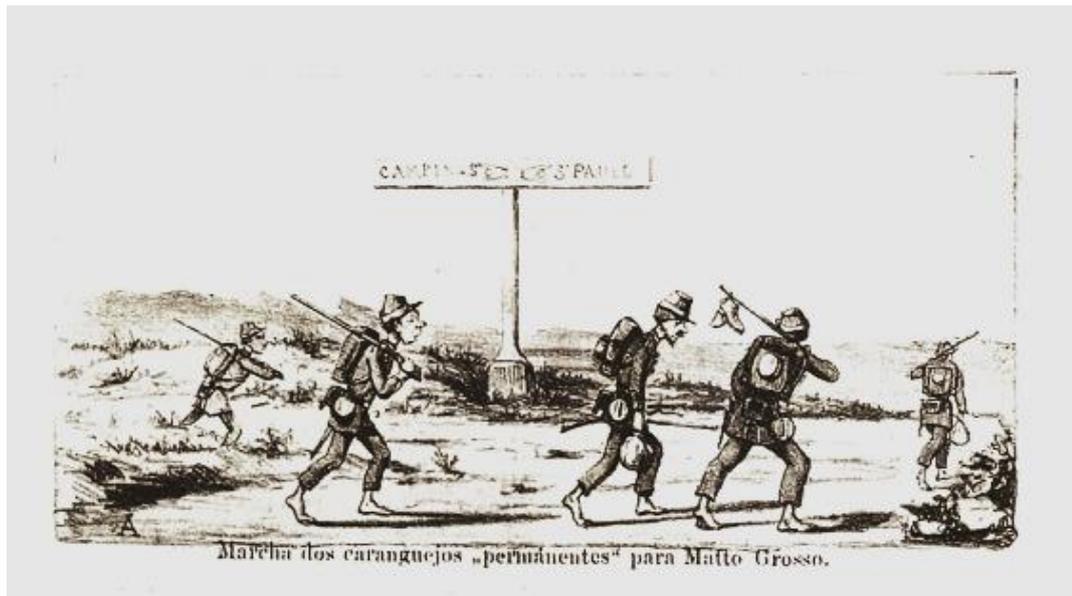


Figura 25: A marcha dos caranguejos para o Mato Grosso
Fonte: *Diabo Coxo* (1865, n. 1, Série 2, p. 4).



Figura 26: O poder bélico do Brasil
Fonte: *Diabo Coxo* (1865, n. 1, Série 2, p. 4).

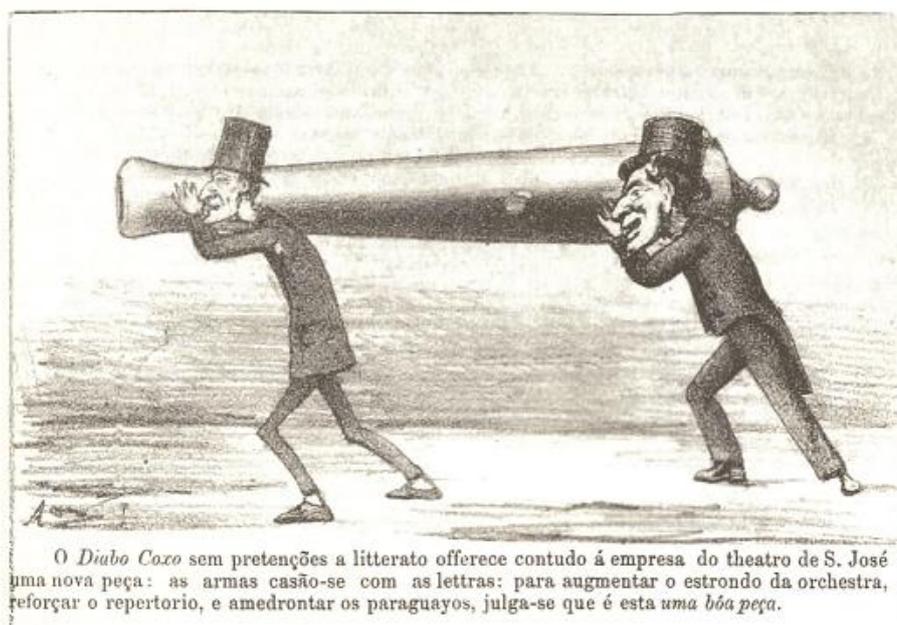


Figura 27: A contribuição dos literatos com a guerra contra o Paraguai
Fonte: *Diabo Coxo* (1865, n. 4, Série 2, p. 5).

O periódico levou o público a conceber situações antes só imaginadas sobre as batalhas, colocando-o a par da realidade da guerra. Pires (2009) afirma que as imagens do conflito deixavam o governo imperial em descrédito:

A apropriação humorística dos símbolos e das imagens dos personagens centrais na guerra serviu para integrá-los ao cotidiano dos leitores dos periódicos ilustrados e popularizar as imagens, nem sempre positivas, que por vezes transcendiam as representações criadas pelo próprio Império. [...] tais críticas ao lado dos problemas inerentes a guerra [...] colaboraram para dar visibilidade aos conflitos sócio-políticos internos que se desenvolviam e para colocar em dúvida a legitimidade do estado imperial (PIRES, 2009, p. 16).

Para Cagnin (1994), Agostini, ao retratar realisticamente os fatos da época e os acontecimentos provinciais, conduziu os leitores a um olhar diferente sobre o que pensavam ser a guerra. Há uma distância entre apenas ouvir relatos e ver os fatos sucedidos, suscitando desdobramentos à percepção ao se constatar comportamentos e fatos impensados no ambiente de combate como a imagem abaixo sugere:

[...] indignar-se contra os políticos e suas mazelas, rir-se de suas caricaturas, conhecerem tipos e à moda da Corte e de todo o mundo; viver como se estivessem presentes, as peripécias da guerra do Paraguai, as infindas indecisões de Caxias à frente das tropas brasileiras, ter algumas vistas dos locais de batalha (CAGNIN, 1994, p. 28).



Figura 28: Vista do Acampamento Água Branca.
Fonte: *Diabo Coxo* (1865, n. 2, Série 2, p. 5).

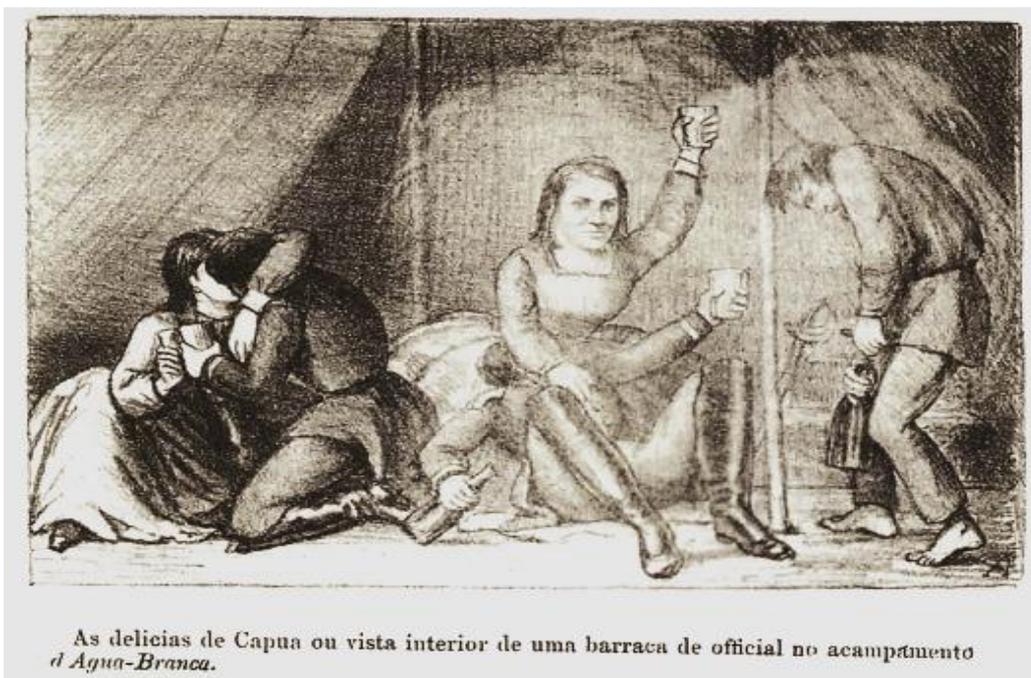


Figura 29: Cena íntima do acampamento de guerra.
Fonte: *Diabo Coxo* (1865, n. 2, Série 2, p. 5).

As caricaturas de Agostini sobre o conflito comprovam a afirmação de que a realidade estava distante do idealizado. Não havia grandes feitos, as dificuldades do campo de guerra eram diversas, além do despreparo dos soldados, as condições de higiene e alimentação provocavam mortes que não decorriam do combate armado, mas das péssimas condições a que os homens estavam submetidos. A

precariedade de condições permeou praticamente a totalidade do conflito, apresentado relativa melhora nos momentos finais, quando o aporte financeiro adquirido junto à Inglaterra fora aplicado em melhorias que possibilitaram a sobrevivência dos soldados até o término da guerra.

O relato do Visconde de Taunay (1843-1899) sobre as condições do acampamento da Laguna confirma-se na denúncia feita por Agostini no *Diabo Coxo* ao retratar o mal estar causado pela comida indigesta servida aos soldados. Pode-se levar tal descrição para o campo de batalha em geral, comprovando que o Brasil estava envolvido em confronto militar de grande porte, mas não tinha sequer as condições básicas para atender as exigências do conflito:

Nauseante espetáculo revelou-nos, nesse lugar, quando entre os nossos soldados era a fome tremenda. Ia matar-se um boi estafado, quase agonizante. Formou-se um círculo em torno do animal; cada qual mais ansioso esperando o jacto de sangue [...] Chegando o momento, atiraram-se todos a ele, e assim era diariamente. Mal tinha tempo de cortar a rês; era quase necessário arrancar as mãos dos soldados os nacos, a fim de os levar ao local da distribuição, tudo era logo devorado mal assado ou cozido; repulsivo pasto que não podia deixar de originar-se alguma epidemia (TAUNAY, 1975, p. 34).

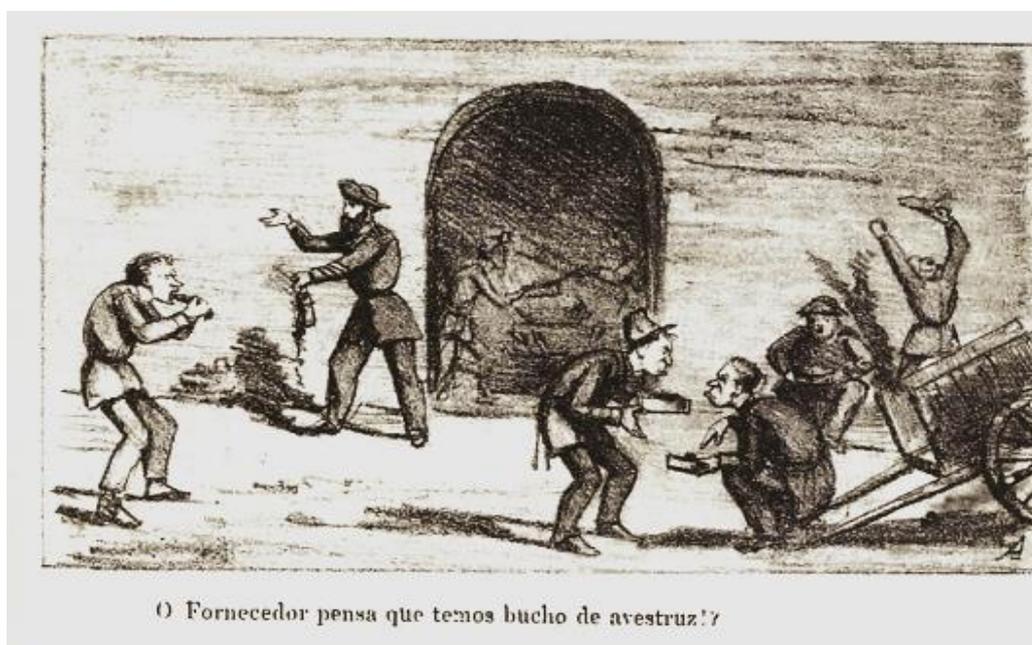


Figura 30: A comida indigesta.

Fonte: *Diabo Coxo* (1865, n. 2, Série 2, p. 5).

A forma e os métodos nada dignificantes adotados no recrutamento de soldados tornou-se uma celeuma. O Brasil não possuía um exército efetivo e

treinado, existiam as guardas nacionais responsáveis por manter a ordem cada qual em sua província, outro fator que gerava dificuldade estava ligado à logística, não havia um sistema de acesso e transporte eficiente para que as tropas fossem enviadas rapidamente até os locais onde as batalhas estavam ocorrendo. Por estes motivos, o recrutamento teve uma diretriz falha e por vezes injusta, o decreto imperial²⁸ que determinava os critérios e a forma, na maior parte não foi atendido:

Os cidadãos do império dispunham de diversas formas de se esquivarem da convocação. Os mais aquinhoados, utilizavam-se de doações de recursos, equipamentos, escravos e empregados à Guarda Nacional e aos Corpos de Voluntários para lutarem em seu lugar; os que podiam menos faziam *oferecimento de familiares*, ou seja, alistavam seus parentes, filhos, sobrinhos, agregados etc. Aos despossuídos não restava outro recurso para escapar ao alistamento que a fuga para o mato. A população do corte e das províncias rebelavam-se contra as autoridades recrutadoras, os delegados de polícia e seus prepostos [...] A *compra de substitutos*, ou seja, a compra de escravos para lutarem em nome de seus proprietários, tornou-se prática corrente. Sociedades patrióticas, conventos e o governo encarregavam-se, além disso, da compra de escravos para lutarem na guerra. O império prometia alforria para os que se apresentassem para a guerra, fazendo vista grossa para os fugidos. [...] A questão aqui parece ser menos racial e mais de exclusão social. Além dos limites estreitos da cidadania todos são compreendidos como *voluntários bons* para a guerra. Os mais aquinhoados têm mais condições de escaparem; os mais pobres recorrem ao exílio dos matos. O que menos dispõe de meios de resistência é exatamente o escravo, que troca a enxada pelo mosquetão, deixa de obedecer ao capataz e entrega sua vida ao *senhor oficial* (TORAL, 1995, p. 3).

As duras críticas feitas pelo jornal à forma de recrutamento assumiam tom debochado em razão das situações estapafúrdias para conseguir o efetivo de guerra, proporcionando ao público uma compreensão mais real dos ilícitos adotados pelas autoridades responsáveis em conseguir soldados para frente de batalha:

[...] ao venturoso mortal que descobrir a predileção e notar o entusiasmo popular pela atual guerra do Paraguai: um par de olhos de Lince. A quem descobrir um meio espontâneo de apreender Voluntários para o serviço patriótico da guerra: carta branca de recrutador. Pergunta-se ao *Diabo Coxo* se os estudantes que se tem oferecido para voluntários da Pátria hão de defendê-la de frente e de mochila as costas ou de banda como oficiais? Apesar de ser eu o

²⁸ O decreto imperial nº 3.371 intitulado Voluntários da Pátria de 7 de janeiro de 1865, dispunha sobre a convocação do voluntários e guardas nacionais: Art. 1º - São criados extraordinariamente, Corpos para o serviço de guerra, compostos de todos os cidadãos maiores de 18 e menores de 50 anos, que voluntariamente se quiserem alistar, sob as condições e vantagens abaixo declaradas. Art. 2º - Os voluntários que não forem Guardas Nacionais terão, além do soldo que recebem os voluntários do Exército, mais 300 réis diários e a gratificação de 300\$000, quando der em baixa, e prazo de terras de 22.500 braças quadradas nas colônias militares ou agrícolas.

Diabo e de crer firmemente no patriotismo da mocidade não sei o que lhe diga s.r. Voluntário (*DIABO COXO*, 1865, n. 6, Série 2, p. 6).

Nem mesmo o presidente da província de São Paulo passou ileso pelo *Diabo Coxo*, que retratava a imagem franzina de Tavares Bastos²⁹, responsável por cumprir o Decreto Imperial que assombrava os paulistas e os arrebatava contra a vontade dos lares e famílias para servir a uma guerra que nem as autoridades sabiam o porquê de sua existência. Cumpriam ordens, apenas. De acordo com Cagnin (2005b) a guerra do Paraguai:

[...] trouxe tanto o entusiasmo como o medo, ou mais, o desespero para os paulistas. Muitos se alistavam no 7º Batalhão porque era o reforço que São Paulo teria que mandar para a frente de batalha; a maioria fugia do recrutamento, alguns até se mutilavam para não serem caçados a laço e a pauladas a mando o baixinho mas prepotente presidente da Província, Tavares Bastos, apelidado pelos jornais de Agostini de *El Supremo*, em muitas caricaturas corrosivas, irreverentes e corajosas [...] (CAGANIN, 2005b, p. 8).

²⁹ Tavares Bastos viveu apenas 36 anos (20 de abril de 1839 – 3 de outubro de 1875) e sua vida pública começa em 1861, como deputado geral “[...] foi reeleito em 1864 e 1868. Foi um político, um jornalista, um escritor ativista que desejava transformar o Brasil e fazê-lo tanto quanto possível semelhante aos Estados Unidos. Socialmente foi moderado porque na questão servil fundamental ele não teve senão uma posição humanitária, filantrópica, procurando aliviar a sorte do escravo, como escreveu Joaquim Nabuco” (RODRIGUES, 1976, p. 9).



Figura 31: Tavares Bastos Presidente da província paulista.
Fonte: *Diabo Coxo* (1865, n. 7, Série 2, p. 5).

O conjunto de imagens apresentado a seguir demonstra e sintetiza a forma como o *Diabo Coxo* via o “recrutamento” dos paulistas para a guerra.



Figura 32: Patriotas involuntários.

Fonte: *Diabo Coxo* (1865, n. 7, Série 2, p. 5).

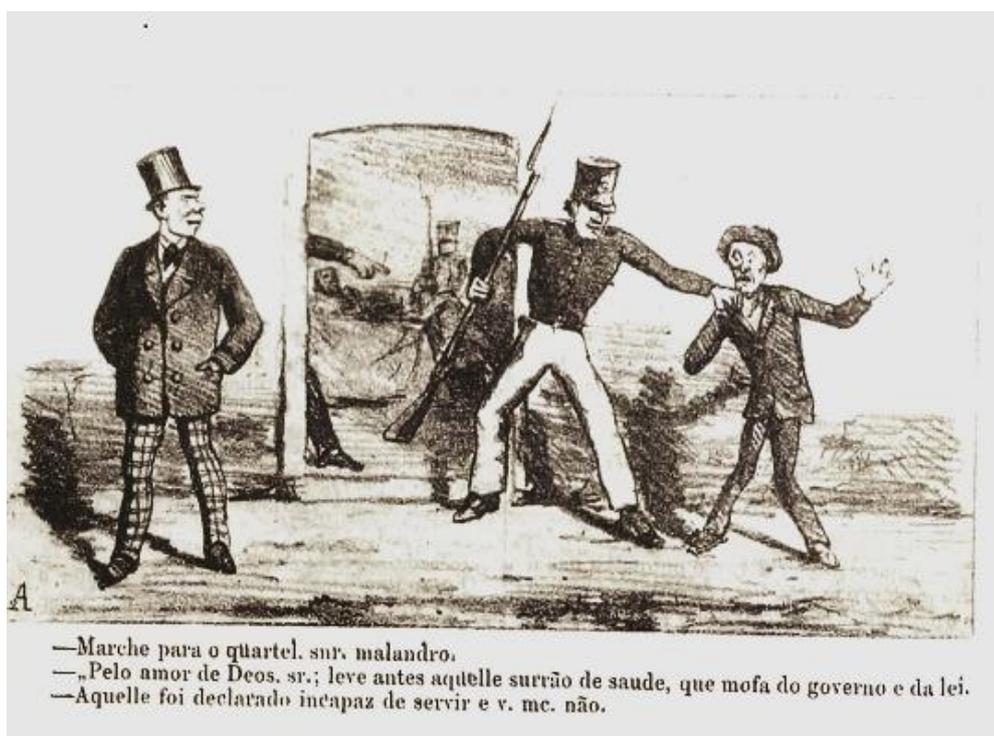


Figura 33: Critérios para recrutamento

Fonte: *Diabo Coxo* (1865, n. 7, Série 2, p. 5).



Figura 34: Sátira do *Diabo Coxo* a respeito do exército brasileiro.
 Fonte: *Diabo Coxo* (1865, n. 12, Série 2, p. 8).

O jornal, ao retratar o critério ilógico adotado pelas autoridades imperiais no recrutamento dos futuros soldados, aproxima-se do público deixando claro que “todos” estariam submetidos ao recrutamento involuntário. Toral (1995) destaca:

Torna-se claro que os limites da cidadania efetiva do império iguala os escravos e despossuídos como material humano disponível para a guerra. A Guarda Nacional, apesar da inspiração liberal do modelo francês, terminou a serviço de oligarquias, alistando compulsoriamente qualquer um, desde que pobre ou adversário político. Os Voluntários da Pátria, por seu lado, dada a ausência de entusiasmo popular depois da fase inicial da guerra, também receberam em suas fileiras escravos e *substitutos* de toda sorte (TORAL, 1995, p. 4).

A exposição destas questões possibilitou colocar em relevo o dilema de ser o país governado pela monarquia. O progresso presumia o abandono das práticas coloniais e a adoção de ideias e práticas liberais de cunho republicano. O impedimento encontrava-se na mentalidade da elite dirigente, inclusive dos liberais, pois receavam que:

[...] a República trouxesse um governo legal, mas sem legitimidade, o que certamente faria diminuir a sua aceitação e a estabilidade das instituições. O grande dilema era o de compatibilizar a monarquia com a liberdade, com a democracia, substituir o imperialismo pelo liberalismo (ANDRADE, 1990, p. 13).

A historiografia reconhece que a participação brasileira na guerra do Paraguai produziu efeitos capazes de modificar a conjuntura política e social do país, ou seja, a fragilidade e as lacunas do governo monárquico com a guerra tornaram-se maiores e incapazes de serem encobertas e a oposição, bem como o descontentamento com o estado de coisas político foram robustecidos:

[...] A guerra do Paraguai estava ainda a mostrar a todas as vistas os imensos defeitos de nossa organização militar e o acanhado de nossos progressos sociais; desvendando repugnantemente a chaga da escravidão; e então a questão dos cativos se agita [...] (AZEVEDO, 2010, p. 14).

A participação dos escravos na guerra conduziu à percepção de que a manutenção da escravidão tornou-se insustentável. A luta em prol da abolição ganhou novas adesões e outros contornos, principalmente com a divulgação de sua inadequação por meio dos jornais da época. O fato de os grandes proprietários de terras também integrarem a cúpula política, observam-se as divergências de opinião inclusive no interior dos partidos liberal e conservador ao obstaculizarem a possível abolição.

Dessa forma os traços de Agostini, ao retratarem realisticamente a participação dos escravos na guerra, demonstraram a inadequação histórica da escravidão. Aliado a essa luta Luiz Gama publicou no *Diabo Coxo* poemas e crônicas que serviam para amofinar a sociedade avessa à abolição tanto quanto a aplicação do trabalho livre como força motriz da produção.

O debate sobre a abolição era complexo e dividia opiniões e interesses, em especial àqueles ligados a propriedade dos latifúndios agrícolas. A guerra do Paraguai se constituiu em importância justamente por utilizar-se dos escravos como soldados, tal fato elevou estes indivíduos à condição de defensores da pátria. Dito de outra forma, o término da guerra evidenciou o quão se tornara insustentável o sistema escravista quando mundialmente predominava o trabalho livre e, da mesma forma, abalava as instituições imperiais:

[...] ficou mais clara a oposição entre as motivações e o polo burocrático do poder e os interesses do polo social e econômico deste mesmo poder. Se, na expressão muitas vezes usada à época, a escravidão era o cancro que corroía a sociedade, ela era também o princípio que minava por dentro as bases do Estado imperial, e que, ao final, acabou por destruí-lo (CARVALHO, 1998a, p. 269).

Nesse sentido, as caricaturas de Agostini expressam a multiplicidade de fatores referentes à guerra e a sociedade “[...] especialmente quando a imagem vai agir nas massas, tornando o seu público heterogêneo e grande” (CAGNIN, 2005b, p. 16). O jornal apresentou a seus leitores o retrato satírico daquele contexto como propósito de informar e formar a opinião pública sobre as barreiras que impediam o progresso e a modernização do Brasil. Na visão de Cagnin (1994, p. 31) “Agostini compôs com tal precisão o dia-a-dia da cidade que nos legou, ao final, um retrato por inteiro e a história ilustrada desse período”. A atuação militante em prol das causas que estavam presentes no contexto da época faz desse jornal uma peça educativa. Ao utilizar caricaturas e textos para fundamentar a crítica contra as instituições imperiais efetivou esse seu caráter e compromisso.

4.6 O *DIABO COXO* EA EDUCAÇÃO

Falar sobre a atuação e o caráter educativo contido nas edições do *Diabo Coxo* (1864-1865) implica, necessariamente, situá-lo num quadro mais amplo, a fim de apreciar as circunstâncias históricas da época e identificar sua atuação no

processo educativo da sociedade. De acordo com Gouvêa (2003) a educação objetivava ser

[...] fator civilizatório capaz de garantir, mediante extensão da educação moral e instrução elementar a população livre, condições de governabilidade. Diante do quadro de instabilidade política como o início do período imperial, faz-se necessária a constituição de estratégias de ordenamento social, para o qual a educação seria um instrumento eficaz. O debate em torno da educação no Brasil e sua importância deu-se no diálogo com o contexto europeu, no qual Estados-nação investiram na educação como fator promotor da coesão nacional (GOUVÊA, 2003, p. 203).

É oportuno lembrar que, historicamente, a educação está vinculada à forma como a sociedade organiza suas relações de produção. No século XIX tratava-se de um Brasil cuja organização econômica e social baseava-se no latifúndio agrário e na mão de obra escrava, nesse contexto havia um consenso de que a educação era desnecessária ao grosso da população, com sua função limitada à formação dos quadros da administração e da política.

O Império brasileiro mantinha-se insensível frente à questão da universalização da educação básica, onde a premissa de manutenção da ordem e preservação do Estado patrimonialista previa uma escola para a formação das elites políticas e dos quadros funcionais do Estado. De acordo com Periotto (2008), a educação era:

[...] prerrogativa da elite, ainda que nem todos os que a ela pertenciam dispusessem do domínio da escrita e da leitura. Por sua vez entre o povo e os escravos encontravam-se alguns letrados, apesar de serem em número muito inferior aos da camada dominante. Esse óbice afigurava-se um empecilho ao desenvolvimento de uma mentalidade mais apegada aos fazeres realmente progressistas, na medida em que a ausência do saber elementar – ler, escrever e contar – impedia a maior parte dos indivíduos de conhecerem os grandes avanços científicos que transformavam as matérias primas rapidamente em mercadorias, sem o tempo e esforço exigido na forma de produção anterior (PERIOTTO, 2008, p. 6).

Ainda que de forma acanhada, os debates sobre a necessidade de educação ocorriam e evidenciavam a necessidade de instrução do povo. Quando se reporta aos debates que ocorriam na Assembleia, constata-se a tentativa de implantar projetos que visavam criar e organizar um sistema de instrução escolar no país e que posteriormente foram frustrados. Enfim, sobre a instrução pública não constam

diretrizes e nem orientações, somente uma parcimoniosa referência ao ensino particular na qual se permitia a abertura de escolas.

Portanto, em decorrência da falta de deliberação legal, o ensino no Brasil e em suas províncias tomou o seguinte caminho:

A liberdade de ensinar desobrigava o ensino de complexos artifícios regulamentares que inibiam as iniciativas de educação, centralizadas em autorizações, favorecimentos e exclusões que a tradição colonial mantivera. Sob o patrocínio da nova lei, abriram-se escolas particulares, principalmente no Rio de Janeiro, e apesar do eclipse da grande voga do ensino mútuo na Inglaterra, os liberais brasileiros, propugnadores do método, pensaram então que a liberdade de abrir escolas, sem exames prévios e sem autorização, unida ao novo sistema de instrução, difundiria rapidamente, até aos mais distantes pontos do Império, a necessária instrução primária às massas (CHIZZOTTI, 2005, p. 44).

Os sucessivos textos constitucionais responderam à ordem social, econômica e jurídica do período. A modificação expressiva ocorreu em 1834 no Ato Adicional que se referia à descentralização e autonomia das províncias, inclusive na questão da educação. No período que antecede a essa alteração a educação fundamental ficou exclusivamente sob a incumbência da iniciativa particular, e as medidas tomadas não foram substanciais para aventar a criação de um sistema nacional de educação.

Faria Filho (2003), no estudo sobre o processo de escolarização no século XIX, afirma que:

[...] a partir de 1835 e ao longo de todo o Império, as Assembléias Provinciais e os presidentes das províncias fizeram publicar um número significativo de textos legais, levando-nos a acreditar que a normatização legal constitui-se numa das principais formas de intervenção do Estado no serviço da instrução (FARIA FILHO, 2003, p. 207).

Dessa maneira manteve-se o Brasil desprovido de um plano de escolarização sistemático que pudesse atender às necessidades educativas. A economia e a política desde a colônia desencorajavam quaisquer propostas nesse sentido, onde o “Governo em coisa nenhuma tem ajudado a promover a instrução nestes países, onde poucas pessoas sabem ler e escrever, e onde apenas há uma ou duas escolas de primeiras letras” (COSTA, 1977, p. 45).

O *Diabo Coxo* não tratou da educação em suas questões específicas, sejam elas estruturais ou de organização pedagógica. Entretanto, não deixou de veicular

as formas e instituições que estavam disponíveis à população. Uma das opções estava no Colégio D. Pedro II, localizado no município da corte, criado para atender o projeto civilizatório e incluir o Brasil no rol do desenvolvimento. Apesar de ser um colégio público, não era gratuito, pois atendia somente aqueles que dispunham de poder aquisitivo para custear o ensino. O currículo que estava sob a tutela do governo imperial, derivado do modelo europeu, destinou-se a formação da elite intelectual brasileira.

Os empreendimentos educativos iniciados pela maçonaria constituíam-se em uma das opções à população da província paulista. Colussi (2000) destaca que as iniciativas educacionais advindas da maçonaria pautavam-se em ações na direção anticlerical, seu maior objetivo no século XIX. O registro de Agostini, no *Diabo Coxo*, demonstra a atuação dos maçons na educação da população. A autora esclarece sobre a dedicação e objetivos da instituição maçônica quando da participação no campo educacional:

Dois projetos diferentes no campo das idéias evidenciavam-se: o primeiro consubstanciado pela influência das correntes de pensamento liberal e cientificista no Brasil e que transpunha para a esfera da política e da cultura a defesa de noções, como racionalismo, progresso, modernidade; o segundo, uma reação do catolicismo mundial frente aos avanços do liberalismo, que, no Brasil, reuniu os defensores do pensamento-católico-conservador. Para a maçonaria, a educação e o ensino era um instrumento fundamental na difusão do ideário liberal e racionalista. Para ela, a igreja Católica exercia uma influência negativa, pois mantinha as crianças e os jovens no universo do obscurantismo e da superstição. **Para fazer frente a essa situação, a maçonaria mobilizou-se. Objetivava, com isso, uma identificação do modelo educacional com o espírito das luzes, libertadora da consciência dos homens e fiéis escudeiras no combate às trevas representadas pelo fanatismo da Igreja Católica** (COLUSSI, 2000, p. 49, grifo nosso).

O conjunto de imagens abaixo sintetiza a representação das instituições educativas que, na visão de Agostini, constituíam-se como as opções disponíveis para a população. Assim como a crítica que presume a falta de condições e oferece um prêmio: “a quem revelar o mistério de instruir sem estudos, meninos nos colégios da Capital: uma tabuleta de hotel pintada na secretaria da instrução pública” (*DIABO COXO*, 1865, n. 6, Série 2, p. 7).



Figura 35: O Colégio d. Pedro II instituição de referência para educação.
Fonte: *Diabo Coxo* (1864, n. 2, Série 1, p. 4).

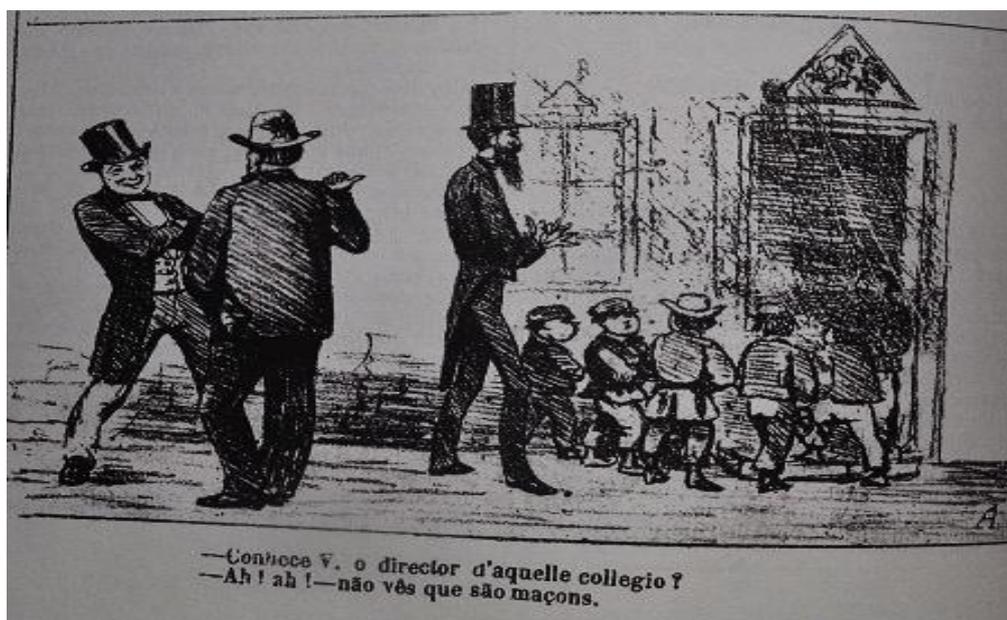


Figura 36: As iniciativas educativas da maçonaria.
Fonte: *Diabo Coxo* (1864, n. 2, Série 1, p. 4).

Em nome da civilidade a imprensa do século XIX cumpriu a tarefa de educar, instruir e formar, frente à quase inexistência de uma educação formal. Essas considerações colocam o *Diabo Coxo* no rol dos espaços não escolares, com a sua ação educativa ressaltada pela força das imagens e parte de uma “rede de agentes em plena atividade, como o romance, os folhetins, os jornais doutrinários, que ao

lado de escolas mais ou menos isoladas, competiam pela transmissão dos valores culturais em circulação” (FARIA FILHO, 2006, p. 16).

De acordo com Maringoni (2006), Agostini destacou-se por realizar a transposição da linguagem impressa para as ruas. Ao retratar com riqueza de detalhes os acontecimentos cotidianos, consentiu uma visão aprofundada do indivíduo, apontando sua aproximação com a causa abolicionista e estabelecendo as relações necessárias à compreensão daquele contexto social. As imagens foram tributárias dessa linguagem. Ramos (2008, p. 298) afirma que foram utilizadas como “armas que, conseguindo mostrar o que as palavras só conseguem dizer, reforçam o poder evocativo das críticas e dos ataques, agindo assim, de uma maneira ainda muito direta e enfática sobre a imaginação do leitor”.

Segundo Paiva (2006), o processo de produção do humor, utilizando-se dos gêneros discursivos e dos discursos linguísticos na elaboração e apresentação das seções presentes no *Diabo Coxo*, perfaz a conexão perfeita entre imprensa e humor. Destaca-se a síntese da autora:

Numa operação argumentativa ímpar, realizada entre criaturas de mundos distintos – uma infernal e outra terrestre –, um diabo longevo, que, ao longo do tempo, firmara tratos com pessoas de épocas, sítios e profissões distintas, tenta direcionar a vida de um jovem italiano de 16 anos, que acabara de libertá-lo da garrafa onde se achava aprisionado. Condutor do diálogo constitutivo de seu discurso argumentativo, a “negra criatura” apresentou ao seu interlocutor um arrazoado composto de denúncias contra diferentes tipos de males que assolavam a cidade de São Paulo (PAIVA, 2006, p. 87).

Os aportes utilizados afirmam a ação educativa exercida pelo *Diabo Coxo* ao utilizar a caricatura como arma de luta no esclarecimento político do povo, carente de recursos que ultrapassassem a precariedade da estrutura educativa do país no século XIX.

As crises da superprodução capitalista no início do século XIX e a consequente demanda do operariado por educação, vista como meio de ascensão e melhoria de vida, consolidou a escola universal, pública, gratuita e laica. Sem adentrar ao contexto geral, pode-se afirmar que a primeira tentativa no Brasil de estruturação de um projeto educativo esteve ligada diretamente à instrução para a civilidade, propugnando por ordem e moralização social. De acordo com Saviani (2006):

A constituição dos chamados “sistemas nacionais de ensino” data de meados do século XIX. Sua organização inspirou-se no princípio de que a educação é direito de todos e dever do Estado. O direito de todos à educação decorria do tipo de sociedade correspondente aos interesses da nova classe que se consolidara no poder: a burguesia. Tratava-se, pois, de construir uma sociedade democrática, de consolidar a democracia burguesa (SAVIANI, 2006, p. 5).

A escolarização e todos os fatores que a ela se ligavam, no período em questão, estavam a serviço da manutenção do governo Imperial, as poucas escolas mantinham-se numa situação precária. Avistaram-se algumas mudanças no setor econômico, o comércio e a indústria prosperaram, mas não a ponto de favorecer a demanda por educação, a população rural ainda era numerosa e composta principalmente por escravos e agricultores analfabetos.

A educação no século XIX não contava com um plano sistemático, as medidas políticas e legais eram voltadas para resolver os problemas de maneira paliativa e imediata, sem a preocupação de resolver de maneira definitiva os interesses da monarquia que se sobrepunham à necessidade de educar a população: A necessidade e a urgência da criação de um sistema de instrução pública foram, durante todos os debates, diretamente associadas ao caráter do regime político nacional e liberal: educar homens livres, capazes de sustentar o novo sistema representativo (XAVIER, 1992, p. 59).

Contudo, a discussão sobre a educação e projetos para solucionar o problema não perderam a ênfase. A reforma Couto Ferraz, de 1854, por exemplo, resultou dos embates entre políticos e literatos que visavam encontrar uma solução para as mazelas educativas. A reforma estabeleceu a obrigatoriedade e gratuidade do ensino público, definiu pré-requisitos ao exercício do magistério primário e do secundário, criou a Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária, responsável por fiscalizar e orientar os estabelecimentos de ensino, no âmbito pedagógico e estrutural. No entanto, a Inspeção Geral era nomeada e estava subordinada ao governo geral, de outra parte, excluiu os escravos e determinou a criação de uma classe destinada aos adultos.

A dinâmica socioprodutiva brasileira, consolidada sob o modelo agroexportador e escravista fazia os primeiros ensaios para a modernização, dentre os quais se encontravam a organização e sistematização da educação e suas instituições. Assim, durante o período imperial, o debate educativo era acalorado entre os dirigentes da nação, mas não se refletiu diretamente no quadro educacional

que permaneceu estagnado, ainda que a solidificação da educação escolar frente ao mundo moderno concebesse “parte dos agenciamentos de dar a ver e de fortalecer as estruturas de poder estatais, podendo, mesmo, ser considerada como um dos momentos de realização dos estados modernos” (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 22).

Deste modo, o progresso pretendido por setores mais avançados e encadeados ao desenvolvimento burguês dependia da reunião de esforços e ações na formação de uma base social que incorporasse o ideal de progresso e promovesse as mudanças essenciais, dentre elas a promoção da educação e a modernização material e social do Brasil. Não obstante, a estrutura imperial, assim como as instituições por ela conduzidas, compunha o rol de motivos que impediam uma prática econômico-social avançada.

O Brasil estava iniciando a estruturação de um projeto educativo que esteve num primeiro momento ligado diretamente a instrução para a civilidade, propugnado por ordem e moralização. Assim sendo, as imagens veiculadas no *Diabo Coxo* estabeleceram um elo com o público leitor possibilitando ultrapassar a pequena “ilha de letrados” e atingir também aqueles possíveis leitores à margem do saber formal, pois as imagens revelavam e diziam o que a falta de conhecimento da leitura e escrita sonhava à compreensão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre a imprensa brasileira do século XIX, aliados a História da Educação, têm contribuído com novos temas e produzem resultados que, em conjunto, mapeiam e explicitam não somente aspectos diretamente relacionados à educação, mas a própria dinâmica social dos períodos históricos abordados. Este trabalho, ao analisar parte das caricaturas difundidas no jornal *Diabo Coxo*, objetivou evidenciar a sua condição de educador junto à opinião pública, ao fazer intensa crítica às instituições imperiais e as elites políticas e sociais.

O jornal *Diabo Coxo* se inaugurou como uma alternativa de compreensão da realidade aos leitores e dos que, mesmo sem dominar a leitura e escrita, identificavam nos conteúdos impregnados de riso e humor as similitudes das suas vivências com a realidade que as cercava. A questão primordial no debate realizado no jornal, como em muitos outros que também se opunham ao quadro político da época, era afetar a opinião pública com o objetivo de fazê-la se inteirar dos problemas nacionais e, especificamente, os provinciais.

Um dos propósitos da análise refere-se à contribuição com os estudos historiográficos. O primeiro relaciona-se a abalizar a imprensa do passado como fonte de pesquisa, além de ampliar o campo de estudos que elucidem aspectos da dinâmica social e política no século XIX, ainda não abordados pela historiografia ou que requerem nova interpretação.

Um segundo objetivo refere-se à legitimação da imprensa daquele período como um agente educativo, um veículo difusor de ideias e opiniões que visava influir na consciência dos indivíduos, moldando-as para os propósitos nem sempre suficientemente esclarecidos, mas implicitamente formalizados. É preciso atentar-se ao fato de que essa imprensa, política, antes de tudo, espalhou conhecimentos basais às novas formas de produzir ao apresentar maquinários para as atividades agrícolas, desenvolvimento de sementes para o plantio de cana de açúcar e outras culturas, explanações sobre novas técnicas produtivas, saberes relacionados à civilidade européia tais como comportamentos, modas e literatura, etc.

Enfim, o amplo papel ocupado pela imprensa no contexto histórico brasileiro do século XIX, firma-se com a existência desse jornal espirituoso e humorístico e que contava com um expediente ainda não usual para a época: a caricatura. Essa modalidade de elaboração e apresentação dos fatos voltados a fomentar a crítica

nos e dos indivíduos, das ações correlatas ao governo imperial e das elites brasileiras, receberam o tratamento teórico-metodológico que entende a história como fruto dos embates travados entre os homens no decorrer da produção da vida, e na qual, por consequência, produzem também as formas culturais expressivas de realidades objetiva e subjetivamente determinadas

Nessa perspectiva, a análise do jornal *Diabo Coxo* o considerou uma expressão dos embates nos quais se confrontavam forças em oposição, conservadoras e progressistas, cujo interesse passava ou pela manutenção do poder da velha elite agrária ou pela adoção de práticas modernizadoras. A investigação sobre o caráter educativo inerente ao jornal buscou no quadro histórico do período os elementos condicionantes, apensos ao *Diabo Coxo*, e que tiveram o propósito de informar e formar a opinião pública sobre os entraves que obstaculizavam o progresso e a modernização do Brasil. A comprovação desse caráter educativo constituiu-se como ponto capital do estudo. Em especial, propôs-se uma reflexão acerca dos dilemas e contradições da sociedade brasileira nos oitocentos, período marcado pela extensa atuação da imprensa no processo formativo da consciência popular.

O quadro social brasileiro, dominado pela elite política e econômica da época, não se revelava predisposta à modernização das práticas produtivas e sociais. Apesar de algumas mudanças já perceptíveis em termos de melhorias materiais, a sociedade brasileira era refratária à implantação de medidas que efetivamente transformassem o modo de produção, aplicando nele o trabalho livre em substituição ao escravo e alterações na estrutura de governo. A sociedade, no seu cotidiano, ainda mesclava práticas progressistas aos velhos hábitos coloniais predominantes entre a maioria da população.

As ações oriundas da elite política e econômica se direcionavam à manutenção e continuidade do modelo imperial. Embora os debates abordassem a necessidade de reformas sociais, somente elas não seriam capazes de trazer transformações efetivas já que os problemas eram também de natureza estrutural. No âmbito social predominavam, portanto, as relações de paternalismo, com crescente agregação das camadas intermediárias da sociedade a favor das elites, ou seja, as práticas coloniais ou um pouco mais modernizadas ainda estavam a serviço da aristocracia agrária. Se, por um lado, essas práticas constituíam-se em manutenção da ordem vigente, por outro impunham limites ao necessário progresso.

Dessa forma, o *Diabo Coxo*, jornal “domingueiro”, inaugurado pelo italiano Ângelo Agostini e Luis Gama, no curto tempo de sua existência, promoveu um debate francamente opositor às instituições imperiais e as práticas políticas obsoletas, defendidas pelos áulicos do poder. O caráter inovador trazido pelo jornal, por ter sido o primeiro a veicular na província de São Paulo as caricaturas que ilustravam o cotidiano político e social, traçadas em tom debochado, comprovam, então, a ação deliberada de instruir politicamente e fomentar uma opinião pública o reconhecimento das condições reais da sociedade brasileira.

O jornal, ao ajustar o riso à crítica, construiu um retrato veraz e minucioso dos conflitos político-sociais e econômicos, os quais apontavam para a necessidade de se buscar medidas material e socialmente progressistas e conquistar espaço de ação política diante da aristocracia já debilitada e avessa às demandas populares e a quaisquer mudanças que resultassem na perda de poder de classe.

Ainda que o periódico não fosse especializado em questões propriamente educativas, desempenhou uma ação que superava inclusive os propósitos iniciais do jornal. Entretanto, se a crítica à educação não era constante, quando aparecia no jornal mantinha a mesma acidez com as quais revestia os demais temas.

A ação da imprensa no século XIX organizou-se num segmento educativo, cuja obra espalhou conhecimento e divulgou ideias, contribuindo sistematicamente para mudanças comportamentais e de hábitos. O registro detalhado da dinâmica da sociedade brasileira no século XIX e a forma de operar da imprensa junto aos leitores expõem-se numa marca expressiva no contexto da história nacional.

No quadro de jornais fundamentais à compreensão dos processos históricos brasileiros nos oitocentos, o *Diabo Coxo* destaca-se por ser um periódico de oposição ao Império e crítico da aristocracia titulada após a independência, evidenciando de forma cômica a inoperância e inviabilidade de manutenção das instituições imperiais. Agostini e Gama, redatores do jornal, consentiram aos seus leitores refletir sobre a necessidade da abolição dos escravos e da implantação da república. A pertinência e o desfecho dessa luta confirmaram-se quase duas décadas depois, num momento em que as relações burguesas exigiam a adoção do trabalho livre e a criação de setores médios na estrutura de classes, culminado na proclamação da república.

Visto por esta perspectiva, o jornal *Diabo Coxo* agiu como formador junto à opinião pública e seguiu à risca os propósitos da imprensa combativa, incorporando

ao debate a imagem de uma sociedade enlaçada às formas do passado, incapaz de modernizar-se e de incluir as demandas populares se perpetuado o projeto político então vigente.

É preciso enfatizar que caráter educativo defendido neste estudo vincula-se à compreensão da educação na condição de um movimento geral, presente na sociedade com a tarefa de moldar os indivíduos aos estágios históricos em desenvolvimento ou em manutenção. O *Diabo Coxo*, órgão da imprensa crítica e satírica na província paulista, representou um desses momentos, em que o objetivo de revelar a realidade e debatê-la constitui-se em ação educativa.

O debate educativo, implícito aos temas tratados, acompanhava o debate civilizatório presente desde a passagem do Brasil - colônia para país independente. O que se mostrava nas caricaturas traçadas por Agostini correspondia não somente a uma crítica política, mas a uma crítica de fundo moral, já que os indivíduos e ações retratadas não se notabilizavam por práticas sociais adequadas à moralidade coletiva que faria o Brasil chegar a efetivo progresso.

O *Diabo Coxo*, com a caricatura do riso e do humor, criou um instrumento didático-pedagógico na medida em que se pôs numa forma diferenciada de propagação de conteúdos produzidos social e historicamente. Ao assim proceder, simplificou a compreensão da realidade junto ao público, ou seja, os leitores e aqueles que não sabiam ler viam as caricaturas e possivelmente captavam o significado das mensagens ali contidas.

No *Diabo Coxo* ficou ressaltada a anemia do desenvolvimento material no Brasil, intensificada em relação ao quadro econômico mundial. Frente à modernização trazida pelo capital às nações prósperas material e socialmente, a persistência da hegemonia do setor agrário, aliado a uma estrutura comercial que privilegiava a circulação de mercadorias e não propriamente a produção industrial, resultava num quadro financeiro quase sempre deficitário comprometedor dos investimentos econômicos que poderiam resultar em salutares melhorias no sistema produtivo. A esse respeito Agostini fazia questão de nominar os responsáveis por medidas prejudiciais ao Brasil, imprimindo as facetas negativas de suas práticas e personalidade nas caricaturas com as tintas fortes da incompetência, distinguindo a posição de cada um daqueles indivíduos na memória popular.

Os limites daquele contexto, principalmente em razão do elevado índice de analfabetismo, presume cautela ao delimitar o alcance do jornal na consciência dos

leitores. Contudo, a existência desses limites não anula o exercício educativo daí resultante, sendo possível defender a ideia de que sua influência tivesse sido expressiva na educação política dos paulistanos.

As caricaturas presentes no *Diabo Coxo*, por sua vez, preencheram parte de um hiato provocado pela elevada taxa de analfabetismo. Ainda que essa afirmação sugira prudência, a inovação proposta pelo periódico ocupou um espaço que anteriormente ficava restrito a “ilha de letrados”. As imagens auxiliaram na apropriação dos elementos sociais e culturais da província paulista ao exporem as desigualdades omitidas pela imprensa áulica, além de transmitirem os conteúdos culturais que circulavam entre as elites e eram adotados na sociedade.

A análise do jornal *Diabo Coxo*, nos propósitos apresentados anteriormente, leva a confirmá-lo na condição de um agente educativo que assumiu considerável significado na província de São Paulo, condição hoje atestada por inúmeros estudos a seu respeito. O exercício da ação educativa torna o *Diabo Coxo* um objeto relevante para a compreensão da educação, ao mesmo tempo contribui para que a História da Educação seja abordada por temas inovadores e apresentem particularmente os elementos essenciais aos esclarecimentos dos processos históricos da educação.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Angelo. **O *Diabo Coxo***. São Paulo: EDUSP, 2005 (Edição fac-similar).

ALONSO, Angela. A teatralização da política: a propaganda abolicionista. In: SEMINÁRIO TEMÁTICO, SOCIOLOGIA, HISTÓRIA E POLÍTICA. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 21 set. 2010. p. 1-32. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/ds/pos-graduacao/downloads/st_2010_05_angela.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2014.

AMADO, Gilberto. **As Instituições Políticas e o meio social no Brasil**. Recife: Editora Massangana, 1990.

ANDRADE, Manuel Correia de. Prefácio. In: FRANCO, D'Almeida. **Monarquia e Democracia**. Recife: FUNDAJ; Editora Massangana, 1990. p. 7-17.

ARMITAGE, John. **História do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1981.

ARNAUT, César de Alencar de Toledo; SKALINSKI JÚNIOR, Oriomar. A imprensa periódica como fonte para a história da educação: teoria e método. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, n. 48, p. 255-268, dez. 2012.

AUGUSTO, José Carlos. **Um provinciano na Corte: as aventuras de Nhô-Quim e a sociedade do Rio de Janeiro nos anos 1860-1870**. 2008.147 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

AZEVEDO, Sílvia Maria. **Brasil em imagens: um estudo da revista Ilustração Brasileira (1876-1878)**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica história da imprensa brasileira**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BALABAN, Marcelo. **Poeta do lápis: a trajetória de Angelo Agostini no Brasil imperial – São Paulo e Rio de Janeiro – 1864-1888**. 2005. 147 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, SP, 2005. Disponível em: <<http://www.biblioteca.digital.unicamp.br/document/?code=vtls000375076&fd=y>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

BARALDI, Marcio. **Angelo Agostini foi o cavaleiro da esperança, que amou extremamente o Brasil!** Entrevista: Antônio Luiz Cagnin. 3 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.bigorna.net/index.php?secao=entrevistas&id=1288784033>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

BARRIGUELLI, José Claudio. **O pensamento político da classe dominante paulista 1873-1928**. São Carlos: Arquivo de História Contemporânea; UFSCar, 1986.

BETHELL, Leslie. **Todos contra o Paraguai: a guerra mais sangrenta da América do Sul teve um roteiro digno de uma odisséia**. Resultado: dezenas de milhares de vítimas, abr. 2012. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/todos-contra-o-paraguai>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

CAGNIN, Antonio Luiz. 130 anos do *Diabo Coxo*: o primeiro periódico ilustrado de São Paulo, 1864-1994. **Comunicação e Educação**, São Paulo, v. 1, p. 15-46, set. 1994.

_____. Estava escrito! O homem que revolucionaria o gênero chegaria em maio! **ALCAR** – Encontro Nacional, 2005a. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/3o-encontro-2005-1/Estava%20escrito.doc/view>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. Foi o diabo! In: CAGNIN, Antonio Luiz; GAMA, Luiz. **Diabo Coxo**: 1864-1865. São Paulo: EDUSP, 2005b. p. 7-19 (Edição fac-similar).

CALDEIRA, Jorge. **A nação mercantilista**. São Paulo: ED. 34, 1999.

CARREIRA, Liberato de Castro. **História financeira e orçamentária do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

CARVALHO, José Murilo. Introdução ao Congresso Agrícola do Rio de Janeiro: In: CONGRESSO AGRÍCOLA DO RIO DE JANEIRO [1878], 1988, Rio de Janeiro. **Anais....** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988 (ed. fac-similar), 1988a.

_____. **A Política Imperial**: palco de sombras. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1988b.

_____. **A construção da ordem**: a elite política imperial: teatro de sombras: a política imperial. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume Dumará, 1996.

_____. **Pontos e bordados**: escritos da história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CHIZZOTTI, Antônio. A Constituinte de 1823 e a Educação. In: FÁVERO, O. **A educação nas Constituintes Brasileiras 1823-1988**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 44-60.

CINQUE, Fernanda Regina; PERIOTTO, Marcília Rosa. A liberdade de imprensa, o correio brasileiro e o processo de formação do Estado Nacional Brasileiro. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, n. 17, p. 43-47, mar. 2005.

COLUSSI, Eliane Lucia. A Maçonaria brasileira e a defesa do Ensino Laico (século XIX). **Hist. Ensino**, Londrina, v. 6, p. 47-56, out. 2000.

CORREA, Silvio M. de Souza. O negro e a historiografia brasileira. **Revista Ágora**, Santa Cruz do Sul: EDUNIS, n. 1, 2000.

CORREIO PAULISTANO. 1862 a 1869. PR_SPR_00140_090972. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=090972_02&pagfis=6791&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#->>. Acesso em: 27 maio 2014.

COSTA, Carlos Roberto da. **A revista no Brasil**: o século XIX. 2007. 291 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. **A revista no Brasil do século XIX: a história da formação das publicações, do leitor e da identidade do brasileiro.** São Paulo: Alameda, 2012.

_____. A Imprensa ilustrada do tempo de Agostini. In: LUSTOSA, Isabel (Org.). **Agostini: obra, paixão e arte do italiano que desenhou o Brasil (1843-1910).** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014. p. 11-37. (Coleção FCRB Estudos; 15)

COSTA, Emilia Viotti da. **A abolição.** São Paulo: Editora Global, 1956.

_____. **Da monarquia à república: momentos decisivos.** 7. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, Hipólito da. Correio Braziliense. In: LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Antologia do Correio Braziliense.** Rio de Janeiro: Cátedra; INL-MEC, 1977. p. 23-46.

COTRIN, Álvaro. **O Rio na Caricatura.** Exposição organizada pela Seção de Exposições da Biblioteca Nacional e patrocinada pelo Jornal do Brasil, como contribuições aos festejos do 4º Centenário da Cidade. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1965. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon693341.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2014.

DONATTO, Hernani. O Cabrião está de volta! Bem-vindo, Cabrião! In: AGOSTINI, Ângelo; CAMPOS, Américo de; REIS, Antônio Manoel dos. **Cabrião: Seminário Humorístico: 1866-1867.** 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 8-9.

DRESCHER, Seymour. **Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo.** Tradução de Antonio Penalves Rocha. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910).** Campinas, SP: Paz e Terra, 1977 (Estudos brasileiros, v. 15)

ENCICLOPÉDIA INTERCOM DE COMUNICAÇÃO. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010. Disponível em: <<http://www.cienciasnuevens.com.br/site/wp-content/uploads/2013/07/Enciclopedia-Intercom-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

FARIA FILHO, L. M. de. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de Análise. In: VEIGA, C.; FONSECA, T. N. de L. (Org.). **História e historiografia da educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 189-225.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; CHAMON, Carla Simone; ROSA, Walquiria Miranda. **Educação Elementar: Minas Gerais na primeira metade do século XIX.** Belo Horizonte: UFMG, 2006.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; NASCIMENTO, Vieira Cecília; INÁCIO, Soares Marcilaine; JINZENJI, Yumi Mônica. Periódicos mineiros como o Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública. O mentor das brasileiras e o sexo feminino tiveram importante papel na apropriação e difusão de idéias educacionais e

“feminista” na sociedade oitocentista, ao divulgar discursos que defendiam a instrução como fundamento do ideal civilizatório. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano 54, n. 1, p. 73-87, jan./jun. 2008.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, SP: Autores Associados/ANPED, n.14, p. 22-24, maio/ago. 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio**. 7. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2008.

FERREIRA, Ligia Fonseca. Luiz Gama: uma abolicionista leitor de Renan. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 271-288, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n60/a21v2160.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. Luiz Gama por Luiz Gama: carta a Lúcio de Mendonça. **Revista de Literatura Brasileira da USP**, São Paulo, n. 8/9, p. 300-321, 2009.

_____. Ethos, poética e política nos escritos de Luiz Gama. **Revista Crioula**, São Paulo, n. 12, p. 1-15, nov. 2012.

FONSECA, Marcus Vinícius da. Escolas para crianças negras: uma análise a partir do Congresso Agrícola do Rio de Janeiro e do Congresso agrícola de Recife, em 1878. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, n. 4, p. 1-8, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo6/471.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

GALLOTTA, B. Ciro. Humor nos periódicos paulistanos: o *Diabo Coxo* (1864-1865) e o *Cabrião* (1866-1867). **Intercon – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, São Paulo, p. 1-12, maio/jun. 2007.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. Conceito de caricatura: não tem graça nenhuma. **Domínios da Imagem**, Londrina, ano 1, n. 2, p. 7-26, maio 2008.

GOMES, A. C. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, L. M. (Org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Cia da Letras, 1998. v. 4, p. 491.

GOMES, Laurentino. **Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República**. São Paulo: Globo, 2013.

GONTIJO, Cláudia Maria. **A escrita infantil**. São Paulo: Cortez, 2008.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. A escolarização da “meninice” nas Minas oitocentistas: a individualização do aluno. In: FONSECA, Thais Nívia de Lima; VEIGA, Cyntia Greive (Org.). **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 189-225.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emilia Prado (Org.). O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática. In: PRADO, Maria Emilia. **Ordem liberal, escravidão e patriarcalismo**: as ambiguidades do império do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Renavan, 2001. p. 163-189.

HERMES, Gilmar Adolfo. As ilustrações jornalísticas: definição e história. In: ENCONTRO NORDESTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 2., 2012. Teresina. **Anais...** : Teresina: EDUFPI, 2012. p. 1-15.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.

LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira. **O senado nos anos finais do império (1870-1889)**. Brasília, DF: Senado Federal, 1978.

LIMA, Herman. **História da caricatura no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Antologia do Correio Braziliense**. Rio de Janeiro: Cátedra: INL-MEC, 1977.

LOBATO, Monteiro. **Idéias de Jeca Tatu**. São Paulo: Brasiliense Limitada, 1946.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

MACHADO, Humberto Fernandes. A atuação da imprensa do Rio de Janeiro no Império do Brasil. **R. IHGB**, Rio de Janeiro, ano 171, n. 448, p. 31-62, jul./set. 2010.

MAGNO, Luciano. **História da caricatura brasileira**. Rio de Janeiro: Gala Edições de Arte, 2012.

MARINGONI, Gilberto de Oliveira. **Angelo Agostini ou impressões de uma viagem da corte a capital federal (1864-1910)**. 2006. 335 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-15092006-231444/>>. Acesso em: 22 jul. 2014.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em Revista**: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2008.

MENDONÇA, Antônio Gouveia. **O Jornal Imprensa Evangélica**: diferentes fases no contexto brasileiro (1864-1892). São Paulo: Mackenzie, 2009 (Prefácio do Livro de Edwiges Rosa dos Santos).

MERCADANTE, PAULO. A consciência conservadora no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1965.

MINOIS, George. **História do Riso e do Escárnio**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MOREIRA, Luciano Silva da. **Imprensa e opinião pública no Brasil Império: Minas Gerais e São Paulo (1826-1842)**. 2011. 264 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. A imprensa como fonte documental. **Imagem & Poder: Observatório da Imprensa**, 2003. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/al170620032.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

NASCIMENTO, M. M. do. **Opinião pública e revolução**. São Paulo: Editora EDUSP, São Paulo, 1989.

NÓVOA, Antonio; BANDEIRA, Filomena; PUALO, João Carlos; TEIXEIRA, Vera. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português. In: CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras Editora, 2002. p. 11-32.

NUNOMURA, Eduardo. Escravo e abolicionista. **Revista Fapesp**, São Paulo, n. 219, p. 72-75, maio 2014. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2014/05/072-075_LuizGama_219.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2014.

OLIVEN, Rubem Gorgen. Cultura e Modernidade no Brasil. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 15, n. 2, abr./jun. 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000200002>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

PAIVA, Pollianny Pontes. **Humores domingueiros do Diabo Coxo, jornal paulistano editado no século XIX: um estudo lingüístico e sociocultural**. 2006. 106 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

PALLARES-BURKE, Maria Lucia G. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. **Caderno de Pesquisa**, São Luis: UFMA, n. 104, p. 144-161, jul. 1998.

PERIOTTO, Marcília Rosa. **A espiral do progresso e a felicidade da nação**. 2001. 201 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, SP, 2001.

_____. **O caráter educativo da “Viagem para Filadélfia”**: contribuições ao pensamento de Hipólito da Costa. Parte do relatório final de pesquisa Pós-Doutorado realizado na UFMG. 2008. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/349.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2014.

PIRES, Maria da Conceição Francisca. Ângelo Agostini na história das ideias e dos intelectuais do Brasil. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA: TEMPO PRESENTE & USOS DO PASSADO, 4., 2010, Ouro Preto. **Cadernos de Resumo...** Outro Preto: EdUFOP, 2010. p. 1-11.

PIRES, Maria da Conceição Francisca. **Centenário do traço: o humor político de Ângelo Agostini na Revista Ilustrada (1876-1888)**. Rio de Janeiro: Fundação

Biblioteca Nacional, Programa Nacional de Apoio à Pesquisa – FBN/MinC, 2009. Disponível em: <http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/Maria_Conceicao.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2014.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil colônia e império**. 15. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

PRESTES, Nadja Mara Hermann. **Educação e racionalidade**: conexões e possibilidades de uma razão comunicativa na escola. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

QUEIROZ, Eça de. **Notas Contemporâneas**. Porto: Lello & Irmão, 1951.

RAMOS, Everardo. **Origens da imprensa ilustrada brasileira (1820-1850)**: imagens esquecidas, imagens desprezadas. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2008.

RÉMOND, René. **Introdução à história de nosso tempo**: o século XIX 1815-191. Tradução de Frederico Pessoa de Barros. São Paulo: Editora Cultrix, 2008.

RODRIGUES, Honório, José. Tavares Bastos. In: BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. **Os males do presente e as esperanças do futuro**: 1839-1875. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976. p. 9-15.

SALES, Thiago Rabelo. Guerra do Paraguai: controvérsias da historiografia sobre as causas do conflito. In: ANIVERSÁRIO DO ICHS-UFOP, 25., 2004. **Memorial do ICHS-UFOP**, Mariana: ICHS-UFOP, 2004. p. 1-8.

SALIBA, Elias Thomé Silva. **Raízes do riso**. Raízes do riso: a representação humorística na História Brasileira: da Bella Época aos Primeiros tempos do rádio. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

SANCHOTENE, Carlos Renan Samuel. **Mídia, humor e política**: a charge da televisão. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

SANTOS, Délio Freire dos. Introdução. In: AGOSTINI, Ângelo; CAMPOS, Américo de; REIS, Antônio Manoel dos. **Cabrião**: semanário humorístico: 1866-1867. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora UNESP, Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 11-14.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. 38. ed. Campinas, SP: Autores associados, 2006. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, v. 5)

SILVA, Moreno Fernando. As várias faces do riso. **Revista Travessias**, Cascavel: UNIOESTE, v. 4, n. 1, p. 211-228, 2010.

SILVA, Rosângela de Jesus. **A crítica de arte de Angelo Agostini e a cultura figurativa do final do Segundo Reinado**. 2005. 325 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, SP, 2005.

SILVA, R. J. Crítica de arte e caricatura: reflexões sobre arte brasileira no Segundo Império. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM

ARTES PLÁSTICAS TRANSVERSALIDADES NAS ARTES VISUAIS, 18., 2009, Salvador. **Anais...**, Salvador: ANPAP, 2009. p. 2670-2681.

SODRÉ, Nelson W. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. **A retirada da laguna**: episódio da Guerra do Paraguai. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

TEIXEIRA, Luis Guilherme S. **O traço como texto**: a história da charge no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2001.

TORAL, Amaral, André. A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai. **Estud. av.**, São Paulo, v.9, n. 24, maio/ago. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141995000200015&script=sci_arttext>. Acesso em: 5 jan. 2015.

WERNET, Augustin. **Sociedades Políticas**: 1831-1832. São Paulo: Editora Cultrix, 1978.

XAVIER, M. Elizabete S. P. **Poder político e educação da elite**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1992.